



REVISTA HUMANAS ET AL. Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 4, n. 7, p. 1-161, jul. 2017.

RESENHA

- MULHER, FOLIA E MEMÓRIA:** um resgate à Teoria da Memória como método de investigação do imaginário das mulheres que participavam dos bailes de máscaras ludovicenses nas décadas de 1950 e 1960..... 1-5
Autora: Katiana Souza Santos

ARTIGOS

- A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NO TEXTO LITERÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS NO SÉCULO XIX:** breve análise do romance Úrsula..... 6-18
Autora: Katiana Souza Santos
- A IMPORTÂNCIA DOS ALIMENTOS FUNCIONAIS NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA.....** 19-34
Autoras: Danielle dos Santos Oliveira; Ericka Gabrielle Coelho Costa; Gleiciane Alves de Moraes; Josilene de Sousa Bastos; Julianne Lima da Conceição; Marjanne Pestana Ferreira; Mayara Learte Carvalho; Mauricelia Lima Muniz Silva; Roberta Caldas Batista; Suzanilda Moraes Ferreira; Vera Lúcia Lopes de Barros
- CÂNCER DE MAMA E OS CUIDADOS DA ENFERMAGEM.....** 35-50
Autoras: Raquel Ramos Pinto, Kelyanne Mota Nogueira, Luciana Vieira Pinho, Regilane Silva Leite Alves, Sarah Karoliny Rocha Sousa, Rose Daiana Cunha dos Santos, Josianne Rocha Barboza
- CASOS DE CHIKUNGUNYA NO MARANHÃO.....** 51-63
Autoras: Aline Alencar Correia; Fernanda Bruna Araujo Lima; Joyce Pereira Santos; Juliana Baudino; Nayara Martins Pestana Sousa; Rozângela Santos Silva; Vera Lúcia Lopes de Barros
- CIDADEZINHA QUALQUER, DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE – A CIDADE TECENDO A VIDA DO CIDADINO.....** 64-78
Autores: Edimilson Moreira Rodrigues; Jacqueline Brandão; Clodomir Cordeiro de Matos Júnior; Josenildo Campos Brussio
- EDUCAÇÃO POPULAR COMO METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO:** alguns apontamentos sobre o MST..... 79-92
Autora: Gisele de Fátima Cardoso Nunes
- LOGÍSTICA DA COMUNICAÇÃO CORPORATIVA:** o Supply Chain Management (SCM) como diferencial competitivo nos processos de controle e comunicação empresarial..... 93-109
Autores: Bia Daniely Carvalho Arrais; Carlos Alberto Alves Costa; Felipe Jonathas Nunes; Patrícia Mendes Marques; Ronierysson de Araújo Pinheiro; Sunamita Castro de Sousa; Zacarias Henrique Costa Filho; Edilson Silva Diniz
- ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS:** contextualização histórica..... 110-133
Autoras: Aylana Cristina Rabelo Silva; Rayssa Santos Lima

PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA FORMAÇÃO DOCENTE.....	134-149
Autores: Diego da Paz Lima; Vizandra Letícia Oliveira dos Santos; Vera Lúcia Lopes de Barros	
QUESTÃO URBANA E SUAS EXPRESSÕES SOCIAIS: um olhar para a comunidade 20 de Maio em Paço do Lumiar – MA.....	150-161
Autoras: Maeles Lima Pereira; Mayara da Silva Veloso; Silvia Regina Costa de Paula; Gisele de Fátima Cardoso Nunes	

MULHER, FOLIA E MEMÓRIA:

um resgate à Teoria da Memória como método de investigação do imaginário das mulheres que participavam dos bailes de máscaras ludovicenses nas décadas de 1950 e 1960

Katiana Souza Santos*

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Mulher e folia**: a participação das mulheres nos bailes de máscaras do carnaval em São Luís nos anos 1950 a 1970. 1. ed. São Luís: Lithograf/ Plano Editorial SEC/MA, 1998. v. 1000. 212p.

Sandra Maria Nascimento de Sousa é Socióloga e Doutora Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Vinculada à Universidade Federal do Maranhão como Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Antropologia, atuando na Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado e Doutorado) e Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (Mestrado). Coordena o Grupo de Estudos em Gênero, Identidade e Memória (GGENI) onde discute temas como sexualidade, gênero, e memória. Tem publicadas as obras “*Mulheres em movimento: Memória da Participação das Mulheres nos movimentos pelas transformações nas relações de gênero nos anos 1970 a 1980*” (2007) e “*Mulher e Folia: A participação das mulheres nos bailes de máscaras do carnaval em São Luís nos anos 1950 a 1970*” (1998), além de capítulos em livros e artigos nas temáticas acima descritas. **Sobre a obra:** “Mulher e Folia: A participação das mulheres nos bailes de máscaras do carnaval em São Luís nas décadas de 1950 e 1960” é uma produção fruto do trabalho desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Mestrado, do qual teve aprovação com louvor, sendo convidada a publicar sua pesquisa. A obra faz um resgate histórico dos bailes de carnaval que existiam em São Luís nas décadas de 1950 e 1960, tidos como espaços de liberdade exacerbada, sexualidade aflorada e desregrada. Estes espaços eram marcados por inúmeros discursos que os localizavam em espaços de promiscuidade, liberdade e tentativa de controle sobre os corpos. O objetivo da pesquisa apresentada na década de 1990 foi observar os “silenciamentos”, aquilo que não foi dito ou preferiu-se deixar oculto sobre a

* Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, Universidade Federal do Maranhão. Licenciada em História, Universidade Federal do Maranhão. Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: katanasouzasantos@gmail.com.

participação das mulheres nos eventos do período já citado. A pesquisadora traz ao conhecimento do público as memórias das mulheres que frequentavam os Bailes de Máscaras do carnaval ludovicense, ressaltando aqueles bailes considerados populares pelo discurso oficial, que foram alvo de restrições, controle e fechamentos ao final da década de 1960. Utilizando-se dos estudos sobre a “Teoria da Memória” dos quais se destacam Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Sigmund Freud, Teresinha Bernardo e Ecléa Bosi. A pesquisadora retoma as questões presentes na memória das mulheres que compunham os bailes ludovicense no período supracitado. O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro destinado à discussão metodológica se apresenta como um convite ao leitor em mergulhar pelas vias da Teoria da Memória como método investigativo. O texto nos instiga em compreender os debates neste campo, tornando acessível à linguagem de importantes teóricos das ciências humanas e sociais que detiveram anos de trabalho para construção de uma teoria sobre uma área do conhecimento pouco explorada: a memória. Além deste aprofundamento teórico, ainda somos apresentados a toda uma construção do objeto de pesquisa, desde suas primeiras linhas quando a autora relata que sua inquietação iniciou quando ela mesma ainda não se encontrava nos meios dos debates acadêmicos. Nascimento (1998) afirma que seu objeto de pesquisa tem origem quando ela era apenas uma menina, que observava as proibições destinadas às “moças de família”. Tais questionamentos permaneceram em sua memória, sendo resgatados no momento de construção do seu objeto de pesquisa. Este percurso de construção do objeto tem importância para outros pesquisadores, que vislumbram uma carreira acadêmica, visto que observamos todos os contornos e nuances da definição de um objeto de pesquisa. Outro aspecto relevante é a apropriação e utilização dos estudos da teoria da memória na pesquisa, como a pesquisadora faz a interlocução de autores como Halbwachs, Pollak e Freud, expoentes nestes estudos com trabalhos de historiadores e sociólogos como Michele Perrot, Joan Scott, Margareth Rago, Maria Odila Leite, H. Safiotti, Claudia de Lima Costa, Antony Giddens. No segundo capítulo, intitulado “A cidade dos Azulejos” é apresentado o discurso que foi produzido nas décadas de 1950 e 1960 sobre a cidade de São Luís. Através de crônicas e reportagens produzidas à época é exposta uma cidade moderna, com traços coloniais, sitiada por intelectuais de toda ordem, políticos importantes e personagens públicos de grande relevância. Há toda uma tentativa de criação/ manutenção de um ideal civilizatório para a região, que já tivera grandes personalidades da literatura, das artes e da política. Esse resgate a uma memória que necessitava ser revivida se faz presente na literatura, na arte e nas produções jornalísticas, sendo apresentadas em compasso com as memórias das mulheres sobre o cotidiano da cidade, suas

lembranças em relação à segurança, vagas de emprego, dia-a-dia marcado por desafios para conseguir o sustento. No terceiro capítulo, “As mulheres (de Atenas) da Atenas Brasileira” a autora faz referência às clássicas “mulheres de Atenas” fazendo um trocadilho com a condição de espaço de produção intelectual e literário. Identifica as produções que tentavam delinear as mulheres que estavam à margem das grandes rodas sociais, apresentando sucessivas produções, entre crônicas e outros textos que retratam estas mulheres ludovicenses da década de 1950, destacando um investimento em uniformização desta que seria a “Mulher maranhense”. A pesquisadora faz um interessante percurso por jornais como “O Imparcial”, “Diário Popular”, “Jornal do Dia” que tinham colunas e editoriais especiais destinados ao público feminino, com a intenção clara de modelar os hábitos, costumes, gostos e práticas das mulheres desta cidade. Com franco apelo à cultura estrangeira, as colunas eram assinadas por editoras com nomes ingleses, mostrando o refinamento do editorial. Há uma necessidade de marcar como as mulheres de bem deveriam se comportar e, principalmente, delinea a fronteira entre aquelas tidas como puras, dignas e de boa família, daquelas de vida fácil, de comportamento rejeitável. A “menina”, nestes textos de jornais, é convidada a se tornar uma bela moça, adequada às tendências ditadas pela indústria da moda e preparada para ser uma boa esposa. Para as mulheres de mais idade eram disponibilizados dicas e reflexões sobre o casamento, sempre rejeitando a ideia da mulher como protagonista ou provedora. Vendia-se a ideia de uma família perfeita, com uma dona de casa dedicada, reclusa às necessidades familiares e que não ocupasse seus cônjuges com problemas desnecessários. No quarto capítulo a autora descreve mais detalhadamente o seu objeto de pesquisa. Expõe num trabalho de muita dedicação as memórias das mulheres que participavam dos bailes de máscaras de São Luís na década de 1950, sobretudo. Retrata detalhes externos como fantasias, ornamentação dos bailes, máscaras são descritos com muita perspicácia. Além das lembranças e memórias, coletivas e individuais (que segundo Halbwachs também são permeadas por elementos da coletividade) que compunham as histórias, os conflitos, as relações sociais que ali se estabeleciam. O capítulo dá voz às mulheres que por muito tempo, quase cinco décadas foram observadas com certas reservas, localizadas no campo do proibido, do transgressor do impuro. Sandra Nascimento traz para o público um conjunto de sonhos, fantasias, histórias que ficaram presas num passado, mas que num trabalho de intensa sensibilidade foram desveladas e problematizadas. A autora finaliza sua obra dando destaque à importância da continuação da pesquisa, visto que os “não ditos” ainda residem na memória daquelas que compuseram os bailes de máscaras, sendo de relevância a exploração destas áreas ainda fechadas. O texto apresentado expõe uma importante discussão sobre a

Teoria da Memória, iniciada ainda no século XIX por Sigmund Freud, médico judeu que deteve parte de sua trajetória pessoal ao estudo da memória. Criticado por seus pares, a ciência oitocentista europeia custou a aceitar as formulações teóricas do médico e pesquisador como aceitáveis ou científicas. Freud desenvolveu uma nova técnica de tratamento das doenças consideradas “dos nervos”, deteve seus estudos no inconsciente, área até então ignorada pela ciência do século XIX. Este novo campo teórico foi denominado de Psicanálise, considerado uma abordagem terapêutica que busca trabalhar o elemento ignorado consciente ou inconscientemente pelos indivíduos, causando desordens diversas que devem ser tratadas com técnicas específicas, que divergiam das terapêuticas disponibilizadas à época. Freud foi importante para os estudos que seguem no século seguinte, onde vários intelectuais vão deter seus estudos no campo da memória. Dentre eles Maurice Halbwachs e Michael Pollak. A autora revisita estes grandes teóricos para fundamentar sua discussão sobre a memória. Para Halbwachs “[...] na memória, estão presentes as noções gerais, representações, e os valores que derivam de uma práxis coletiva” (HALBWACHS apud NASCIMENTO, 1998, p. 6), por isso defende a ideia que a memória individual é composta por elementos de uma memória coletiva, visto que a construção de lembranças ocorrem no interior de um grupo. As lembranças formam a memória, mas são reconstituídas ou simuladas a partir das vivências em grupo, como uma espécie de memória derivante de outra memória. Halbwachs constrói sua argumentação influenciado por Henri Bergson, que fez uma crítica à coisificação humana e ao determinismo. Entretanto o sociólogo francês se opõe ao seu referente quando não aceita a proposição da existência de uma memória individual que não tenha sofrido influencia do meio, para Halbwachs “[...] todos somos ligados a correntes de pensamentos coletivos, que se cruzam, dada a diversidade de grupos pelos quais passamos” (HALBWACHS apud NASCIMENTO, 199, p. 37). Tais acepções são importantes para o trabalho com as memórias das mulheres que frequentaram os bailes de 1950 em São Luís, pois a pesquisadora consegue tecer uma teia de relações entre os diversos relatos. O importante é perceber os “silenciamentos”, os “não-ditos” que ficaram por décadas obscurecidos, produto de uma repressão forte, um discurso que as localizava no terreno do proibido. Posteriormente são apresentadas as ideias de Michael Pollak que problematiza a construção dos fatos sociais, destacando a necessidade de identificarmos de onde, quem, como e qual o objetivo da produção destes fatos. Trata a memória coletiva como produto de relações diversas e “[...] questiona os processos e os atores que intervêm no trabalho de construção e formalização das memórias” (NASCIMENTO, 1998, p. 38). Afirma existirem memórias subterrâneas que não estão inclusas nos discursos oficiais, são marginalizadas,

entretanto exercem seu poder de desestabilizar a construção das “memórias nacionais”. Pollak afirma que estas “memórias subalternas” são construídas, reafirmadas, legitimadas e regatadas, por meio da oralidade. O teórico dá relevância ao relato, à oralidade, a história oral. Momentos de crise fazem com que estas memórias dos “excluídos”, para usar uma referência de Michelle Perrot, venham para superfície, deixando transparecer muitos elementos que foram distorcidos pelos discursos dominantes. Michael Foucault relata que os discursos são produzidos e que o poder está imerso em todas estas produções, ressalta que todos os sujeitos envolvidos exercem poder nesta teia de produção discursiva, distanciando-se de interpretações estruturalistas que observam relações duais, onde um exerce poder e outro se sujeita a dominação. Pollak reconhece a produção de uma memória dominante, mas atenta para a existência de outras memórias e, principalmente, para que o pesquisador esteja atento para o silêncio dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Tal aspecto foi ressaltado como importante na investigação realizada para compreender os bailes ludovicense das décadas de 1950. Como destacado pela pesquisadora muitos foram os “silêncios” quando aquilo que poderia ser dito reforçava uma visão que as localizassem em concordância com o discurso “preconceituoso” produzido à época.

A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NO TEXTO LITERÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS NO SÉCULO XIX: breve análise do romance Úrsula

Katiana Souza Santos*

RESUMO

Desde os primórdios da humanidade o ser humano motivou-se a pensar sobre o seu cotidiano, construindo narrativas sobre sua prática diária, conjecturando real e imaginário em suas descrições. As narrativas elaboradas até o século XX foram marcadas - dentro do campo dos estudos históricos - por movimentos de anulação de alguns sujeitos sociais bem importantes para o fazer histórico e redução de algumas fontes de pesquisa. Com o movimento de mudança paradigmática vivenciado no século XX todo este cenário se modificou permitindo que estudos sobre mulheres e o uso da literatura como fonte de investigação fossem possíveis. Neste texto discutiremos parte da trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis, mulher, educadora, escritora do século XIX, identificando as marcações de gênero presentes em sua obra “Úrsula”, 1859.

Palavras-chaves: Feminino. Literatura. Maria Firmina.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de interação do homem com os demais sujeitos leva-o à produzir, construir relações sociais e criar uma identificação ao seu grupo. A interação homem/natureza foi categorizada, por vários campos das ciências, pelo termo “cultura” que “[...] se tornou, em fins do século XVIII, particularmente no alemão e no inglês, um nome para configuração ou generalização do espírito que informava o ‘modo de vida global’ de determinado povo [...]” (WILLIAMS, 1992, p. 10).

Outra necessidade humana consiste no fato de pensar sobre o seu cotidiano, atividade identificada desde os primórdios da humanidade. Desde os primeiros registros ocidentais, na Grécia Antiga, existem reflexões sobre a vida de pessoas e deuses, com narrativas que associam real e imaginário, habitual e inédito. (SISSA; DETIENNE, 1990).

O cotidiano, as práticas culturais e o ritmo de vida são temas recorrentes em diversos estilos literários, fruto da necessidade deste leitor de compreender ou – simplesmente – olhar por meio de outros prismas as relações estabelecidas à sua volta. Pensar sobre este real têm gerado inúmeras polêmicas. No pensamento tradicional uma “quase dualidade” se

* Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, Universidade Federal do Maranhão. Licenciada em História, Universidade Federal do Maranhão. Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: katianasouzasantos@gmail.com.

configura: de um lado o discurso científico, do outro as artes. Campo de tensão é estabelecido nesta relação em que o sujeito é defrontado com diversas maneiras de perceber o real e motivado a posicionar-se. Mas, não devemos tomar esta “quase dualidade” como verdade, a proposta é entender que ciência e arte são processos discursivos complementares.

Da mesma forma que o sacrifício, ‘mais perto de nós do que poderia crer sua aparente grosseria’, a arte constitui em relação à ciência um saber em si mesmo essencial, mas ilegível sem ela. Posição perigosa para a ciência, pois só lhe resta poder dizer o saber que lhe falta. Ora, entre a ciência e a arte, considera-se não uma alternativa, mas a complementariedade e, se possível, a articulação. (CERTEAU, 2009, p. 131).

As peças artísticas, construídas no contexto do cotidiano e contendo representações deste são importantes para a construção do saber científico. Neste viés compreender a diferença, olhar outros sujeitos que não os consagrados pelo saber científico tradicional motivam o pesquisador a passear por novas abordagens e objetos.

O século XX foi cenário de mudanças paradigmáticas, como a inclusão dos estudos sobre gênero e o uso da literatura como fonte de pesquisa no campo da construção do saber científico. A história cultural vai permitir o estudo de temas que a narrativa da civilização ocidental deixou de fora ou tornou invisível. Permitindo a expansão dos estudos para áreas ainda pouco exploradas ou colocadas à margem das preocupações fundamentais da academia.

A história das mulheres ou, inicialmente, do feminismo teve neste contexto grande importância para se perceber as lacunas presentes no discurso historiográfico. (BRUKE, 2008).

[...] o feminismo, teve implicações igualmente amplas para a história cultural, pois estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na narrativa tradicional. (BURKE, 2008, p. 65).

Inicialmente marcada pelo estudo das diferenças entre os sexos, a categoria gênero surge nos estudos históricos, pautada pelo viés político, nos anos 1960. Afasta-se da linha política nos anos 1970 ampliando e documentando o cotidiano e vida das mulheres no passado. Nos anos 1980 incorpora a categoria gênero, marcando seu distanciamento decisivo do viés político de análise histórica, que vinha sendo utilizado por alguns historiadores. Citando Michel de Certeau, Scott (1992) problematiza o relacionamento entre o historiador e os sujeitos estudados.

O que De Certeau aí enfatiza não é que apenas as mulheres possam escrever a história das mulheres, mas que a história das mulheres traz à luz as questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas. [...] E, o que é mais perturbador, abre à sondagem da crítica a verdadeira natureza da história como uma epistemologia centralizada no sujeito. (SCOTT, 1992, p.79).

Perceber que o discurso oficial e tradicional da história tem lacunas é desconcertante e a provocação destes novos estudos no campo da história ao modelo tradicional

permitiu avançarmos na compreensão deste cotidiano, citado desde as primeiras linhas deste texto.

Um exemplo importante para o tema que será aqui desenvolvido consiste no estudo feito por Joan Kelly que abre espaços para análises sobre vários campos de atuação feminina. Um dos estudos que surgem com a publicação do artigo *Did women have a Renaissance*, de Kelly, versava sobre a prática artística das mulheres no Renascimento observando suas produções e as dificuldades que estas tinham na sociedade em que viviam. Estas análises buscaram criar novas categorias para compreender a produção literária feminina deste período, descrevendo-a por “escritas femininas¹”, na tentativa de deslocar-se da categorização tradicional dos gêneros literários que não contemplavam o feminino e a escrita das mulheres neste meio. (BRUKE, 1992).

Da Renascença à Modernidade as mulheres continuam encontrando e desafiando limites bem acentuados no campo literário. As ficções podem sugerir a construção de outra forma de verossimilhança, narrativa desta vez, cujas leis são coerentes. Simples esboços do espaço, real ou sonhado, de alguns protagonistas privilegiados, a literatura sabe dar vida: de um lugar ao outro, de um conflito às conciliações, a literatura preenche o que em aparência apagara. Sob a forma de roteiros fantasmáticos, ela sugere uma avaliação extremamente sensível das relações do indivíduo e do coletivo. (RÉGNIER – BOHLER, 1990, p. 314).

Partindo deste entendimento sobre o cotidiano, a literatura e o gênero, propomos neste texto uma breve análise sobre a obra *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis, escritora, professora, mulher que viveu no século XIX na Província do Maranhão, na Vila São José de Guimarães, objetivando perceber representações sobre o feminino presente na construção discursiva da autora. Inicialmente, convidamos para determos nosso olhar na produção do romance no século XIX, observando como estas produções percebem e reproduzem expressões das relações no cotidiano de sua época. Posteriormente, delimitaremos nossa discussão sobre o romance oitocentista de Maria Firmina dos Reis, partindo do entendimento que “[...] se o escritor exterioriza seu ser no mundo social, ele também o interioriza como realidade objetiva”. (VELLOSO, 1988, p. 239). Por isso, compreendemos as narrativas como processos dinâmicos entre os sujeitos e o meio em que vive.

2 O ROMANCE NO SÉCULO XIX: VISÕES SOBRE O COTIDIANO MARANHENSE

Por um longo período os estudos sobre literatura tendiam a vê-la como mero reflexo do real, cuja função, dentre outras era capturar como numa fotografia as nuances da realidade.

Observamos alguns problemas neste tipo de interpretação, sendo o principal deles, entender o real como uma substância homogênea, possível de ser analisada a partir dos elementos que os autores desejarem. A realidade é complexa, composta de elementos múltiplos.

Não há, portanto, um mundo dos fatos pairando acima do indivíduo. Essa relação unilateral e objetiva entre os termos não existe. Existe, sim, uma profunda dinâmica entre indivíduo e sociedade feita de interações, deslocamentos e modificações. A produção literária é um fenômeno social, na medida em que resulta de convicções, crenças, códigos e costumes sociais. Enquanto tal exprime a sociedade, não *ipsis litteris*, mas modificando-a e até mesmo negando-a. Se a literatura emerge de uma determinada realidade histórica, isso não implica que deva ser o seu registro fiel, ou a sua fotografia. Ao contrário: a literatura tende frequentemente a insurgir-se contra este real, apresentando dele uma imagem em que a própria sociedade muitas vezes se recusa a reconhecer-se. (VELLOSO, 1988, p. 240).

A relação arte/real é composta de inúmeras determinações, não podendo ser engessada como simples reprodução do real. A obra literária e seu autor estão imersos nesta teia de complexidade. E entender a produção literária a partir destes parâmetros nos leva a compreender a relação objetiva e subjetiva que o autor tem com aquilo que se apresenta como real e suas decisões em retratá-lo em sua obra, pela forma da crítica, reprodução ou negação. O interessante é perceber que o autor tem essa possibilidade de tratar da maneira que lhe for interessante o que ele observa e deseja retratar em sua obra.

No século XIX um estilo literário tem grande repercussão e espaço nas rodas de leitura e nas prateleiras de importantes bibliotecas. O romance, estilo consagrado em diversos países europeus têm sua glória assegurada na Província do Maranhão.

A transição do século XVIII para o século XIX foi pautada por um avanço econômico, fruto das iniciativas nos ramos algodoeiro e outras culturas agrícolas. O ideal de modernidade pautava muitas relações das elites maranhenses. Alguns avanços nas principais cidades da Província como São Luís e Caxias revelam elementos deste ideal modernizador, como praças, escolas, iluminação pública, estradas, bondes². No campo das letras observamos a abertura de bibliotecas, escolas, e livrarias que permitiam o acesso de poucos à literatura.

Para o público leitor, a cidade [São Luís] contava também com algumas livrarias como a Livraria Commercial de Magalhães Pinto, na Rua do Trapiche, a Livraria Magalhães & Neves, na Rua de Nazaré, a Livraria Universal de Antônio Pereira Ramos d'Almeida, na Rua da Palma, além de algumas salas como a Biblioteca Pública e o Gabinete Português, que representavam possibilidades de leitura. Costumava-se ler no Maranhão romances românticos publicados em livros e principalmente nos folhetins dos jornais locais. (DINIZ, 2008, p. 24).

Os folhetins em jornais eram uma importante fonte de divulgação das obras literárias, primeiro esta prática foi percebida na Europa, chegando ao Brasil no século XIX. Os leitores do século XIX acompanhavam, em sua maioria, os folhetins presentes nos jornais veiculados na capital e importantes cidades, acompanhando o desenrolar das tramas literárias.

Os romances veiculados no século XIX foram, em sua maioria, destinados ao público feminino. As histórias perpassavam temas como conflitos amorosos, querelas por amor, traições, amores impossíveis, brigas entre famílias, mas haviam aqueles que nas páginas do romance imprimiam temas de relevância social, como a escravidão. (DINIZ, 2008). As mulheres que tinham acesso à leitura – parcela bem pequena quando comparadas ao número geral – se deleitavam com as tramas, porém raros foram os casos de inversão desta ordem: “homens” escritores e mulheres “leitoras”. Ainda estamos falando de uma sociedade cujo letramento era muito superficial para as mulheres, sendo as mulheres pobres excluídas de qualquer possibilidade de educação formal³.

A produção do romance atendia a públicos bem diferenciados, de um lado estavam os literários, jornalista e público com leituras refinadas, do outro uma grande parcela de sujeitos que tinham na leitura uma válvula de escape para as tensões do cotidiano. Aluísio Azevedo, importante romancista do século XIX, escreve no Jornal “*A Gazetinha*”, Rio de Janeiro, em 1882:

Aqueles querem estilo, frade elegante e verdade nas descrições; estes não ligam importância à forma: gostam que os enganem, e adoram o falso, o imprevisto e o maravilhoso. E o escritor, entalado entre estas duas vontades tão opostas, cruza os braços e pergunta a qual das duas deve atender. A primeira é quem faz a crítica, é quem pensa, é quem sabe; mas a segunda é quem lê, quem sustenta o romance e quem palpita com ele. (AZEVEDO apud DINIZ, 2008, p. 31).

Nesta complexa interação com o público encontrava-se o escritor, que devia atender a anseios distintos. Aqui estamos falando de *um* autor, homem que escreve no século XIX, para um determinado público. Cujas aceitação não perpassa os limites impostos pela marcação de gênero. Se a crítica literária já era bem severa com os escritos produzidos por autores, marcadamente masculinos, como era a situação de escritoras, marcadamente femininas? Pensar a escrita de uma mulher no século XIX é refletir sobre as condições sociais que envolvem esta produção, as manifestações de exclusão e as mediações e concessões realizadas para que esta obra chegasse às vias do público em geral. Compreendermos expressões deste processo no tópico seguinte, onde discutiremos a trajetória de Maria Firmina dos Reis e seu olhar sobre as “mulheres” de seu tempo histórico.

Entendemos que o momento de escrita de Firmina é diferenciado, visto a abertura maior em relação às publicações, causadas pelo Decreto de 2 de março de 1821. Tal documento versava sobre a liberdade de imprensa e destinava novas normas para publicação no país, alargando as autorizações e reduzindo a censura.

A legislação anterior ao Decreto de 1821 coibia o exercício da imprensa, controlando, censurando e proibindo publicações que julgassem inapropriadas ao conhecimento da sociedade.

O controle das publicações era exercido pela *Real Mesa Censória*, criada pelo Marquês de Pombal e composta por censores leigos e membros do clero. Anterior a criação desta instituição as funções por ela exercida eram realizadas por três instituições distintas: *Santo Ofício*, o *Ordinário da Diocese* e o *Desembargo do Paço*, que representavam respectivamente o Papa, o Episcopado e a Coroa Portuguesa. Estas instituições faziam parte dos mecanismos de controle da Igreja/Estado⁴ que elaboravam modelos de censura e controlavam o acesso aos escritos e impressos. (MARTINO; SAPATERRA, 2006).

Na chegada ao Brasil, D. João VI elegeu novos censores régios conforme mostra o decreto de 27 de setembro de 1808.

Attendendo á proposta que a Mesa do Desembargo do Paço me fez em consulta de 12 do corrente mez; hei por bem approvar e nomear para Censores Regios os seguintes, para exercitarem o seu Ministerio, sem outro titulo que o deste Decreto que se expedirá a cada um delles por Provisão da Mesa que passará pela Chancellaria sem direitos novos ou velhos. O Padre Mestre Frei Antonio da Arrabida, Confessor do Principe da Beira, meu muito amado e prezado filho; o Padre Mestre João Manzoni, Confessor da Infanta D. Marianna, minha muito amada e prezada tia; Luiz José de Carvalho e Mello, do meu Conselho e Corregedor do Crime da Côrte e Casa; e José da Silva Lisboa, Deputado da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar. (BRASIL, 1808).

Aos censores régios cabiam diversas atividades, a citar: controle das publicações encaminhadas à Impressão Régia; pela entrada de obras nas fronteiras da Colônia; autorização da retirada de material nos postos de controle alfandegários; fiscalização de circulação interna de publicações. O objetivo de todos estes mecanismos de censura eram coibir a difusão de conhecimento e expansão da produção jornalística, literária e intelectual. A Igreja e o Estado se auxiliavam na função de controle do que era produzido.

A promulgação do Decreto em 1821 abriu novas possibilidades de avanço na difusão do conhecimento com a permissão de abertura de empresas para impressão, o que avaliamos como positivo para a sociedade que passou a acessar de forma menos burocrática algumas produções. Não estamos afirmando que apenas a criação do dispositivo legal permitiu tal avanço, entretanto é inegável que o mecanismo legal impulsionou mudanças estruturais na produção do conhecimento no Brasil.

Observamos que estas transformações fazem parte de um projeto maior que norteava as relações no século XIX: a tentativa de imprimir os “ares” da modernidade.

3 O FEMININO NO ROMANCE ÚRSULA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís no ano de 1825, em família abastada e logo foi morar na Vila de São José de Guimarães⁵ na casa de uma tia, onde viveu e foi educada. O vilarejo fazia parte do domínio da Comarca de São Luís e despontava como um importante centro comercial. Ocupada por portugueses, índios e escravos a vila foi tomando corpo e incorporando marcas de civilidade, com igrejas, comércio e escolas.

Neste cenário cresceu a pequena Maria Firmina que conviveu com personalidades como Sotero dos Reis, primo e grande incentivador de sua produção literária.

Presenciou uma sociedade pautada em princípios tradicionais de segregação racial e social que foram elementos importantes para as ações da educadora e escritora Maria Firmina dos Reis. Em suas obras o tema do negro é presente, com claras afirmações que expõe seu posicionamento contrário à permanência e manutenção do sistema escravista no Brasil.

Na literatura Maria Firmina dos Reis tem como primeira produção o romance *Úrsula*, em 1859; escreve poemas para jornais, revistas e produções literárias como “*A Imprensa*” (1860), “*Parnaso Maranhense*” (1861), “*Publicador Maranhense*” (1861), “*Eco da Juventude*” (1865), “*A Revista Maranhense*” (1887); publica em forma de folhetim o romance *Gupeva*, no jornal “*Porto Livre*” (1861); lança *Cantos à beira mar* (1771); e compõe o “*Hino da libertação dos escravos*” (1888)⁶.

Outra importante contribuição de Maria Firmina dos Reis está na área educacional. Com 22 anos foi titular da Cadeira de Instruções Primárias, na Vila de São José de Guimarães, onde desenvolveu suas habilidades no campo do ensino das primeiras letras. Após aposentar-se do cargo público, abriu em sua casa uma escola para meninos e meninas, no modelo misto de educação. Esta escola é considerada pelos estudiosos de Maria Firmina como a primeira escola de educação mista e pública na Província do Maranhão.

No romance *Úrsula*, a autora inova no estilo do texto produzido. O enredo conta a história do amor de Úrsula e Tancredo, uma relação repleta de desencontros. O jovem Tancredo tem sua vida abalada após uma decepção amorosa com Adelaide, sua noiva prometida, que se casa com o pai do jovem. Desnorteado Tancredo saiu da residência cavalcando sem destino, até que sofre um acidente próximo à fazenda que morava Úrsula, sendo salvo por Túlio. Uma história de amor se inicia, quando Túlio resolve prestar socorro ao homem acidentado, levando-o para a casa de D. Luísa B., mãe de Úrsula. Após recuperar-se Tancredo revela sua identidade nobre e promete à D. Luísa que irá casar-se com sua filha, mas informa que voltará a sua casa objetivando vingar-se do seu pai e de sua antiga noiva, agora madrasta, Adelaide. Neste meio

tempo a protagonista tem sua vida modificada quando encontra Fernando, seu tio, responsável pela morte do seu pai e doença de sua mãe. No encontro ocasional o tio se interessa por Úrsula e vai conversar com D. Luísa, confessando todos os males que fez àquela família e pedindo a mão da filha em casamento. Atordoada com a situação, D. Luísa pede em leito de morte que Úrsula jamais de case com Fernando. Após o sepultamento a protagonista volta ao cemitério e lá desmaia, sendo encontrada por Tancredo e Túlio, que a levam para um convento buscando resguardá-la das investidas do tio malfeitor. Susana avisa à Tancredo do pedido em leito de morte feito por D. Luísa e o aconselha. Ao final da trama Tancredo é assassinado pelos capangas de Fernando numa emboscada e Úrsula fica louca e morre.

O romance não é comum para à época, cujos romances geralmente traziam o final feliz, com o par romântico vivendo um amor intenso. Nesta obra estão presentes questionamentos sociais acerca da condição dos homens e mulheres negras, uma crítica à escravidão; e uma reflexão sobre a mulher, tendo insinuações discretas sobre as representações das “mulheres” daquela sociedade.

Tal posicionamento de escrita vai contra o ideal do amor romântico e nos indica pistas de uma crítica feita por Maria Firmina à condição “feminina” naquela sociedade. O romance publicado em 1859 é assinado por “*Uma maranhense*”, dando a ideia do lugar e do sujeito que fala. Localizando a produção da obra ao norte⁷ do Brasil, na Província do Maranhão.

Identificamos as figuras “femininas” fundamentais para o curso da narrativa. Úrsula, Luísa, Susana, a mãe de Tancredo e Adelaide dão indícios de representações sobre o que se marca por “mulher” na sociedade vivenciada pela autora.

Úrsula, D. Luísa B., a mãe de Tancredo e Adelaide representam “figuras femininas” mais tradicionais que estão subjulgadas aos preceitos masculinos e se adéquam às determinações sobre o “feminino”, onde o matrimônio e maternidade são destinos de toda mulher. Porém estas personagens apresentam comportamentos diferenciados ao longo da trama, com posturas distintas, que englobam valores morais, éticos, religiosos e ideológicos.

Úrsula traz em sua personalidade traços de rebeldia, daquela que busca uma realização amorosa, mas ainda mantêm traços das marcações de gênero comuns de meados do século XIX. Idealiza o “amor romântico” através do matrimônio. Mas questiona a imposição externa sobre suas decisões, não aceitando a determinação do Tio Fernando, que almejava casar-se com ela. É centro das preocupações de sua mãe que teme pela filha que ficará sem proteção caso ela venha a morrer.

Adelaide tem traços de ambição, é conveniente às resoluções externas sobre sua vida. Envolve-se com o antigo “sogro”, vindo a casar-se por conveniência com o mesmo.

Contribuiu para a morte da mãe de Tancredo, que durante a infância a teve por filha, cuidando e dando carinho aquela menina órfã. Tancredo descreve em fúria a ex-noiva Adelaide: “*Monstro, demônio, mulher fementida*”. A figura de uma mulher segura e fria acompanha toda narrativa sobre Adelaide na trama, com raros momentos de perturbação causados pelas memórias da infância.

D. Luísa B. é a senhora, casada com Paulo, que lhe causava enormes sofrimentos, como afirma negra Susana: “*casou-se a senhora Luísa B..., e ainda a mesma sorte: seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor*”. Na narrativa de Susana a Sra. Luísa era uma mulher boa, que não concordava com as normas de punição aos escravos impostas pelo seu esposo. Após a morte do marido a viúva e sua filha modificaram o sistema de tratamento de seus escravos, trazendo docilidade e bondade para a relação.

A mãe de Tancredo, cujo nome não é citado na obra, surge como uma mulher casada, que vive para o cuidado com o lar. Bondosa traz Adelaide para seu lar, cuidando da pequena órfã. Sofre com as malvadezas causadas pelo seu marido, que abrevia sua morte, causando-a infelicidade e desgosto. Tem a memória homenageada pelo filho Tancredo que declara todo seu amor, quando se depara com Adelaide como esposa de seu pai. O nome não divulgado desta personagem sugere uma crítica da autora ao estilo de vida destas “mulheres”, que têm sua vida, sua identidade apagada pela figura do esposo. Percebemos que “a mãe” e “a esposa” são as marcações daquela mulher, se estes atributos não existissem não poderíamos conceber a existência daquele personagem. A mulher neste momento, meados do século XIX têm sua existência, no geral, atrelada a estas funções sociais⁸.

Susana representa a voz de milhares de negros e negras que tem suas histórias modificadas, suas crenças negadas e sua vida arrasada pelo tráfico de negros para alimentar o sistema escravista no Brasil. Ela personifica a voz da reflexão sobre os valores e práticas vigentes. Traz na narrativa, momentos de reflexão e sugere a ideia de sabedoria, por ser maior idade que os demais personagens. Esta sempre aconselhando, resgatando a memória e nos faz compreender a personalidade de outros personagens. Aqui a mulher, negra e idosa⁹ representa a figura do saber adquirido pela experiência, incomum para narrativas da época que retratam a negra com outras qualificações, geralmente pejorativa. Temos a clara imagem do posicionamento de Maria Firmina dos Reis, questionadora do escravismo, afeita às ideias de libertação.

Por fim, descrevemos a Maria Firmina dos Reis que se deixa aparecer no texto. Como já assinalamos anteriormente a autora traz claras intenções de crítica ao sistema escravista, sendo esta obra considerada a primeiro romance abolicionista da literatura brasileira.

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e uma mulher brasileira, de educação acanhada e sem trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, e seu cabedal intelectual é quase nulo. Então por que o publicas? Perguntará o leitor. Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que quase tudo desculpa – os defeitos, os achaques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ela em toda parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado. (REIS, 1859, p 13).

Maria Firmina afirma que a obra será pouco discutida, por ser ela uma produção “feminina” e por não fazer parte das grandes produções. Mas assegura que a publica por ter muita honra de sua produção e demarca ainda mais sua motivação ao afirmar: “[...] e venha a produzir cousa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós”. (REIS, 1859, p 14).

A obra traz múltiplas visões do que se marcou por feminino (BUTLER, 2003)¹⁰ no século XIX. Mesclando crítica ao sistema escravista, noções religiosas, contestação ao modelo de sociedade onde a mulher tinha pouca expressividade Maria Firmina dos Reis nos premia com uma tímida, porém importante obra literário, resgatada por José Nascimento de Moraes Filho¹¹, na década de 1970.

4 CONCLUSÃO

Como pudemos discutir o movimento de reflexão feito pelo sujeito ao longo da história sobre seu cotidiano, as práticas sociais e as relações que estão a sua volta, tem sido objeto de estudo nos mais diversificados campo de produção do saber. Desde a filosofia, a literatura, até história percebemos a necessidade de compreender estas relações. No campo da história importantes mudanças deram margem a formas interpretativas inovadoras, que permitem o estudo da mulher, do negro, de práticas e elementos do cotidiano.

O tema aqui discutido faz parte destas novas abordagens no campo da história. Realizamos uma análise do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, escrito em 1859, no Maranhão. Da obra apresentamos as personagens marcadamente femininas, que contribuíram para discutirmos as marcações de gênero do período de elaboração da obra literária.

Maria Firmina é considerada uma importante escritora do século XIX, mas só tem sua obra observada mais detalhadamente no século XX, a partir dos estudos de José Nascimento Moraes Filho, jornalista e escritor que resgatou a memória desta mulher maranhense.

Atualmente sua obra têm sido objeto de estudos em diversos trabalhos da história e literatura. Com resgate de sua memória e importância para a produção feminina do país.

THE CONSTRUCTION OF THE FEMININE IN THE LITERARY TEXT OF MARIA FIRMINA OF THE KINGS IN THE CENTURY XIX: brief analysis of the novel Úrsula

ABSTRACT

From the beginnings of humanity the human being was motivated to think about his daily life, constructing narratives about his daily practice, conjecturing real and imaginary in his descriptions. The narratives elaborated up to the twentieth century were marked - within the field of historical studies - by movements of annulment of some very important social subjects to make history and reduce some sources of research. With the movement of paradigmatic change experienced in the twentieth century, all this scenario has changed allowing studies on women and the use of literature as a source of research were possible. In this text we will discuss part of the life trajectory of Maria Firmina dos Reis, a woman, educator, 19th century writer, identifying the gender markings present in her work “Úrsula”, 1859.

Keywords: Female. Literature. Maria Firmina.

NOTAS

- ¹ Optaremos por utilizar a categoria da Literatura no estudo feito sobre a obra de Maria Firmina dos Reis no século XIX.
- ² Todos estes avanços arquitetônicos e no ramo dos serviços são restritos ao público detentor de capital e bens, não sendo acessível a grande maioria da população que via “bestializada” as transformações da cidade.
- ³ Raríssimos são os casos de educação formal e de qualidade para mulheres na Província do Maranhão. O letramento era feito para suprir a necessidade da administração do lar, não sendo estas “mulheres” incentivadas para acessarem a educação superior, tão pouco adentrarem no campo do jornalismo e produção literária. Exemplos que destoam essa matriz são identificados como raros, como a história de Maria Firmina dos Reis, que publica suas obras em meados do século XIX, assinando sua produção como uma mulher, maranhense. As produções de mulheres, geralmente eram assinadas com pseudônimo masculino para que conseguissem espaço nas publicações.
- ⁴ Ressaltamos que neste período os poderes da Igreja e do Estado se entrelaçavam. Temos um Estado ordenado pelos preceitos religiosos, onde os líderes religiosos exerciam forte influência sobre a Casa Real.
- ⁵ Atualmente a cidade de Guimarães, Baixada Maranhense.
- ⁶ Cronologia feita pela edição comemorativa de 150 anos da primeira publicação de Úrsula, pela Editora Mulheres.
- ⁷ É importante ressaltar que no século XIX a ideia de divisão regional que localiza o Maranhão ao Nordeste do país ainda não estava em voga, portanto o uso da palavra Norte é em consonância ao período histórico que estamos tratando. No século XIX o Maranhão está fortemente ligado ao Pará, localizados politicamente ao Norte do Brasil.
- ⁸ Não estamos afirmando que estas são as funções sociais exclusivas para as mulheres, nem que estas aceitam tais determinações passivamente. Sobre as relações de poder que envolvem o “feminino” ler os estudos Butler (2003), Scoot (1992), Perrot (1988) e Challhoub (2001).
- ⁹ Preferimos o termo “idosa” para referirmo-nos a pessoas de maior idade. No texto é usada a palavra “velha”.
- ¹⁰ De Butler utilizamos a ideia de marcações de gênero presentes na obra Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.
- ¹¹ Nascimento Moraes Filho foi jornalista e escritor maranhense. Resgatou a obra de Maria Firmina dos Reis, lançando em 1975 a obra “Maria Firmina – fragmentos de uma vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto de 27 de Setembro de 1808**. Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/.../collecao_leis_1808_parte1.pdf?...4>. Acesso em: 15 nov. 2013.

_____. **Decreto de 3 de março de 1821**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-2-3-1821.htm>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Tradução de Sérgio Góis de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro. Jorge Zaher Editora, 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 arte de fazer**. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. 16 ed. Petrópolis. Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

DINIZ, Leudjane Michele Viegas. **Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance O Mulato, de Aluísio de Azevedo**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. In: **Estudos Lingüísticos**, v. 35, p. 234-243, 2006. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/169.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RÉGNIER-BOHLER, Danielle. Ficções. In: DUBY, George (Org.). **História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula. (1859)**. Minas Gerais: Editora Mulheres-PUC/MG, 2004.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SISSA, Giulia. DETIENNE, Marcel. **Os deuses gregos**. Tradução de Rosa Maria Boaventura. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

VELLOSO. Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 1988. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

A IMPORTÂNCIA DOS ALIMENTOS FUNCIONAIS NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

Danielle dos Santos Oliveira*

Ericka Gabrielle Coelho Costa*

Gleiciane Alves de Moraes*

Josilene de Sousa Bastos*

Julianne Lima da Conceição*

Marjanne Pestana Ferreira*

Mayara Learte Carvalho*

Mauricelia Lima Muniz Silva*

Roberta Caldas Batista*

Suzanilda Moraes Ferreira*

Vera Lúcia Lopes de Barros**

RESUMO

O Câncer de mama se trata de uma patologia neoplásica de grande incidência entre as mulheres, onde seu aparecimento pode estar relacionado a mal hábitos alimentares, antropométricos e a fatores hereditários. Diversos alimentos já possuem comprovação de sua eficácia no auxílio da prevenção de diversas patologias, dentre elas o câncer de mama, alimentos estes que vem a contribuir com a melhoria da qualidade de vida e na manutenção da saúde de forma em geral. Este artigo tem como objetivo apresentar as principais propriedades de alguns alimentos funcionais, buscando maior ênfase nas suas ações relacionadas com o câncer de mama, em vista da alta prevalência e mortalidade relacionada a mesma. A alimentação é um grande aliado na prevenção dessa doença.

Palavras-chave: Câncer de mama. Alimentos funcionais. Saúde. Neoplasia. Nutrição.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil, o câncer de mama figura como uma das maiores causas de morbimortalidade em todo o mundo e, no Brasil apresenta-se como a neoplasia maligna mais incidente entre mulheres, assim como a principal causa de morte por câncer. Diversos esforços vêm sendo realizados a fim de identificar os determinantes do câncer de mama, assim como os fatores protetores, e a abordagem terapêutica adequada. Portanto, a progressão e controle desta doença parecem estar relacionados a hábitos alimentares, consumo de gorduras, carnes,

* Graduandas do Curso de Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF).

** Doutora, pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Endereço para correspondência. Laboratório de Entomologia Médica, Departamento de Patologia, Universidade Federal do Maranhão, Praça Madre Deus no 02, 65.025-560 São Luís-MA. E-mail: veralucia.bio@bol.com.br.

produtos lácteos, fibras, fito estrógenos e outros componentes dietéticos.

A importância da dieta na abordagem ao câncer de mama já é reconhecida, entretanto, os componentes alimentares quimiopreventivos necessitam ser mais bem fundamentados.

Vale ressaltar sobre inúmeros fatores que afetam a qualidade da vida moderna, de forma que a população deve conscientizar-se da importância de alimentos contendo substâncias que auxiliam a promoção da saúde, trazendo com isso uma melhora no estado nutricional. (KATHLEEN, 2012).

A incidência de morte devido a acidentes cardiovasculares, câncer, acidente vascular cerebral, arteriosclerose, enfermidade hepática, dentre outros, pode ser minimizada através de bons hábitos alimentares. Os alimentos funcionais devem estar na forma de alimento comum, serem consumidos como parte da dieta e produzir benefícios específicos à saúde, tais como a redução do risco de diversas doenças e a manutenção do bem-estar físico e mental.

As substâncias biologicamente ativas encontradas nos alimentos funcionais podem ser classificadas em grupos tais como: parabióticos e pro bióticos, alimentos sulfurados e nitrogenados, pigmentos e vitaminas, compostos fenólicos, ácidos graxos poliinsaturados e fibras. Desta forma os alimentos funcionais e sua influência benéfica na prevenção ao câncer de mama será o ponto alto deste trabalho, objetivando a observação da influência desses alimentos na recuperação desses pacientes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo bibliográfico baseado em investigações epidemiológicas, vários estudos conduzidos em diferentes populações têm associado inúmeros fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de mama em idades variadas. Além destes, fatores ligados ao comportamento humano e estilo de vida por meios dos alimentos funcionais foram avaliados.

As técnicas de revisão bibliográfica seguindo o referencial metodológico de Ministério da Saúde que preconiza a realização sistematizada e coordenada de prevenção em todo o Brasil. Também foram avaliados trabalhos sobre Rede social, pode ser entendida como uma teia de relações que interligam os indivíduos que possuem vínculos sociais entre si, permitindo que os recursos de apoio fluam através desses vínculos, enquanto que apoio social possui a dimensão informativa ou de recursos fornecidos por membros da rede gerando efeitos físicos, emocionais e comportamentais benéficos. Com isso avaliamos a importância dos alimentos funcionais.

3 VISÃO TEÓRICA SOBRE O CÂNCER DE MAMA

O câncer de mama é um problema de saúde pública em todo o mundo. Contudo, ocorre o crescimento anormal das células mamárias, tanto do ducto mamário quanto dos glóbulos mamários. Esse é o tipo de câncer que mais acomete as mulheres em todo o mundo, sendo 1,38 milhões de novos casos e 458 mil mortes pela doença por ano, de acordo com a Organização Mundial de Saúde. (OMS, 2016).

Conforme a proporção em homens e mulheres é de 1:100 - ou seja, para cada 100 mulheres com câncer de mama, um homem terá a doença. No Brasil, o Ministério da Saúde estima 52.680 casos novos em um ano, com um risco estimado de 52 casos a cada 100 mil mulheres. Segundo dados da sociedade brasileira de mastologia, cerca de uma a cada 12 mulheres terão um tumor nas mamas até os 90 anos de idade. (KATHLEEN, 2012).

O câncer de mama é a neoplasia maligna de maior incidência entre as mulheres, sendo responsável por 15% do total de mortes por câncer. Baseado em investigações epidemiológicas, comprovados por estudos epidemiológicos do Ministério da Saúde. Portanto, pesquisa conduzida em diferentes populações tem associado inúmeros fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de mama. Idade avançadas, menarca precoce, menopausa tardia, e gestação a termo.

Vale deixar claro sobre o uso de hormônios exógenos (reposição hormonais e contraceptivos) já se encontram bem estabelecidos como fatores que podem aumentar a probabilidade de desenvolver o câncer. Além destes, fatores ligados ao comportamento humano e estilo de vida estão sendo cada vez mais relacionados ao desenvolvimento de tumores malignos. (ALBRECHT, 2016).

Na pesquisa bibliográfica constatamos em estudos revelam que a associação entre dieta rica em gordura saturada e proteína animal e pobre em fibra pode estar relacionada com o aparecimento de câncer de mama. Bem como o consumo regular de álcool, fatores estes que agrava o prognóstico. Em contrapartida, encontramos a atividade física e o alto consumo de frutas e verduras, bem como alimentos fontes de antioxidantes e fitoestrógenos, como fatores protetores e prognósticos positivo contra o câncer de mama. (ALBRECHT, 2016).

A nutrição pode modificar o processo carcinogênico em qualquer estágio, incluindo metabolismo do carcinógeno, defesas das células e do hospedeiro, diferenciação celular e crescimento do tumor. A expressão do gene pode ser promovida ou alterada por nutrientes durante a gravidez, infância e durante a vida. Assim, nutrição e dieta contribuem aproximadamente com 30% de fatores causais para o câncer.

A influência significativa da dieta e nutrientes em todo mundo é avaliada amplamente em estudos de migração entre culturas. A complexidade da dieta apresenta um desafio difícil. Os literalmente milhares de substâncias químicas na dieta, algumas bem conhecidas e outras poucas conhecidas. (ALBRECHT, 2016).

Algumas carcinógenos dietéticos, mas frequentes abrangem os pesticidas naturais produzidos por plantas para proteção contra fungos, insetos ou animais predadores. Os inibidores de carcinogênicos alimentares incluem, antioxidantes (vitamina C, vitamina A, vitamina E, e os carotenoides, selênio e zinco), e fitoquímicos (frutas e vegetais). (LANDTROM, 2007).

4 VISÃO TEÓRICA SOBRE OS ALIMENTOS FUNCIONAIS NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA

Os alimentos funcionais são alimentos ou ingredientes que oferecem benefícios à saúde, além de suas funções nutricionais básicas. Eles podem, por exemplo, reduzir o risco de doenças crônicas degenerativas, como câncer e diabetes, entre outras. Portanto, a busca da saúde através da alimentação vem desde a antiguidade, como citado pelo filósofo grego Hipócrates: “[...] que o alimento seja seu medicamento e o medicamento seja o seu alimento”. (GARCIA, 2004).

O conceito de alimentos funcionais surgiu no início dos anos 80 no Japão, a partir da preocupação com os problemas de saúde associados ao aumento da expectativa de vida da população. Intencionava-se adicionar na dieta alimentar, ingredientes naturais que deveriam apresentar funções específicas no organismo, como a melhoria dos mecanismos de defesa biológica, a prevenção ou terapia de alguma enfermidade ou disfunção, melhoria das condições físicas e mentais e do estado geral de saúde e retardo no processo de envelhecimento orgânico.

Com a evolução da ciência e a tecnologia de alimentos e outras áreas afins tem se constatado cientificamente que a saúde pode ser controlada pela alimentação e que o baixo ou excessivo consumo de alimentos estão relacionados a manifestações de algumas patologias.

Sabe-se hoje da importância dos alimentos funcionais na saúde das pessoas, porém fazem-se necessários estudos quanto ao consumo desses alimentos, analisando o consumo dos mesmos para que estes alimentos desempenhem os seus benefícios à saúde. (GARCIA, 2004).

Algumas mudanças nos hábitos alimentares podem ajudar a reduzir os riscos de desenvolvimento do câncer de mama. A adoção de uma alimentação saudável contribui não só para a prevenção dessa doença, mas também no processo de recuperação. A partir do ano 1990,

o mês de outubro se transformou em sinônimo de prevenção e combate ao câncer de mama. O outubro rosa também serve para que as mulheres prestem mais atenção em seus hábitos alimentares e rotinas de exames.

Frutas, verduras, legumes e cereais integrais contêm nutrientes, tais como vitaminas, fibras e outros compostos que auxiliam as defesas naturais do corpo a destruírem os carcinógenos, antes que causem sérios danos às células. Esses tipos de alimentos também podem bloquear ou reverter os estágios iniciais do processo de carcinogênese e, portanto, devem ser consumidos com frequência. (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, 2011).

4.1 Ácidos graxos presente nos alimentos

Grupos compostos pelos ácidos graxos poliinsaturados, destacando as séries ômega 3 e 6 encontrados em peixes de água fria (salmão), óleos vegetais, semente de linhaça, nozes e alguns tipos de vegetais. Encontram-se relacionados com a prevenção de várias doenças, através da redução dos níveis de triglicerídeos e colesterol sanguíneo, aumentando a fluidez sanguínea e reduzindo a pressão arterial.

Bacalhau tem importantes propriedades que ajudam a diminuir o LDL (colesterol ruim), e triglicerídeos, responsáveis por aumentar o HDL (colesterol bom), além de ser importante na prevenção e controle de doenças cardiovasculares, aterosclerose, hipertensão e distúrbios inflamatórios e autoimunes. O bacalhau inibe outros tipos de câncer, e também tem ômega 6, ácidos graxos essenciais para o sistema imunológico. Contém várias vitaminas, entre elas, as vitaminas A1, B2 e C, além de minerais como potássio, magnésio, fósforo e cálcio.

Azeite de oliva, este ingrediente conta com propriedades que possuem a capacidade de danificar o gene cancerígeno que aparece em 25 a 30% dos casos de câncer de mama. Além disso, o azeite de oliva é uma opção mais saudável para o óleo de cozinha convencional. Podendo ser usado no preparo de diversos pratos.

Cereais, as fibras previnem o câncer de mama e ajudam a regular as funções do intestino, baixar o colesterol ruim e controlar o açúcar do sangue. Existem dois tipos de fibras as insolúveis e as solúveis. As últimas são encontradas principalmente no farelo de trigo, auxiliando, principalmente, no funcionamento do sistema digestivo, deixando o intestino regulado e promovendo a prevenção do câncer. A aveia é uma fibra solúvel e ajuda a diminuir o colesterol do sangue, prevenindo, também, doenças do coração.

Feijão, ervilha e lentilha, os diferentes tipos de grãos, como inibem a invasão das células cancerígenas em tecidos adjacentes. Esses grãos são fontes de fibras, portanto,

colaboram para o controle da gordura e da glicemia no sangue, previnem doenças digestivas e também cardiovasculares. O feijão e as ervilhas tem alto valor nutricional, contendo, ainda, ferro, cálcio, vitaminas, sais minerais e baixo teor de gordura.

Alho, o ingrediente tem ação anticancerígena e combate as infecções causadas por vírus e bactérias, além de retardar o envelhecimento das células e fortalecer o coração e o sistema respiratório. O alho não só reduz o risco de câncer de mama, mas também diminui a probabilidade do câncer de estômago, pâncreas e esôfago.

4.2 A distribuição dos Alimentos quanto às cores na prevenção do câncer de mama

O segredo para uma alimentação saudável está na regularidade das refeições, comer de 03 em 03 horas, consumir dois litros de água por dia, e compor o prato de alimentos variados e coloridos. Pesquisas comprovam que quanto mais colorida a refeição mais nutrientes. As cores que os alimentos naturais ou *in natura* contém são pigmentos e não podem ser confundidas com corantes presentes em alimentos artificiais.

4.1.1 Alimentos brancos

Os alimentos brancos são indispensáveis a saúde dos seres humanos e regula o intestino: Batata com casca, couve-flor, cogumelo, banana e feijão branco contém mais fibras que outros alimentos. Em função disso, evitam a prisão de ventre e fortalecem o intestino. O alho e a cebola melhoram a resistência imunológica e são antioxidantes. (SAÚDE E MESA, 2012).

Os alimentos de coloração branca são ricos em um grupo específico de compostos fenólicos denominados flavonoides. Um destaque entre eles é a maçã. O aspecto mais positivo da maçã é o de ser um alimento que oferece poucas calorias, muitas fibras e substâncias antioxidantes, que atuam benéficamente reduzindo o risco de doenças. Mas é importante dizer que os benefícios multiplicam-se quando a casca da fruta é ingerida, pois é nela que se concentram em maior quantidade as substâncias ativas. Exemplo: Banana.

4.1.2 Alimentos vermelhos

O licopeno é uma substância que age como antioxidante e é responsável pela cor vermelha do morango, tomate, melancia, caqui, goiaba vermelha, framboesa, cereja. A

principal atividade funcional do licopeno é a prevenção do câncer de próstata. E interessante, com o aquecimento o licopeno se torna mais biodisponível para o organismo humano. Vale a pena investir nos molhos concentrados de tomate. Exemplos: tomate; goiaba etc. (SAÚDE E MESA, 2012).

4.1.3 Alimentos verdes

Os alimentos de cor verde como os vegetais folhosos, o pimentão, o salsa e as ervas contêm: cálcio, clorofila, vitamina C e vitamina A, substâncias com os seguintes efeitos:

- a) Desintoxicam as células;
- b) Inibem radicais livres (que danificam as células e causam doenças);
- c) Tem efeito anticancerígeno e ajudam a proteger o coração;
- d) Protegem o cabelo e a pele;
- e) Melhoram o sistema imunológico;
- f) Importante para os ossos e contração muscular. (SAÚDE E MESA, 2012).

4.1.4 Alimentos arroxeados

As frutas e vegetais de cor roxa, preta e azul contêm os pigmentos chamados antocianinas. As antocianinas são antioxidantes capazes de retardar os sinais de envelhecimento e atuar na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis como o câncer. Além disso, auxiliam a função cognitiva, sendo interessante para a prevenção de doenças neurodegenerativas como Alzheimer. Exemplos: o açaí, jabuticaba, ameixas, entre outros.

4.1.5 Alimentos amarelos ou alaranjados

As xantofilas, luteína e zeaxantina, são responsáveis pela cor amarela da mácula da retina humana. Deste modo, a principal atividade deste composto é sua ação contra a degeneração macular. Fontes desses carotenoides que possuem esse efeito protetor são agrião, milho, espinafre e ovo.

No grupo dos carotenos, temos o beta caroteno. O beta caroteno é responsável pela cor alaranjada dos alimentos e tem recebido atenção especial na luta contra o câncer. O consumo de frutas alaranjadas e amarelo-escuras é um aliado na prevenção do câncer de colo uterino, segunda maior causa de morte por câncer entre as mulheres. Outra atividade importante

do beta Caroteno é sua atividade como provitamina A. Os carotenoides provitamina A são: beta caroteno, alfa caroteno e beta criptoxantina. Exemplo: laranja.

4.1.6 Alimentos marrons

As fibras e vitaminas do complexo B e E são, principalmente, encontradas nas nozes, aveia, castanhas e cereais integrais como arroz, trigo e centeio. Consuma alimentos integrais, que tem uma cor marrom (pães, biscoitos, macarrão, etc.).

4.2 Função dos alimentos marrons

- a) Melhoram o funcionamento do intestino;
- b) Combatem a ansiedade e a depressão;
- c) Previnem o câncer e as doenças cardiovasculares. (SAÚDE À MESA, 2012).

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA 2011) câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se “metástase” para outras regiões do corpo. Dividindo-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores “acúmulo de células cancerosas” ou neoplasias malignas.

Vale enfatizar que o câncer apresenta-se como uma das principais causas de morbidade e mortalidade na população mundial, e, entre as mulheres, destaca-se o câncer (CA) de mama pela sua incidência e prevalência. (MATOS, 2016).

O mesmo representa, nos países ocidentais, uma das principais causas de mortalidade nas mulheres, sendo o segundo tipo de CA mais frequente no mundo e o primeiro entre mulheres.

Estima-se como CA de bom prognóstico, se diagnosticado e tratado precocemente. As taxas de mortalidade deste câncer continuam elevadas no Brasil, muito provavelmente porque a doença é diagnosticada em estágios avançados. (BRASIL 2016).

Segundo o INCA 2011, no Brasil,

[...] as estimativas para o ano de 2012 serão válidas também para o ano de 2013 e apontam a ocorrência de aproximadamente 518.510 casos novos de câncer, incluindo os casos de pele não melanoma, reforçando a magnitude do problema do câncer no país. São esperados um total de 257.870 casos novos para o sexo masculino e 260.640 para o sexo feminino. Confirma-se a estimativa que o câncer da pele do tipo não melanoma (134 mil casos novos) será o mais incidente na população brasileira,

seguido pelos tumores de próstata (60 mil), mama feminina (53 mil), cólon e reto (30 mil), pulmão (27 mil), estômago (20 mil) e colo do útero (18 mil) [...]

Devido à grande escala de casos de CA em 2004, foi sancionada a Portaria GM/MS nº 2.439, de 8 de dezembro de 2005, que institui a política nacional de atenção oncológica (Promoção, Prevenção, Diagnóstico, Tratamento, Reabilitação e Cuidados Paliativos), a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão do SUS. (BRASIL, 2016).

Os objetivos gerais da portaria foram: a redução da incidência, a redução da mortalidade e o aumento da qualidade de vida. Sendo os eixos estratégicos: fortalecimento das políticas de promoção e prevenção; garantia de acesso aos serviços de saúde; integração de todos os níveis da rede assistencial; mobilização da sociedade; capacitação dos profissionais de saúde (não apenas de especialistas); garantia da qualidade dos serviços e a incorporação crítica de novas tecnologias. Dentre as diretrizes, destaca-se que o plano de controle dos cânceres do colo do útero e da mama deve fazer parte integrante dos planos municipais e estaduais de saúde. (BRASIL, 2005).

O caminho mais educativo seria por meio de palestras e eventos educativos tem uma grande importância e relevância para as pessoas que assistem pois é por meio destas atividades é que ocorre muitas vezes a conscientização das ações possíveis para prevenir as doenças.

É importante o trabalho coletivo de todos os profissionais da saúde os quais proporcionam informações (dúvidas), orientações, assistência à saúde e prevenção/deteção precoce incentivando e conscientizando a comunidade a participar dos eventos da sua Unidade Básica de Saúde.

Conforme o INCA (2011), também sabe que a atividade física tem um papel protetor em relação ao câncer, e que 5% de todas as mortes por câncer no mundo estão relacionados com a inatividade física, não esquecendo que a alimentação inadequada e obesidade influencia o risco de câncer de várias localidades, como cólon, estômago, boca, esôfago e mama.

Após as avaliações por meio dos estudos constatamos que a realidade do CA no Brasil é dramática e caótica. Onde as estimativas mostram que 19% dos cânceres poderão ser evitados por meio de uma alimentação saudável, prática regular de atividade física e o controle do peso corporal no nosso dia a dia.

A relevância da alimentação saudável ainda consiste em um desafio para o Brasil, onde dados da Pesquisa de Orçamento Familiar, do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. (IBGE, 2016).

Na avaliação do Brasil, (2016) divulgado em junho, revelam que os brasileiros consomem 126,4 gramas diários de alimentos de origem vegetal. A visita domiciliar é uma forma de atenção em saúde coletiva sendo voltada ao atendimento do indivíduo, e equivale a sua família ou à sua coletividade). Nesse sentido, é um conjunto de ações de saúde voltadas para o atendimento, seja ele assistencial ou educativo, que permite ao agente comunitário de saúde (ACS) interagir com o meio em que o indivíduo vive, observar e conhecer sua realidade.

5 OS FITOQUÍMICOS ATUANDO NA FISIOLOGIA HUMANA PREVINIDO CÂNCER

Desde Hipócrates (460-377 a.C.) que se conhece a correlação entre alimentação e saúde, o qual reconheceu que “as diferenças nas doenças dependem dos nutrientes”. Contudo, vários estudos epidemiológicos indicaram uma associação positiva entre o consumo de frutos, hortícolas e cereais inteiros, e uma menor incidência de cânceres do estômago, esôfago, pulmões, faringe e cavidade oral, endométrio, pâncreas e cólon. (INCAS, 2003).

Ainda vale salientar que o ser humano foi exposto a uma variedade de fitoquímicos durante milhões de anos: através da cautelosa seleção de espécies de plantas para a sua alimentação, conseguiu evitar as que causam toxicidade aguda. No entanto, vários fitoquímicos presentes nos alimentos vegetais ainda afetam a saúde humana positivamente ou negativamente em longo prazo. Devido à sua grande diversidade, os fitoquímicos podem atingir uma ampla variedade de funções fisiológicas e de vias metabólicas.

Quando se trata de alimentos, todas as pessoas suscetíveis ao câncer se preocupam e procuram fazer a práticas dos mesmos. No entanto, os fitoquímicos tais como os curcuminóides da cúrcuma, os glucosinolatos dos vegetais crucíferos, as isoflavonas da soja ou o licopeno do tomate, evidenciam propriedades anticancerígenas. Estes compostos atuam através de diversos mecanismos celulares e moleculares, incluindo a estimulação de sistemas detoxificantes, a inibição do ciclo de proliferação celular, a indução da apoptose, a imunomodulação ou inibição da angiogênese. Numerosos relatórios destacam as propriedades dos fitoquímicos antioxidantes como sequestradoras de radicais livres, tais como os polifenóis. Parece que os efeitos biológicos desses antioxidantes são diversos e envolvem respostas mediadas pelas células e a modulação de várias vias de sinalização celular. (WANSINK, 2005).

Na leitura sobre o contexto observamos que a carcinogénese é geralmente um processo complexo e multi-etápico no qual ocorrem alterações moleculares e celulares distintas. Esse processo se dá com o objetivo de simplificar a compreensão das diferentes opções possíveis para a quimio-prevenção no desenvolvimento e na progressão do cancro, são descritas as seguintes etapas: iniciação, quando as células estão expostas a um agente carcinogénico; promoção, quando as células “anormais” persistem e iniciam uma etapa pré-neoplásica; progressão, fase final da tumorigénese, quando ocorre crescimento celular descontrolado. Um agente quimio-preventivo do cancro poderia ser efetivo em qualquer uma das etapas clássicas da carcinogénese (iniciação, promoção, progressão).

Os fitoquímicos apresentam uma grande diversidade de estruturas químicas. Estes compostos podem ser classificados em vários grupos, sendo os principais: compostos fenólicos, terpenóides, alcalóides e outros compostos nitrogenados, hidratos de carbono e lípidos.

Todos os flavonoides possuem o mesmo elemento estrutural, o difenilpropano, formado por dois anéis aromáticos ligados por uma cadeia de três átomos de carbono (C6-C3-C6) que, geralmente constitui um heterocíclico central contendo oxigénio, e têm a presença de, pelo menos, três hidroxilos fenólicos, um deles ligado a uma os, quando sob a forma de heterósidos (substâncias formadas pela condensação de uma ou mais, muitas vezes, a glucose, com um grupo não osídeos denominado aglicónico ou gemina). (MATOS, 2007; RUSSO et al., 2007).

Vamos nos retratar aos terpenóides, outra classe principal de fitoquímicos, têm características lipofílicas na natureza. Os terpenóides apresentam unidades isoprénicas nas suas estruturas e são, por isso, conhecidos como isoprenóides. Podem ser classificados de acordo com o número de unidades isoprénicas C5 incorporadas à estrutura. Dessa forma, os terpenóides formam uma grande família de compostos estruturalmente diversos, destacando-se os monoterpenos (formados por duas unidades isoprénicas), os sesquiterpénicos (formados por três unidades isoprénicas), os diterpenos (com quatro unidades isoprénicas), e os triterpenos (com 6 unidades isoprénicas).

Já com relação aos monoterpénicos e sesquiterpénicos são constituintes dos óleos essenciais. Nos monoterpénicos, os hidrocarbonetos podem ser acíclicos (mirceno, da folha do loureiro, etc.) ou monocíclicos (limoneno, dos citrinos, etc.).

Nos alcalóides são definidos como constituintes azotados, de origem não-peptídica, tendo aminoácidos como precursores biossintéticos. Encontram-se nas plantas, normalmente combinados com ácidos orgânicos, formando sais solúveis e são dotados de grande actividade biológica. Quimicamente, os alcalóides podem ser classificados de acordo com o aminoácido

precursor. A título de exemplo, considera-se os seguintes tipos de estruturas para os quais se indica um alcalóide representativo: purina (caféina) e quinolizidina (lupanina, do tremoço. (; ZENEBE, 2002; BRASIL, 2016).

No processo de carcinogênese atualmente, o conceito de “carcinogênese multi-etápica” propõe que o cancro é desenvolvido ao longo de um período de tempo por acumulação de mutações somáticas numa única célula, resultando em alterações fenotípicas graduais, desde a célula normal à pré-neoplásica, progredindo para a neoplásica. Estas diferentes etapas na carcinogênese são geralmente descritas como: iniciação (dias), promoção (vários anos) e progressão (1-5 anos). (WANSINK, 2005)

A iniciação é irreversível e inclui a alteração inicial ao nível do ácido desoxirribonucleico (ADN) pelos agentes carcinogénicos químicos ou físicos. O curso da transformação celular (ou iniciação) envolve a mutação genética, o metabolismo carcinogénico e a reparação deficiente do ADN. Nesta fase inicial, os carcinogénicos ambientais (alimentares, tabaco, poluição) induzem uma ou mais mutações simples, incluindo pequenas deleções nos genes que controlam o processo da carcinogênese. (BRASIL, 2016).

A progressão é geralmente irreversível e caracteriza-se pelas alterações genéticas no cariótipo, as quais surgiram pela acumulação de genes mutados, resultando em anomalias cromossômicas. A fase de progressão desencadeia a última etapa da carcinogênese com invasão, angiogênese e potencial metastização e. contudo a transformação de células pré-malignas para malignas envolve a ativação de proto-oncogenes e/ou inativação dos genes supressores tumorais. Ambos os tipos de genes, quando mutados, causam alterações em processos celulares preponderantes, relacionados com o crescimento celular e a proliferação. (ALBRECHT, 2016).

Na quimioprevenção muitos fitoquímicos presentes numa alimentação rica em frutos e hortícolas têm sido propostos como potenciais agentes quimiopreventivos.

Segundo a classificação proposta em 1985 por Lee Wattenberg, os fitoquímicos podem agir como agentes bloqueadores, imediatamente antes ou durante a iniciação da carcinogênese ou como agentes supressores, atuando no decorrer das fases de promoção e de progressão. Os agentes bloqueadores previnem a ativação metabólica de pré-carcinogénicos ou aumentam as atividades enzimáticas na destoxificação carcinogénica (biotransformação) para uma eficiente eliminação de carcinogénicos. (LANDSTROM, 2007).

Ao abordar o processo da apoptose considerada um mecanismo pelo qual os fitoquímicos poderiam exercer propriedades quimiopreventivas, as quais têm sido verificadas em células malignas in vitro. A importância desta observação tornou-se óbvia pela constatação

do mecanismo de ação pelo qual os fármacos quimiopreventivos exercem o seu efeito, em concreto, a indução do apoptose. (MACHADO, 2016).

Recentemente tem sido publicado um número considerável de estudos que estabelecem uma relação entre fitoquímicos alimentares e apoptose. Foi constatado com a indução da apoptose pode eliminar completamente células geneticamente danificadas de um tecido. Em grande parte dos fitoquímicos têm sido observados efeitos na regulação das vias intrínsecas da apoptose. (MATOS, 2007).

Os trabalhos ainda abordam sobre a atividade anticancerígena dos fitoquímicos alimentares, a importância fundamental da sua biodisponibilidade e do seu metabolismo tem sido por vezes negligenciada.

Conforme as declarações emitidas pelo grupo de trabalho de quimioprevenção americano, um dos principais aspectos de um potencial agente quimiopreventivo é a sua “segurança”: deve ser administrado em doses muito mais reduzidas comparativamente às de um fármaco quimiopreventivo, uma vez que os indivíduos “receptores” poderão ser “saudáveis”. No entanto, a partir de uma apreciação da literatura, parece claro que as concentrações dos agentes quimiopreventivos geralmente descritas nos artigos científicos, encontram-se dentro de um intervalo semelhante ou superior ao das doses farmacológicas. (MEHTA, 2010).

Vale ressaltar que na maioria dos compostos fenólicos estão armazenados nas plantas conjugados a um grupo glicosídico, sendo que este pode variar no seu grau de polimerização. Embora já tenha sido observada em ratos a absorção de compostos fenólicos através do estômago, o local predominante de absorção no ser humano ocorre no intestino. (RUSSO et.al., 2007).

Ainda falando dos alimentos funcionais, é indispensável abordar sobre a carne de alguns peixes como atum, salmão, arenque, sardinha e bacalhau vem sendo alvo de estudo devido à presença de ácidos graxos ômega-3, que apresentaria benefícios nutricionais e medicinais. (SUÁREZ-MAHECHA et al., 2002).

Assim, os ácidos graxos ômega 3 produzem uma quantidade bem menor de peróxidos e mais débeis quando comparados ao ácido araquidônico, além de impedir a síntese de eicosanóides não apropriados ao competirem com os ácidos graxos ômega-6, agindo como falso substrato para a cicloxigenase.

6 CONCLUSÃO

Neste artigo foram apresentados apenas alguns dos mecanismos biológicos geralmente mais observados em determinados fitoquímicos. Contudo, esses exemplos ilustram o enorme potencial destes compostos na modulação do processo alimentar na prevenção do câncer de mama.

Após a leitura de alguns teóricos observamos que muitos deles comprovaram que os fitoquímicos são altamente eficazes a impedir o desenvolvimento do cancro em cada fase da carcinogênese, também se constata que estes agentes são protetores para as células ditas “normais.

Do mesmo modo que os efeitos benéficos destes compostos nutricionais estão muito bem estudados, os possíveis efeitos tóxicos estão a ser destrinçados a passos largos. Desta forma, se faz necessário uma predição bem sucedida das consequências do consumo destes fitoquímicos por parte do ser humano só irá ser possível depois de se traçarem doses apropriadas e de se atenderem às questões da segurança.

As ações preventivas por meio do autoexame da mama, mamografia realizada regularmente conforme o que preconiza o ministério da saúde, trabalho em grupos no intuito de conscientizar as mulheres, estas ações desenvolvidas para se obter um diagnóstico precoce, os sujeitos ainda reforçam a importância do nosso trabalho sobre esse assunto tão importante no contexto social. Pois nos fez conhecer sobre os fatores de risco para câncer, ainda os trabalhos dos agentes comunitários de saúde realizando a busca ativa por meio de visitas domiciliares nos seus respectivos municípios.

Foi um fato que nos chamou a atenção sobre essa pesquisa que comprovadamente os gestores brasileiros dificultam o caminho dos pesquisadores que buscam alternativas sustentáveis na prevenção do câncer de mama. Principalmente, antes do uso bem sucedido dos putativos agentes quimiopreventivos no ser humano. Contudo, entender os mecanismos de ação dos fitoquímicos serve como indicadores os governantes, uma vez que a maior parte desses compostos é uma parte integral da nossa alimentação. Em termos de saúde pública, a erradicação do cancro nos países ocidentais representa uma das missões científicas do novo milênio.

THE IMPORTANCE OF FUNCTIONAL FOODS IN THE PREVENTION OF BREAST CANCER

ABSTRACT

Breast cancer is a neoplastic disease of great incidence among women, where its appearance may be related to poor eating habits, anthropometrics and hereditary factors. Several foods already have evidence of their effectiveness in helping to prevent various diseases, including breast cancer, which contribute to the improvement of the quality of life and the maintenance of health in general. This article aims to present the main properties of some functional foods, seeking greater emphasis on their actions related to breast cancer, in view of the high prevalence and related mortality. Food is a great ally in the prevention of this disease.

Keywords: Breast cancer. Functional foods. Health. Neoplasm. Nutrition.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Cristina Arthmar Mentz et al. Mortalidade por câncer de mama em hospital de referência em oncologia, Vitória, ES. **Rev Bras Epidemiol.**, v. 16, n. 3, p. 582-591, 2013. Disponível em: Acesso em: 2 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ações de prevenção primária e secundária no controle do câncer de mama.** 2011. Disponível em: <[http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1340285346cap5%20\(1\).pdf](http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1340285346cap5%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 out. 2011.

GARCIA, A. P. M. Alimentos funcionais: contribuindo para a saúde e prevenindo doenças. Qualidade em Alimentação: Nutrição. São Paulo: Ponto Crítico, n. 19, jun./set. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Estimativas 2010: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA; 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Falando sobre câncer de mama. Rio de Janeiro: INCA, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002aquisicao/tab26.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

LANDSTRÖM et al. Use of functional foods among Swedish consumers is related to health-consciousness and perceived effect. **British Journal of Nutrition**, v. 98, n. 5, p. 1058-1069, nov. 2007.

KATHLEEN, Mahan L.; SYLVIA, Escott Stump; JANICE, L. Raymond. **Krause alimentos, Nutrição e Dietoterapia.** 13. ed. Editora Saunders: 2012.

MACHADO, Flávia Santos; PINHO, Iani Guimarães de; LEITE, Celina de Vasconcelos. A prevenção do câncer de mama pela atenção primária sob a ótica de mulheres com esta patologia. **Revista Enfermagem Integrada**, Ipatinga, v. 2, n. 2, p. 271-283, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://www.unilestemg.br/enfermagemintegrada/artigo/v22/Iani_Flavia_e_Celina.pdf> Acesso em: 30 nov. 2016.

MATOS, J. C. **Prevalência e fatores associados à prevenção secundária do câncer de mama em Maringá/PR**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4162/5128>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

MEHTA, R. G.; MURILLO, G.; NAITHANI, R.; PENG, X. Cancer chemoprevention by natural products: how far have we come? **Pharm Res.** v. 27, n. 6, p. 950-61, 2010.

RUSSO, G. L. Ins and outs of dietary phytochemicals in cancer chemoprevention. **Biochem Pharmacol**, v. 74, n. 4, p. 533-44, 2007.

SAÚDE À MESA: Conheça os benefícios dos alimentos funcionais. **Ver. Hospital Sírio Libanês**, p.16-18, 2012.

SUÁREZ-MAHECHA, H. et al. Importância de ácidos graxos poliinsaturados presentes em peixes de cultivo e de ambiente natural para a nutrição humana. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 101-110, 2002.

WANSINK, B.; WESTGREN, R. E.; CHENEY, M. M. **Hierarchy of nutritional knowledge that relates to the consumption of a functional food**. **Nutrition**. N. 21, p. 264-268, 2005.

ZENEBE, W.; PECHANOVA, O. Effects of red wine polyphenolic compounds on the cardiovascular system. **Bratislaval Medical Journal**, v. 203, n. 4-5, p. 159-165, 2002.

CÂNCER DE MAMA E OS CUIDADOS DA ENFERMAGEM

Kelyanne Mota Nogueira*

Luciana Vieira Pinho*

Raquel Ramos Pinto*

Regilane Silva Leite Alves*

Sarah Karoliny Rocha Sousa*

Josianne Rocha Barboza**

Rose Daiana Cunha dos Santos **

RESUMO

O aumento da incidência de doenças crônico-degenerativas no mundo e conseqüentemente no Brasil tem gerado uma série de estudos, inclusive sobre o câncer. Devido ao grande número de casos novos da patologia, é comum nos depararmos com estes pacientes durante a nossa prática clínica. Dentre estes, encontramos o câncer de mama que, no Brasil e no mundo, tem aumentado e aparecido cada vez mais cedo na vida da mulher. Este foi o fator relevante para a realização desta pesquisa bibliográfica, sendo os dados coletados por meio de livros, artigos, revistas e sites, com o objetivo de conhecer em profundidade as especificidades do câncer de mama, suas implicações e as considerações de enfermagem. É de extrema importância a valorização do referencial teórico para o aprimoramento de uma assistência mais integral e abrangente, uma vez que este tipo de neoplasia traz consigo uma diversidade de fatores. A revisão demonstrou a importância da equipe de enfermagem na atuação dessa patologia devendo ter com um conhecimento técnico científico suficiente para lidar com o tratamento das mulheres portadoras de câncer de mama.

Palavras-chave: Cuidados da enfermagem. Neoplasia mamária. Câncer de mama.

1 INTRODUÇÃO

O câncer de mama é uma doença heterogênea e complexa, que se apresenta de múltiplas formas clínicas e morfológicas, com diferentes graus de agressividade tumoral e potencial metastático, atingindo frequentemente mulheres após os quarenta anos de idade, embora se tenha observado um fenômeno, em nível mundial, do aumento de sua incidência em faixas etárias mais jovens. (PINHO et al., 2007).

* Graduandas do curso de Enfermagem da Instituição de Ensino Superior Franciscano. Paço do Lumiar, MA.

** Graduada em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Federal do Maranhão; Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: josi.anne.r@hotmail.com

** Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário do Maranhão; Especialista em Programa de Saúde da Família. Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: daianna11@hotmail.com

O câncer de mama representa um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo, dada a sua incidência, morbidade/mortalidade, como também pelo alto custo no tratamento, seguimento e reabilitação. Estimativas apontam que, em 2020, serão cerca de 15 milhões de novos casos, podendo atingir 12 milhões de mortos. Segundo o INCA (Instituto Nacional de Câncer), dos cânceres que surgem ao longo do ano, 22% desses casos são câncer de mama. (INCA, 2014).

Atualmente, o câncer da mama é o tipo de câncer que mais acomete mulheres, segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, a es <http://www.iesfma.com.br/index.php/revista> aproximadamente 57.960 novos casos de câncer de mama no Brasil. (INCA, 2014; FONSECA et al., 2016).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) nos Estados Unidos, estimou-se para 2012 cerca de 212.930 casos e 40.870 mortes para câncer de mama, sendo observado nesse país, bem como nos países da União Europeia, um aumento na mortalidade por esta neoplasia de até 1,5% no ano de 2012. Desta forma, a OMS considera que o câncer da mama representa nos dias atuais um grande e importante desafio para a saúde da mulher, visto que é crescente o número de novos casos que são diagnosticados a cada ano. (FONSECA et al., 2016).

As causas do câncer de mama ainda não foram determinadas com exatidão. Os fatores de risco significativos são: histórico familiar de câncer mamário em mãe, irmã, avó e tia e estar no período pré-menopausa. O tratamento contra o câncer de mama é feito à base de tóxicos e vai depender de fatores como o tamanho do tumor, o seu tipo histológico e sua resposta frente ao tratamento inicial. (OLIVEIRA et al., 2011).

Sabe-se que, com a detecção precoce e tratamento realizado no início do desenvolvimento do câncer de mama, há um aumento na sobrevivência e, conseqüentemente, a possibilidade de óbito diminui. Acredita-se que, ao receber um atendimento integral e humanizado, tendo suas dúvidas esclarecidas e aprendendo a se cuidar melhor, a mulher contribui para a promoção da saúde e prevenção de doenças graves, em especial a forma mais grave desse tipo de câncer. (LUCARELLI et al., 2011).

Portando, conhecer os fatores envolvidos na etiologia do câncer de mama, seu diagnóstico, prevenção e tratamento é extremamente importante, uma vez que este é um problema de Saúde Pública mundial.

Frente ao exposto, este presente artigo tem o objetivo de realizar revisão da literatura em relação à fisiopatologia, fatores predisponentes, prevalência, sinais e sintomas,

diagnóstico, tratamento e intervenção de enfermagem para essa patologia, nas bases de dados científicos Scielo, Google Acadêmico, LILAC, publicações em livros e sites específicos.

2 CÂNCER DE MAMA

De acordo com Duarte e Andrade (2010), o câncer de mama é um tumor maligno que se desenvolve na mama como consequência de alterações genéticas em algum conjunto de células da mama, que passam a se dividir descontroladamente. Ocorre o crescimento anormal das células mamárias, tanto do ducto mamário quanto dos glóbulos mamários. Este tipo de câncer aparece sob forma de nódulos e, na maioria das vezes, podem ser identificados pelas próprias mulheres, por meio da prática do autoexame.

Segundo o INCA (2014), o nódulo, muitas vezes, apresenta-se como uma massa dura e irregular que, quando palpada, se diferencia do resto da mama pela sua consistência.

Os termos mais usados para descrever o câncer de mama são:

- **Carcinoma:** descreve o câncer que começa na camada de revestimento (células epiteliais) dos órgãos, como o da mama. Todos os cânceres de mama são carcinomas ductal ou lúber;
- **Carcinoma *In Situ*:** termo usado para um tumor na fase inicial, ou seja, que está confinado à camada de células onde se originou. O carcinoma ductal *In Situ* da mama não invasivo ou pré-invasivo pode evoluir para um câncer de mama invasivo se não for tratado;
- **Carcinoma Invasivo:** um tumor invasivo é aquele que já cresceu para além da camada de células onde se inicia. A maioria dos cânceres de mama são carcinomas invasivos (carcinoma ductal invasivo e carcinoma lobular invasivo). (INCA, 2014).

Existem vários tipos de câncer de mama, alguns desses raros. Em alguns casos, um tumor na mama pode ser uma combinação destes tipos ou ser uma mistura de câncer de mama *In Situ* e Invasivo. (INCA, 2014).

2.1 Fisiopatologia

As células que constituem o corpo dos organismos multicelulares formam uma comunidade de tecidos altamente organizados e regulados por controles internos e externos ao tecido, como hormônios e fatores de crescimento. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2014).

Na sua formação, os órgãos só crescem até atingirem determinado tamanho, pois suas células obedecem aos sinais recebidos para entrar na fase G-zero do ciclo celular e interromper a proliferação. Um controle rígido sobre a proliferação celular também é exercido nos órgãos que, no organismo adulto, se regeneram após uma lesão. No entanto, as células cancerosas são células com DNA danificado e que, por isso, escapam do mecanismo de controle do ciclo celular. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2014).

O câncer consiste em uma enfermidade crônica, caracterizada pelo crescimento celular desordenado, o qual é resultante de alterações no código genético. Surge a partir de uma única célula que sofreu mutação, multiplicou-se por mitoses e suas descendentes foram acumuladas outras mutações que se foram somando, até darem origem a uma célula cancerosa em sequência da ação conjunta dessas mutações. O acúmulo de mutações por uma célula e suas descendentes é um processo lento, e isso, provavelmente, explica a maior incidência de câncer nas pessoas idosas. O processo de transformação neoplásica se inicia quando estas mutações alteram a função de genes que regulam direta ou indiretamente a proliferação ou a sobrevivência das células, como os proto-oncogenes e genes supressores de tumor. (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2014).

Os genes supressores de tumor, entre eles BRCA1/2¹ regulam negativamente a proliferação celular ou positivamente a morte celular programada (apoptose), protegendo a célula de um crescimento desordenado. As mutações que inativam estes genes contribuem diretamente para o desenvolvimento do tumor. (AMENDOLA; VIEIRA, 2005).

A célula cancerosa prolifera muito, perde a capacidade de aderência, secreta enzimas que atacam a matriz extracelular, invade os tecidos vizinhos, penetra nos vasos sanguíneos e linfáticos e se espalha pelo organismo, estabelecendo-se e proliferando em locais distantes de sua origem, nos quais produz tumores secundários: as metástases. As células malignas secretam moléculas que estimulam o crescimento dos vasos sanguíneos capilares, promovendo uma angiogênese (neoformação vascular). (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2014).

2.2 Fatores Predisponentes

As principais etiologias do câncer de mama são diversas, podendo associar-se a fatores externos ou internos ao organismo, estando ambos inter-relacionados. As causas externas relacionam-se ao meio ambiente e aos hábitos ou costumes próprios de um ambiente social, cultural e fatores físicos. As causas internas são, na maioria das vezes, geneticamente pré-determinadas, estão ligadas à capacidade do organismo de se defender das agressões externas. Esses fatores causais podem interagir de várias formas, aumentando a probabilidade de transformações malignas nas células normais. Os fatores de risco ambientais de câncer são denominados cancerígenos ou carcinógenos. Esses fatores atuam alterando a estrutura genética (DNA) das células. (ZELMANOWICZ, 2008).

Segundo Mohallem e Rodrigues (2007), as causas do câncer de mama são desconhecidas, mas é aceita pela comunidade científica a relação da doença com fatores próprios do hospedeiro, como a duração da atividade ovariana e a hereditariedade, além de fatores ambientais, tais como alimentação e utilização de determinados medicamentos. Alguns autores referem também a idade, localização geográfica, consumo de álcool, uso de contraceptivo oral e terapia de reposição hormonal como fatores de risco associados às neoplasias mamárias.

Alguns autores argumentam que o aumento do risco em mulheres obesas na pós-menopausa seria devido à conversão da androstenediona em estroma no tecido adiposo, por ser a maior fonte de estrogênios endógenos nestas mulheres. (MOHALLEM; RODRIGUES, 2007).

Sendo assim, consideram a etiologia do câncer de mama multifatorial e a evolução genética dos precursores malignos para doença invasiva é compreendida apenas em parte. Os fatores de risco incluem duração da exposição ininterrupta a estrógeno, nuliparidade e idade avançada à época do primeiro parto, anormalidades histológicas anteriores na mama, predisposição genética e fatores ambientais. (POLLOCK et al., 2006).

2.3 Prevalência

Os cânceres vêm assumindo um papel cada vez mais importante entre as doenças que acometem a população feminina, representando, no Brasil e no mundo, importante causa de morte entre as mulheres adultas. O câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo e o primeiro entre as mulheres. (FONSECA et al., 2016).

O aumento da sua incidência nos últimos anos em países desenvolvidos e em desenvolvimento vem sendo responsável pela principal causa de mortalidade entre as mulheres

na faixa etária de 40 a 59 anos de idade. Em 2012 foram estimados cerca de 1,67 milhões de casos dessa neoplasia, esperados para o ano em todo mundo, o que representa 25% de todos os tipos de câncer. Nos Estados Unidos, a incidência de câncer de mama em 2012 chegou a 21.939 casos e 40.870 mortes por esse tipo de neoplasia, sendo que a incidência nesse país cresceu 1,5%. (OMS, 2013).

Segundo o INCA (2008), um dos fatores que contribuem para alta mortalidade é o avançado estadiamento da doença no momento em que as mulheres são submetidas ao primeiro tratamento. Em geral, 50% dos casos são diagnosticados em estágios avançados (III e IV).

No Brasil, com todos os esforços dos programas de detecção e exames precoces, quase 16% das mulheres que foram diagnosticadas inicialmente com câncer de mama têm câncer avançado, e entre 5% e 6% das mulheres estão em Fase IV (metastático) da doença. Em relação à estratificação por regiões no Brasil, as estimativas apontam a Região Sudeste como a região de mais incidência de câncer de mama, com 71,18/100 mil casos ao ano, ficando à frente da região Sul, com 70,98/100 mil casos ao ano, e da Região Norte, com 21,20/100 mil casos ao ano. (INCA, 2014; FONSECA et al., 2016).

Na Região Nordeste a estimativa para o biênio 2016–2017 foram de 11.190 casos, sendo considerada a terceira região de mais incidência de câncer de mama. No Maranhão foram estimados em 2016, 650 / 19,30% novos casos desse tipo de neoplasia, e na cidade de São Luís, 240 / 43,51% novos casos de câncer de mama. (INCA, 2014; FONSECA et al., 2016).

Diante deste cenário, fica clara a necessidade de continuidade em investimentos no desenvolvimento de ações abrangentes para o controle do câncer, nos diferentes níveis de atuação, como: na promoção da saúde, na detecção precoce, na assistência aos pacientes, na vigilância, na formação de recursos humanos, na comunicação e mobilização social, na pesquisa e na gestão do SUS. (INCA, 2008).

2.4 Sinais e sintomas

Na fase inicial, o câncer de mama é geralmente assintomático, o que dificulta sua detecção precoce. O sinal mais notado pela paciente é a presença de um nódulo endurecido na mama; outras vezes a paciente relata a presença de um espessamento, leve endurecimento ou discreto incômodo, pode ocorrer também saída espontânea de secreção pelo mamilo, e secreção hemorrágica que está mais associada à presença de lesão maligna. A dor só ocorre nos casos mais avançadas e quase sempre associadas a alterações benignas. (SILVA; RIUL, 2011).

A retração do mamilo e da aréola está geralmente associada a tumores maiores. Nas formas mais avançadas pode surgir o edema cutâneo, com dilatação dos poros, o que determina o aspecto de "casca de laranja"; ulcerações com infecção secundária e hemorragia também podem aparecer nesta fase. A hiperemia cutânea ocorre nos casos mais avançados ou no carcinoma inflamatório; em menor frequência, podem ocorrer, como primeira queixa, sinais ou sintomas associados à presença de metástases linfáticas ou hematogênicas, sem tumor mamário palpável. (MOHALLEM; RODRIGUES, 2007).

Os sintomas de disseminação regional geralmente são: vermelhidão, ulceração, edema ou dilatação de veias; e aumento dos linfonodos na axila. As manifestações, quando se tem evidências de doenças metastáticas, são de: aumento dos linfonodos na região supraclavicular ou cervical; anormalidades na radiografia de tórax, com ou sem derrame pleural; elevação da fosfatase alcalina, elevação de cálcio, cintilografia óssea positiva e/ou dor óssea relacionada com comprometimento ósseo; podem ocorrer provas de função hepática alterada. (OTTO, 2010).

2.5 Diagnóstico e tratamento

Os tratamentos utilizados em pacientes com neoplasias mamárias têm como objetivos principais a cura, o prolongamento do tempo de vida e melhorar a qualidade de vida do paciente. (FONSECA et al., 2016).

O tratamento primário para a neoplasia mamária é a intervenção cirúrgica denominada de mastectomia, com objetivo de retirada do tumor. Esse procedimento cirúrgico também pode atingir outros locais próximos ao tumor, como tecidos circundantes, linfonodos da região axilar ou até mesmo a possível retirada da mama completa. O procedimento cirúrgico mais utilizado nos casos de neoplasia mamária é a mastectomia radical modificada, onde se tem a retirada de toda a mama juntamente com os linfonodos axilares. (OLIVEIRA et al., 2011).

Uma das dificuldades encontradas nesse procedimento é o desenvolvimento de linfedema no membro superior após a remoção de linfonodos axilares, podendo acarretar alterações físicas e funcionais. Recomenda-se que, após a cirurgia, não sejam feitos movimentos bruscos com o membro superior, evitar o aparecimento de infecções no membro, bem como evitar o manuseio de agulhas e materiais perfuro cortantes. (CANTINELLI et al., 2006).

Além da mastectomia, existem outras formas de tratamento, como a radioterapia, que tem uma ação locorregional no tumor, e os tratamentos sistêmicos. A radioterapia é uma forma de tratamento localizado que utiliza radiações ionizantes capazes de destruir as células tumorais. Estas radiações são capazes de gerar energia suficiente para liberar elétrons da estrutura atômica. (BRASIL, 2006).

O tratamento radioterápico é usado habitualmente em conjunto com a cirurgia, sendo um acréscimo para a eficácia do tratamento. A radioterapia é a modalidade de tratamento indicada para tumores localizados que não podem ser ressecados totalmente ou em casos que estes tendem a retornar ao local após o procedimento cirúrgico. (CRIADO et al., 2010).

As radiações em contato com os tecidos provocam lesões de várias formas, causando um rompimento das estruturas celulares, produzindo modificações químicas e biológicas. O mecanismo de ação dessas radiações se baseia na interação da radiação com os alvos, podendo ser o RNAm, DNA e proteínas, que causa o rompimento das ligações covalentes das moléculas, alterando sua estrutura irreversivelmente. (CRIADO et al., 2010).

Dentre os tratamentos sistêmicos, existe a hormonoterapia, que é usada em pacientes que têm tumores que expressam receptores hormonais para estrógeno e progesterona; a imunoterapia, que consiste na utilização do anticorpo anti- Her-2-neu que age contra o fator de crescimento epitelial Her-2-neu; e a quimioterapia, que é indicada para pacientes com chance de reincidência e em pacientes com receptores hormonais negativos. Estas formas de tratamento têm como finalidade diminuir a possibilidade do aparecimento de metástases. (CANTINELLI et al., 2006).

A quimioterapia consiste na administração de substâncias citotóxicas, isoladas ou combinadas, com finalidade de tratar, controlar ou com objetivo de palição no tratamento das neoplasias. A administração dos medicamentos pode ser venosa, em raros casos arterial, e possui limite de duração que varia de três a seis meses, dependendo do tipo de tumor, da toxicidade do tratamento, da resposta tumoral aos quimioterápicos e do planejamento terapêutico. (SOARES; SILVA, 2010).

No entanto, a quimioterapia causa muitos efeitos adversos, que podem ser divididos em dois grupos: agudos, que iniciam após alguns minutos da administração dos agentes antineoplásicos e podem persistir por alguns dias; e tardios, que aparecem semanas ou até meses após a infusão dos medicamentos. (ROQUE; FORONES, 2006).

Os efeitos adversos dos quimioterápicos podem também se classificados como toxicidade hematológica e não hematológica. Entre os efeitos adversos que são relatados no

grupo de toxicidade não hematológica se destacam as toxicidades gastrintestinais, cardíacas, renais, pulmonares, hepáticas, neurológicas, dermatológicas, alterações metabólicas, disfunções reprodutivas e reações alérgicas; o grupo de toxicidade hematológica engloba a leucopenia, a trombocitopenia e a neutropenia febril. (AGUIAR, 2008).

Os agentes antineoplásicos são classificados de acordo com sua estrutura química, função em nível celular e com a especificidade no ciclo celular. Em relação a sua estrutura química, os agentes se dividem em seis grupos: agentes alquilantes (ciclofosfamida, cisplatina e carboplatina); antimetabólitos (metrotexato e fluorouracil); antibióticos antitumorais (doxorubicina e bleomicina); plantas alcaloides (paclitaxel); agentes múltiplos (hidroxiuréia) e hormônios e antagonistas hormonais (estrogênios e antiestrogênios). (SOARES; SILVA, 2010).

Em relação ao local de especificidade no ciclo celular, os agentes antineoplásicos podem ser classificados como agentes de ciclo específico – Cell Cycle Specific (CCS), que exercem sua ação sobre as células que se encontram no ciclo celular, e agentes de ciclo celular não específico – Cell Cycle Non Specific (CCNS), que têm a capacidade de atuar tanto nas células em repouso quanto nas que estiverem atravessando o ciclo celular (ALMEIDA, 2005).

Para o tratamento da neoplasia mamária, os agentes quimioterápicos mais utilizados são os agentes alquilantes, principalmente, a ciclofosfamida; os antimetabólitos, como fluorouracil e o metrotexato; os antraciclícos, como a epirrubicina e doxorubicina; e, mais recentemente, os taxanos, como o paclitaxel e docetaxel. (ROCHÉ, 2006).

Esses fármacos causam vários efeitos adversos no organismo das pacientes devido à sua inespecificidade pelas células tumorais, podendo causar efeitos citotóxicos tanto nas células cancerígenas quanto nas células normais do organismo, com maior afinidade pelas células que estão em divisão celular, como é o caso das células do tecido germinativo dos folículos pilosos, nas células do tecido hematopoiético e do revestimento gastrointestinal. Entre os eventos adversos que ocorrem no trato gastrointestinal destacam-se as náuseas, vômitos, mucosite, diarreia, constipação, anorexia, estomatite, desconforto e dor abdominais. (INCA, 2008).

Uma das queixas mais relatadas por mulheres em quimioterapia é o surgimento da alopecia, que é a manifestação adversa cutânea mais comum do tratamento quimioterápico, atingindo cabelos, sobrancelhas, barba, pelos axilares e pubianos. (CRIADO et al., 2010).

2.6 Prevenção

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 40% das mortes por câncer poderiam ser evitadas, o que faz da prevenção um elemento essencial em todos os planos de controle do câncer. (INCA, 2014).

Para a prevenção dessa doença é necessário eliminar ou reduzir ao mínimo a exposição aos agentes carcinogênicos, além de diminuir a suscetibilidade que o indivíduo exposto tem para estes agentes. Dentre os métodos utilizados, a prevenção primária consiste na promoção da saúde, evitando a obesidade, buscando uma alimentação equilibrada, evitando a ingestão de bebidas alcoólicas, praticar exercícios físicos e evitar a exposição a agentes que causam radiações ionizantes em idade inferior a 35 anos. (INCA, 2013).

A prevenção secundária envolve algumas ações relacionadas ao diagnóstico precoce da patologia, além de um tratamento que pode ser denominado simplificado, que consiste no rastreamento da doença para que se tenham maiores chances de cura quando detectado. As práticas de prevenção secundária buscam o rastreamento da doença, evitando assim a progressão do câncer para estágios mais avançados e aumentando a probabilidade da cura. Para o rastreamento, visando à detecção precoce do tumor, são recomendadas três práticas preventivas: o autoexame mensal das mamas; o exame clínico anual das mamas realizado por profissional de saúde; e a mamografia, que consiste em exame radiológico das mamas, capaz de identificar lesões subclínicas. (AMORIM et al., 2008).

O autoexame da mama é uma das formas de prevenção e detecção precoce de alterações mamárias. O objetivo fundamental do exame é fazer com que a mulher conheça detalhadamente suas mamas, o que facilita a percepção de quaisquer alterações na mama. Ao examinar suas próprias mamas, a mulher exerce função importante para o diagnóstico precoce e a cura da doença. Dentre suas inúmeras vantagens, destaca-se a detecção de tumorações pequenas, ainda confinadas à glândula mamária, pois é um método conveniente, útil, proveitoso, vantajoso e oportuno, que pode ser repetido à vontade, não tem custo financeiro, é de fácil execução e sua precisão aumenta com a prática. (DAVIM et al., 2003).

O Ministério da Saúde também recomenda como método de prevenção a realização do exame de mamografia pelo menos a cada dois anos para mulheres acima de 50 anos, sendo que o exame clínico das mamas deve ser realizado em todas as mulheres independente da idade. Além disso, as mulheres acima de 35 anos com história de câncer de mama familiar também devem realizar os exames de mamografia. (BRASIL, 2006).

2.7 Intervenções de enfermagem

Segundo Camargo e Souza (2003), a assistência de enfermagem em oncologia abrange os vários estágios da continuação saúde-doença, já que assistir o outro que tem câncer possibilita a intervenção de enfermagem em diversos níveis, seja na prevenção primária, onde o profissional têm a responsabilidade de repassar informações e orientações quanto ao Auto Exame das Mamas (AEM) para as mulheres, na prevenção secundária, no tratamento do câncer, na reabilitação e na doença avançada.

A Sistematização das Ações de Enfermagem (SAE) vem permitindo aos enfermeiros um cuidar científico e humanizado destinado a uma assistência qualitativamente adequada, que assume dimensão especial para o paciente oncológico no estabelecimento ético das prioridades, onde se deve considerar a individualidade, singularidade, estilo de vida, crenças e valores culturais. (GARGIULO et al., 2007).

É importante saber que a SAE e seu registro no prontuário do cliente é uma característica da enfermagem atual, representando uma conquista para os profissionais e para os pacientes, refletindo, quando não implementada, uma perda das ações das enfermeiras no tempo e no espaço, dificultando a interação com a equipe multidisciplinar e interdisciplinar e, conseqüentemente, afetando a qualidade da assistência prestada ao paciente oncológico. Pacientes portadores de tumores malignos exigem uma assistência diferenciada, pois carregam junto com a patologia o estigma da doença, a incerteza do prognóstico, o medo na morte, a depressão e a ansiedade, mas também a vontade de viver. (GUIMARÃES; ROSA, 2008).

O enfermeiro é o membro da equipe de saúde que usualmente permanece lado a lado com os pacientes durante todo o processo de saúde/doença, o que o torna elemento primordial para o sucesso do tratamento. Figura também como facilitador e minimizador dos desconfortos trazidos por todo o processo da doença oncológica durante a internação do paciente, principalmente no que diz respeito aos possíveis tratamentos a serem empregados, sejam ele cirúrgicos, quimioterápicos ou outros.

Além disso, esse profissional deve estar muito bem preparado para enfrentar a problemática do paciente oncológico, colocando-se face a face com as frequentes frustrações do tratamento e poucos retornos gratificantes. Nesse contexto, é fundamental que pacientes oncológicos recebam por direito uma assistência humanizada. (MOHALLEM; RODRIGUES, 2007).

É possível afirmar que a assistência e os cuidados prestados pelo enfermeiro constituem um conjunto de esforços transpessoais direcionados a auxiliar o ser humano a obter o autoconhecimento, autocontrole e, dessa forma, protegendo, promovendo e preservando a existência do paciente. (GUIMARÃES; ROSA, 2008).

As ações de enfermagem abrangem planejamento, supervisão, execução e avaliação de todas as atividades no setor em pacientes submetidos aos tratamentos. A assistência de enfermagem deve ser prestada de forma sistematizada, individualizada e embasada nos princípios norteadores das teorias dessas áreas. Nesse sentido, o processo de enfermagem serve de estrutura sistemática, na qual o enfermeiro busca informações, responde a indicações clínicas, identificações e respostas a questões que afetam a saúde do paciente. Fundamentado nesses preceitos, o cuidado de enfermagem terá maior qualidade de resolubilidade no atendimento ao paciente. (GUIMARÃES; ROSA, 2008).

O enfermeiro é o profissional da área da saúde que permanece mais tempo próximo ao paciente; assim, tem responsabilidades no manejo da dor dos doentes com câncer, proporcionando alívio do sofrimento e melhora da qualidade de vida. As principais metas do tratamento da dor oncológica são possibilitar o alívio da dor quando o paciente está em repouso ou realizando qualquer atividade. Para que estas metas sejam alcançadas, é necessário que, depois de instituída a terapêutica, esta seja reavaliada de modo constante para verificação de sua eficácia. (CHAVES, 2004).

Além disso, o enfermeiro pode ajudar o paciente a diminuir a ansiedade diante do diagnóstico e durante o tratamento, já que os medos podem influenciar no tratamento e comprometer o processo de promoção da saúde. Desta forma, o enfermeiro atua como facilitador do processo educativo e terapêutico auxiliando em uma melhor resposta ao tratamento. (CASANOVA; LOPES, 2009).

3 CONCLUSÃO

Pela análise dos dados bibliográficos apresentados observamos que o aumento da incidência de doenças crônico-degenerativas no mundo e, conseqüentemente no Brasil, tem gerado uma série de estudos, inclusive sobre o câncer de mama.

O controle do câncer de mama representa, atualmente, um dos grandes desafios para as políticas públicas de saúde no Brasil. Isto tem implicado no desenho de estratégias

direcionadas, que culminam na disponibilidade de métodos diagnósticos precoces, terapêutica específica e acompanhamento multidisciplinar aos pacientes.

Sendo assim, verificou-se, por meio deste trabalho, a necessidade de se conhecer em profundidade as especificidades do câncer de mama, suas implicações e as considerações de enfermagem frente à dor oncológica. Cabe ao profissional de enfermagem aprimorar cada dia mais seus conhecimentos técnico-científicos sobre os cuidados a serem utilizados, proporcionando ao paciente e também à instituição de saúde onde atua, maior eficiência no trabalho que realiza.

Com este estudo pôde-se perceber que é necessário um preparo especial dos profissionais para melhor desempenharem suas funções frente a essas pacientes, pois os enfermeiros são conhecedores de fatores de risco, sintomas inerentes aos cânceres, favorecendo a prevenção e o diagnóstico. Dessa forma, devem prestar cuidados de qualidade aos pacientes que estão em tratamento e reabilitação.

CÁNCER DE MAMA Y CUIDADOS DE ENFERMERÍA

RESUMEN

El aumento de la incidencia de enfermedades crónicas en el mundo y por lo tanto en Brasil ha generado una serie de estudios, incluyendo el cáncer. Debido al gran número de nuevos casos de la enfermedad, es común encontrarse con estos pacientes durante nuestra práctica clínica. Entre ellas encontramos el cáncer de mama en Brasil y en el mundo ha aumentado y se presentó en una edad más temprana en la vida de las mujeres. Este fue el factor importante para la realización de esta literatura y los datos recogidos a través de libros, artículos, revistas y sitios web con el fin de conocer en profundidad las características del cáncer de mama, sus implicaciones y consideraciones de enfermería. Es muy importante la apreciación del marco teórico para la mejora de una asistencia más integral y completa, ya que este tipo de cáncer trae consigo una variedad de factores. La revisión demostró la importancia del personal de enfermería en el desempeño de esta enfermedad debe ser de conocimientos científicos suficientes para abordar el tratamiento de mujeres con cáncer de mama.

Palabras clave: cuidados de enfermería. Mamaria neoplasia. Cáncer de mama.

NOTAS

¹ Os genes BRCA1/2 foram classificados como genes supressores de tumor. BRCA1 se localiza no braço longo do cromossomo 17 (17q21) e BRCA2 se localiza no braço longo do cromossomo 13 (13q12). A maneira pela qual a inativação dos genes BRCA conduz ao desenvolvimento de tumor ainda não está completamente esclarecida. As proteínas BRCA desempenham importantes funções em diferentes processos celulares, incluindo a ativação e a regulação transcricional, o reparo de lesões no DNA, além do controle do ciclo celular, da proliferação e diferenciação celular.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. D. F. et al. Perfil sociodemográfico e clínico das pacientes em tratamento do câncer mamário. **Rev. do Instit. de Ciências da Saúde**, São Paulo, v. 2, n. 26, p. 191-195, 2008.
- ALMEIDA, V. L. et al. Câncer e agentes antineoplásicos ciclo celular específico e ciclo celular não específico que interagem com o dna: uma introdução. **Química Nova**, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 118-129, 2005.
- AMORIM, V. M. S. et al. Fatores associados a não realização da mamografia e do exame clínico das mamas: um estudo de base populacional em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2623-2632, 2008.
- AMENDOLA, L. C. B.; VIEIRA, R. A contribuição dos genes BRCA na predisposição hereditária ao câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 51, n. 4, p. 325-330, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Controle do Câncer de Mama: documento de consenso**. Rio de Janeiro, 2006.
- CAMARGO, Teresa Caldas; SOUZA, Emília de Oliveira. **Atenção à mulher mastectomizada: discutindo os aspectos ônticos e a dimensão ontológica da atuação da enfermeira no Hospital do Câncer III**. Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104116920030005000008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- CANTINELLI, F. S. et al. A oncopsiquiatria no câncer de mama – considerações a respeito de questões do feminino. **Rev. de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 124-133, 2006.
- CASANOVA, E. G.; LOPES, G. T. Comunicação da equipe de enfermagem com a família do paciente. **Rev. Bras. de Cancerologia**, v. 62, n. 6, p. 831-836, 2009.
- CHAVES, Lucimara Duarte. O enfermeiro no manejo da dor do câncer. **Rev. Prática Hospitalar**, São Paulo, 2004.
- CRIADO, P. R. et al. Reações tegumentares adversas relacionadas aos agentes antineoplásicos – Parte I. **Anais Brasileiro de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 85, n. 4, p. 425-437, 2010.

DAVIM, R. M. B. et al. Auto-exame de mama: conhecimento de usuárias atendidas no ambulatório de uma maternidade escola. **Rev Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 21-27, 2003.

FONSECA, A.B.C. et al. Estimate for the female breast cancer: and nursing care in prevention. **Rev. Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 16, n. 4, p. 14-30, 2016.

GARGIULO, Cínthia Aquino et al. **Vivenciando o cotidiano do cuidado na percepção de enfermeiras oncológicas**. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v16n4/a14v16n4.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

GUIMARÃES, José Luiz M.; ROSA, Daniela Dornelles. **Rotinas em oncologia**. São Paulo: Art Méd., 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Estimativa 2014**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2014/index.asp?ID=2>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

_____. **Estimativa 2008**: incidência de câncer no Brasil [monografia na Internet]. Rio de Janeiro(Brasil): Instituto Nacional do Câncer;2007 [citado em 2008 Out 15]. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/estimativa/2008/versaoficinal.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Histologia básica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 524p.

LUCARELLI, A. P.; MARTINS, M. M.; GALVÃO, M. A. L.; OLIVEIRA, V. M.; RINALDI, J. F.; PIATO, S.; AOKI, T. Fatores de risco para o câncer de mama. **Revista Feminina**, v. 36, n. 4, abr. 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Instituto Nacional de Câncer (INCA)**. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama/cancer_mama>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MOHALLEM, Andréa Gomes da Costa; RODRIGUES, Andréa Bezerra. **Enfermagem oncológica**. Barueri: Manole, 2007.

OLIVEIRA, A. M. de; POZER, M. Z.; SILVA, T. A. dá; PARREIRA, B. D. M.; SILVA, S. R. da. Ações extensionistas voltadas para a prevenção e o tratamento do câncer ginecológico e de mama: relato de experiência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 46, n. 1, 2011.

PINHO et al. **Câncer de mama**: da descoberta à recorrência da doença. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n1/v9n1a12.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

POLLOCK, E. et al. **UICC manual de oncologia clínica**. 8. ed. São Paulo: Fundação Oncocentro de São Paulo, 2006.

ROQUE, V. M.; FORONES, N. M. Avaliação da qualidade de vida e toxicidades em pacientes com câncer colorretal tratados com quimioterapia adjuvante baseada em fluoropirimidinas. **Arquivo de Gastroenterologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 94-101, 2006.

ROCHÉ H. et al. Sequential Adjuvant Epirubicin-Based and Docetaxel Chemotherapy for Node-Positive Breast Cancer Patients: The FNCLCC PACS 01 Trial. **Journal of Clinical Oncology**, Alexandria, v. 24, n. 36, p. 5664-5667, 2006.

SILVA, P. A. da; RIUL, S. S. Câncer de mama: fatores de risco e detecção precoce. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 64, n. 6, dez. 2011.

ZELMANOWICZ, Alice de Medeiros. **Diagnóstico do câncer de mama**. 2008. Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?611>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

CASOS DE CHIKUNGUNYA NO MARANHÃO

Aline Alencar Correia*

Fernanda Bruna Araujo Lima*

Joyce, Pereira Santos*

Juliana Baudino*

Nayara Martins Pestana Sousa*

Rozângela Santos Silva*

Vera Lúcia Lopes de Barros**

RESUMO

A febre de chikungunya é uma arbovirose causada pelo vírus da família togaviridae do gênero alphavírus, o chikungunya (CHIKV). Este tipo de vírus fica até 25 dias no organismo após o período de transmissão. É transmitida pela picada do mosquito fêmea *Aedes Aegypti* que são infectadas pelo vírus CHIKV. O vírus pode ser transmitido através do parto e transfusões, mas é muito raro de acontecer. O principal sintoma da chikungunya são as dores articulares. Na febre chikungunya há três fases: aguda, subaguda e crônica. Embora o chikungunya não seja uma doença letal, tem caráter epidêmico com elevada taxa de morbidade, onde leva a dores articulares persistentes, diminuindo a qualidade de vida das pessoas. O nome Chikungunya é de origem makonde e significa “aparência curvada”, que é típico de quem sofre de patologias nas articulações, descrevendo a aparência curvada de pessoas que sofrem com artralgia. O CHIKV foi isolado inicialmente na Tanzânia mais precisamente na década de 1950. No maranhão destacou – se muitos casos de chikungunya foram notificados 13.392 casos, destes 12 pessoas vieram a óbito. Não há tratamento específico para esta doença, há apenas formas de aliviar as dores com alguns medicamentos.

Palavra-chave: Chikungunya. Maranhão. *Aedes Aegypti*.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as Arboviroses são uns dos maiores problemas de saúde pública no mundo. A infecção é causada por qualquer um dos quatro sorotipos do vírus da dengue e transmitida aos seres humanos pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, o principal vetor, e *Aedes albopictus*. Contudo a Chikungunya é uma doença febril aguda causada por um arbovírus, o vírus Chikungunya (CHIKV). Os vetores são mosquitos do gênero *Aedes*, o mais comum é a espécie *aegypti*. Os sintomas são clinicamente semelhantes aos da dengue – febre de início agudo, dores articulares e musculares, cefaleia, náusea, fadiga e exantema.

* Graduandas do Curso de Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF).

** Doutora, pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Endereço para correspondência. Laboratório de Entomologia Médica, Departamento de Patologia, Universidade Federal do Maranhão, Praça Madre Deus no 02, 65.025-560 São Luís-MA. E-mail: veralucia.bio@bol.com.br.

A principal manifestação clínica que a difere da dengue são as fortes dores nas articulações. Além dessa fase inicial pode evoluir em duas etapas subsequentes: fase subaguda e crônica. Embora a Febre de Chikungunya não seja uma doença de alta letalidade, tem elevada taxa de morbidade associada à artralgia persistente, que pode levar à incapacidade e, conseqüentemente, redução da produtividade e da qualidade de vida. (BRASIL, 2017).

Vale ressaltar sobre a justificativa do trabalho, onde buscou-se as informações sobre a importância e desafio para a saúde pública em obter estratégias eficientes para que haja controle e prevenção dessas doenças tais como as Arboviroses. Contudo, a população deve participar das atividades que visam o combate à febre chikungunya por exemplo, pois só a atuação conjunta do governo e da população levarão ao controle desta doença. Como indicador sugestivo para o setor público, faz-se necessário para o setor municipal montar um sistema de vigilância epidemiológica das Arboviroses e um sistema de controle do mosquito, tendo para isto financiamento das ações pelo Ministério da Saúde, chamada de ação Casa a Casa, com o objetivo de identificar e eliminar quando possível. Em especial realizar o tratamento dos criadouros potenciais. Além de fornecer as orientações pertinentes aos moradores sobre as condutas a serem adotadas para a não proliferação dos mosquitos de gênero *Aedes*. O principal objetivo foi identificar trabalhos sobre os vetores transmissores do vírus causador da febre chikungunya e medidas de controle.

A Metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica de investigação, realizada a partir de trabalhos e estudos já publicados por outras pessoas. Na pesquisa documental, a investigação concentrou-se em dados obtidos no portal do Ministério da Saúde.

2 HISTÓRICO DA CHIKUNGUNYA

Historicamente a febre chikungunya está amplamente distribuída no mundo todo. Segundo dados da (SEPPA, 2016) essa patologia causa em média três milhões de infecções por ano e isso gera epidemias em várias regiões causando assim uma alteração constante no desenvolvimento da doença. (POH et al., 2016).

Podemos citar como exemplo o continente africano em que a febre chikungunya é espalhada por um ciclo silvestre, onde o vírus se aloja primeiramente em animais e logo em seguida se reproduzem causando grandes surtos em seres humanos, tornando-se mais variável a cada dia de acordo com a Lahary e Prodham, 2016 a chikungunya foi identificada pela primeira vez em 1950 iniciando-se assim um surto de febre chikungunya, tudo isso deu início num país que hoje é chamado de República Unida da Tanzânia, onde foi atribuído ao mesmo

vírus da dengue, em vários países foram encontrados com os genótipos diferentes, mas ainda assim não tinha – se nenhuma morte relacionada

À febre chikungunya com o passar do tempo o vírus sofreu uma mutação na proteína E1 adaptando o vírus a um novo cosmopolita o que o ocasionou a expansão da patologia pelo mundo.

Vale ressaltar que a doença começou na África com surtos leves e por volta de 1960 começaram na Ásia e assim 32 anos depois de sua ausência das atividades virais, em meados do ano de 2005 a febre chikungunya ressurgiu e causou grandes surtos em alguns países do mundo. No ano de 2015 foram notificados 20.601 casos suspeitos de febre chikungunya comparados a 2014 que foram 3.657 casos, sendo ao todo confirmados 7.823 em 2015, onde 560 por critério e 7.263 por critério laboratorial e 7.263 clinico epidemiológico. (OMS, 2017).

O restante ainda estar em investigação, mas de acordo com os dados 18 estados registraram a circulação do vírus. Neste período registraram cerca de três mortes sendo duas na Bahia e uma em Sergipe, onde estas pessoas eram idosas com faixa etária de 75 e 85 anos, com histórico de doença crônica, a infecção por chikungunya e muito parecidas com outras patologias, como a dengue, pois tem manifestações clínicas semelhantes, a diferença é que a evolução da dengue é muito grave e a chikungunya é leve, mas com dores articulares intensas. (BRASIL, 2017).

No ano de 2016 foram registrados 265.554 casos de chikungunya, representando um aumento de 58,7% comparado á 2015, o número de mortes também aumentou de 14 para 159 mortes. A incidência da patologia no país em 2016b foi de 129,9 casos por 100 mil habitantes. A região com maior índice foi a nordeste com 407 caos para 100 mil habitantes. Segundo o subsecretário da vigilância em saúde do rio de janeiro (Alexandre chieppe),

No Brasil os primeiros casos tiveram início em meados de 2013, onde a organização pan-americana de saúde (OPAS)29,7 mil casos confirmados e 184 mortes. (BRASIL, 2017).

2.2 Fase aguda

A febre chikungunya apresenta um quadro amplo de sintomas podendo ser facilmente confundida com outras doenças como a dengue, por exemplo. O período de dois a seis dias é caracterizado como estágio de incubação, entre quatro a seis dias ocorre à manifestação dos sintomas após o contato com o vírus (Alfavírus) o qual a transmitido pela picada do mosquito *Aedes Aegypti* fêmea. A doença pode difundir-se em três fases: aguda, subaguda e crônica, esta última manifestando a persistência dos sintomas da arbovirose.

É importante fazer uma ressalva após o período de incubação inicia-se a fase aguda ou febril, que duram dez dias após a contaminação, ao longo desta fase, os sintomas prevalentes são a ocorrência de:

- Forte poliartralgia (é a dor localizada em quase todas as articulações, é caracterizada pela sua intensidade, que chega a ser incapacitante e é sem dúvidas o sintoma mais marcante da fase aguda, pois atinge mais de 90% dos doentes) pode virar fadiga;
- Cefaleia;
- Dores nas costas;
- Erupções cutâneas;
- Febre alta, a partir de 38,5 C.

A dor acomete tanto as pequenas quanto as grandes articulações, porém ocorre com maior regularidade nas mãos e pés, bem como os pulsos e tornozelos. Além disso, pode haver ainda a presença de mialgia no quadro sintomático, mas acontece com menor intensidade que a poliartralgia. Também podem ser observadas outras manifestações como, o surgimento de edemas e dores nos tendões durante esta fase.

No início as pessoas começam a ter febre alta que sucede em intervalos, ou seja, cessar num determinado período e recomeçar em outro. Também pode ser de curta duração. A diminuição da temperatura ou o aumento não significa a piora e nem a melhora do quadro clínico do indivíduo

Após a fase aguda as dores continuam que pode ser uma característica da fase subaguda que dura em média noventa dias no máximo, mas quando os sintomas são persistentes pode ser que já esteja se encaminhando à fase crônica da doença. Dentro dessas fases, alguns sintomas diferem-se de acordo com o gênero e a idade. Quanto mais idade tiver o indivíduo maior as dores e a duração da febre. Há alguns sintomas que está mais relacionado às mulheres que é:

- Vômitos;
- Sangramentos e feridas na boca;
- Dor articular;
- Edema;
- Maior duração da febre (são prevalentes quanto maior a idade do paciente).

No decorrer da fase é importante que o tratamento paliativo seja feito de maneira eficiente, do contrário essa fase pode evoluir para a fase subaguda e crônica consequentemente.

A poliartralgia deve receber cuidados desde seu início, pois a ineficiência deste é um fator que levar a fase crônica da chikungunya.

2.3 Fase subaguda

Quando inicia essa fase a febre na maioria dos pacientes desaparece, o que pode levar a ocorrer à persistência, agravando – se assim a artralgia, o que vem incluindo poliartrite distal, dores articulares muito fortes, que ocorre nas regiões prévias, onde pode levar a tenossinovite* hipertrófica (muito comum nesta fase) subaguda em mãos, ou seja, o atrofiamento das mãos em alguns indivíduos. Mais as áreas mais atingidas são as falanges, os tornozelos e os punhos. Em algumas pessoas também se desenvolve:

- Astenia/
- Prurido generalizado;
- Exantema maculopapular;
- Lesões púrpuricas;
- Lesões Vesiculares;
- Lesões bolhosas.

Nos indivíduos acometidos por essa patologia pode desenvolver também:

- Quadro depressivo;
- Doença vascular periférica;
- Fadiga.

Nesta fase subaguda os sintomas permanecem por três meses ou mais, sendo assim o início da fase crônica.

2.4 Fase crônica

Após a subaguda (até 90 dias) inicia – se o período da fase crônica pode, nesta fase é onde ocorre o agravamento e a persistência dos sintomas nas mesmas articulações da fase subaguda, também há:

- Dores são mais intensas e persistentes (com ou sem edema);
- Dores musculares;
- Muscoesquelética;
- Limitação de movimento;

- Deformidade;
- Fadiga;
- Cefaléia;
- Prurido;
- Alopecia;
- Exantema.
- Bursite;
- Tenossinovite;
- Disestesias;
- Parestesias;
- Dor neuropática;
- Fenômeno de Raynaud;
- Alterações cerebelares;
- Distúrbios do sono;
- Alterações da memória;
- Déficit de atenção;
- Alterações do humor;
- Turvação visual;
- Depressão;
- Comprometimento articular chamado artropatia.

A fase crônica atinge metade das pessoas acometidas por chikungunya, portanto esta fase pode permanecer durante três anos. Os principais fatores de risco que levam a fase Crônica são: idade acima de 45 anos, desordem articular preexistente e maior intensidade das lesões articulares na fase aguda. (Tabela 01).

Tabela 1 – Fases da chikungunya

FASE AGUDA	SUBAGUDA	CRÔNICA
Duração de 14 dias	Duração de 15 dias a três meses	Duração acima de três meses
Temperatura >39 graus Celsius (axilar)	Poliartrigia distal	Artralgia inflamatória
Dores articulares	Tenossinovite hipertófica	Fadiga
Cefaléia	Fadiga geral	Depressão
Dores nas costas	Síndrome de raynaud ^{*3}	
Mialgias	Fraqueza	
Fadiga		

Poliartrite		
Vômitos		
Conjuntivite		

Fonte: (BRASIL, 2017)

3 DIAGNÓTICO DACHIKUNGUNYA

Através dos sintomas podemos até identificar a possibilidade de ser chikungunya, mas para um resultado fidedigno seria melhor a elaboração de exames, que podem ser feitos em unidades de saúde pública ou particulares que comprovem claramente a doença, a fim de descartar a possibilidade de outras doenças como, a dengue.

Para diferenciar chikungunya da dengue usa-se os pontos principais das duas patologias e então elabora – se possíveis descartes dos sintomas. Durante o diagnóstico utiliza – se o método de comparação das duas patologias, pois há algumas semelhanças nos sintomas. (Tabela 2).

Tabela 2 – Comparação entre Chikungunya e Dengue de acordo com o manejo clínico

Manifestações clínicas/laboratorial	Chikungunya	Dengue
Intensidade da febre	+++	++
Exantema	++ (D1-D4)	+ (D5-D7)
Mialgia	+	++
artralgia	+++	+/-
Hemorragias	+	+++
plaquetopenia	+	+++
leucopenia	++	+++
Evolução após fase aguda	Artralgia crônica	Fadiga

Comparação da frequência de sintomas entre pacientes com dengue e chikungunya; +++ = 70-100% dos pacientes; ++ = 40-69%; + = 10-39%; +/- = <10%; - = 0%.

Fonte: (MS, 2017).

As semelhanças clínicas e epidemiológicas da doença Chikungunya e a dengue podem tornar o diagnóstico diferencial difícil em um viajante febril. Poucas pistas clínicas ajudam um possível diagnóstico. Na infecção pelo Chikungunya, a febre ocorre no início do curso da doença tem menor duração do que na dengue. Erupção maculopapular, sufusão conjuntival, mialgia, artralgia ou artrite são vistos com mais frequência na doença de Chikungunya, assim como poliartralgia significativa com artrite que é vista na grande maioria de pacientes com doença de Chikungunya e é pouco frequente na dengue. “O diagnóstico de dengue, por sua vez, é sugerido por dor lombar significativa, sangramento e extravasamento

plasmático, Outros diagnósticos diferenciais incluem leptospirose, malária, entre outras doenças infecciosas”. (BRASIL, 2015).

4 TRATAMENTO

Não há tratamentos antiviral específico para a doença, nem vacinas preventivas para a doença e o único meio é aliviando os sintomas da doença, com o uso de alguns anti-inflamatórios não hormonais durante a fase subaguda e hormonais durante a fase crônica nesta fase faz-se o uso até de imunossuppressores, antitérmicos e analgésicos. Além disso, também pede-se repouso e o uso de bastante líquido durante as fases da doença. Durante a fase aguda deve-se evitar o uso de alguns medicamentos, como os corticosteroides, que podem levar a um comprometimento renal e possíveis sangramentos.

Ainda relata o Ministério da Saúde, (2017) na ausência de droga efetiva contra o CHIKV, o manejo clínico se baseia em esquemas terapêuticos sintomáticos para os vários estágios da doença. Estudos observaram que antivirais de amplo espectro, como a ribavirina e interferon, mostram-se promissores e que a combinação destes (interferon e ribavirina) apresenta efeito sinérgico na inibição do vírus.

No entanto, estudos adicionais são necessários, incluindo esquema multidroga, para avaliar custo-efetividade e efeitos colaterais em longo prazo. Estudos clínicos que envolvem o uso da imunoglobulina policlonal específica e os anticorpos monoclonais humanos vêm suscitando interesse. Estudos sobre vacinas candidatas contra o CHIKV iniciaram em 1967, mas até o momento não se dispõe de uma vacina efetiva e licenciada. Estudos pré-clínicos, com vacinas testadas em animais têm sido descritos. Dentre as formulações testadas, estão as vacinas inativadas, de vírus vivo atenuado, quiméricas, de DNA recombinante, de peptídeos, de subunidades protéicas, recombinante com adenovírus e de partículas vírus like. Resultados preliminares dos ensaios clínicos de fase II com uma vacina de vírus vivo atenuado (genótipo asiático 181/25) mostraram-se promissores, induzindo resposta robusta de anticorpos neutralizantes em 98,0% dos vacinados e conferindo proteção contra os outros genótipos (Central/África). Entretanto, em 2000, os estudos foram descontinuados. (BRASIL, 2017).

4.1 Perspectivas futuras e desafios

Ainda há muito que discutir e fazer quanto ao tratamento e prevenção da chikungunya, pois cada de dia que passa o número dos casos só aumenta como afirmam alguns estudiosos

A provável e iminente disseminação do CHIKV no continente americano deve resultar em epidemias explosivas como anteriormente observado na África, Ásia e região do Oceano Índico. De novembro de 2013 (quando ocorreram os primeiros casos autóctones no Caribe) até 29 de dezembro de 2014 foram notificados à Organização Panamericana de Saúde 1.071.696 casos suspeitos de febre de chikungunya, a maioria no Caribe, sendo confirmados laboratorialmente 22.796 casos de transmissão autóctone e 2.511 casos importados. São esperados que no verão de 2015 o vírus se dissemine na Colômbia, Venezuela, Brasil e outros países sul-americanos. Tal possibilidade deve-se à presença dos dois vetores do CHIKV, *Ae. aegypti* e *Ae. albopictus*, cujos índices de infestação crescem com as chuvas de verão. Além disso, já existem surtos de febre de chikungunya em dois estados brasileiros (Amapá e Bahia), com transmissão autóctone mesmo durante período com baixo regime de chuvas.

Os desafios são, portanto, evitar a transmissão em outros estados, conter o avanço da doença nos estados com transmissão estabelecida e diminuir os índices de infestação vetorial em todo o território nacional, o que, além de evitar a circulação autóctone do CHIKV, também resultaria em drástica redução no número de casos de dengue.

É desafio também importante acelerar os estudos clínicos de fases II e III de vacinas candidatas, que devem ser priorizados tanto em áreas com transmissão estabelecida quanto em áreas receptivas sem transmissão autóctone. Finalmente estudos clínicos para investigar a patogenia da febre chikungunya em humanos e estudos experimentais em primatas não humanos devem constituir prioridades para avaliar o potencial de o CHIKV causar lesões graves em órgãos vitais e também, nas articulações, onde tem sido descrita a presença do vírus em células residentes. (BRASIL, 2017).

5 PREVENÇÃO

O único meio de prevenção da doença fica traves do combate ao mosquito, ou seja, deixar hábitos que venham a influenciar na sua propagação, e isso é feito através de campanhas de acompanhamento do quadro epidemiológico em unidades de saúde e em escolas, que de fato é o melhor caminho pois identifica a maneira que é transmissível.

“A prevenção é feita por controle vetorial e medidas de proteção individual. O caráter explosivo das epidemias associado com a ausência de uma droga específica aponta a vacinação como a melhor estratégia efetiva na proteção da população sob risco”. (BRASIL, 2015).

Uma das melhores maneiras é o combate ao mosquito transmissor, no caso, o *Aedes Aegypti*, para isso deve-se levantar algumas medidas como:

- Manter a caixa d'água fechada com tampa adequada;
- Deixar as garrafas emborcadas;
- Trocar a água dos vasos, no caso de plantas aquáticas;
- Entregar os pneus velhos a serviço de limpeza urbana;
- Encher de areia a borda dos pratos que apóiam os vasos de flores;
- Lavar os armazenamentos de água com sabão e água limpa;
- Manter calhas, ralos e canos desentupidos;
- Descartar o lixo adequadamente;
- Adotar o uso de repelentes, quando se expuser a áreas de risco e a áreas mais propensas ao mosquito;
- Também é essencial o uso de mosquiteiros, telas nas portas e janelas;
- Fazer o uso de inseticidas;
- Fazer a dedetização da casa também é essencial para a prevenção.

6 CASOS DE CHIKUNGUNYA NO MARANHÃO

Segundo levantamento realizado pela SES o número de casos de chikungunya cresceu 415% no estado do Maranhão em 2015 foram notificados 434 casos da doença, sendo 138 casos confirmados. Em São Luís foram 168 casos divulgados, mas apenas 101 confirmados com a doença, na cidade de São José de Ribamar foram confirmados três casos e em Paço do Lumiar dois casos, em comparação com o ano de 2016 teve um aumento neste, em São Luís foram notificados 518 casos, sendo 456 confirmados, em Paço do Lumiar foram confirmados 08 casos e em São José de Ribamar 14 casos confirmados e notificados, no município da Raposa não houve até o momento algum levantamento.

A SES informa que no ano de 2016, de acordo como SINAN, foram divulgados no Maranhão 1360 casos, no entanto apenas 573 efetivados, segundo o Ministério da Saúde 5

peças vieram a óbito no mesmo período, além disso as suspeitas de casos de chikungunya passaram de 26.763 para 251.051.

Em relação a esse grande percentual de casos, 885 cidades brasileiras ficaram em situação de alerta no Brasil com risco de surtos de chikungunya (BARROS, R.). No Maranhão 33 municípios em situação de risco e alerta para a patologia. Até abril de 2017 foram registrados 2.909 casos de chikungunya o Maranhão, em relação ao mesmo período do ano passado foi registrado 3.376 casos.

De acordo com o programa estadual de controle, vinculado a superintendência de vigilância epidemiológica da secretaria de estado de saúde (SES), ocorreu uma redução de 14% nos casos confirmados com a doença, a diminuição ocorreu neste período por conta das visitas de campo nas residências, trabalho educativo nas escolas e em centros comunitários do Maranhão.

7 CONCLUSÃO

Este presente artigo tem como objetivo orientar os profissionais de saúde sobre o diagnóstico precoce e o manejo adequado desta patologia, afim de que todos fiquem cientes sobre o assunto e assim evitando-se que patologias afins agravem-se e comprometam ainda mais os sistemas do corpo humano. Portanto, com base na leitura e busca de dados no Ministério da Saúde constatamos que a chikungunya, foi de suma importância para o enriquecimento do conhecimento científico para equipe.

Além de nos proporcionar e direcionar informações para os demais alunos e até mesmo profissionais da saúde. Contudo, foi observado no quadro clínico dos portadores da chikungunya o agravamento da patologia e sintomas por muito tempo. Ainda vale ressaltar que a maioria dos pacientes não tem entendimento sobre os riscos e complicações da doença.

Diante de todo o conhecimento adquirido, ressaltamos que as equipes atuantes na área saúde não estão habilitados para tratar da doença e sim se faz necessário treinamentos das equipes envolvidas nos programas de controle de vetores e das doenças vinculadas aos *culicídeos*.

Esse trabalho deverá servir como apoio aos sistemas de prevenção do Município de Paço do Lumiar. Portanto, é importante auxiliar nos cuidados à serem tomados diante dos surtos epidemiológicos em nosso município, onde seu dever principal destaca-se na orientação e no alívio dos sintomas através de alguns medicamentos, além de atuar em palestras com intuito de combate e prevenção da chikungunya.

BOXES OF CHIKUNGUNYA OF THE MARANHÃO

ABSTRACT

Chikungunya fever is an arbovirus caused by the virus of the alphavirus togaviridae family, chikungunya (CHIKV). This type of virus stays up to 25 days in the body after the transmission period. It is transmitted by the bite of the female mosquito *Aedes Aegypti* that are infected by the virus CHIKV. The virus can be transmitted through childbirth and transfusions, but it is very rare to happen. The main symptom of chikungunya is joint pain. In chikungunya fever there are three phases: acute, subacute and chronic. Although chikungunya is not a lethal disease, it has an epidemic character with a high morbidity rate, where it leads to persistent joint pains, reducing people's quality of life. The name Chikungunya is of makonde origin and means "curved appearance", which is typical of those suffering from pathologies in the joints, describing the curved appearance of people suffering from arthralgia. CHIKV was initially isolated in Tanzania more precisely in the 1950s. In Maranhão it was noted that many cases of chikungunya were reported 13,392 cases, of these 12 people died. There is no specific treatment for this disease, there are only ways to relieve pain with some medications.

Keywords: Chikungunya. Maranhão. *Aedes Aegypti*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Aedesaegypti*: a epidemiologia do chikungunya. Disponível em: <[https://netnature.wordpress.com/2016/03/10/xxx-aedes-aegypti-e-a-epidemiologia-do-chik ungunya/](https://netnature.wordpress.com/2016/03/10/xxx-aedes-aegypti-e-a-epidemiologia-do-chik-ungunya/)>. Acesso em: 9 jun. 2017.

BRASIL. Brasil registra primeiros casos de transmissão interna de chikungunya. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/09/brasil-registra-primeiros-casos-de-transmissao-interna-de-chikungunya.html>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BRASIL. Chikungunya. Disponível em: <<http://www.saude.ma.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Chikungunya: Manejo Clínico. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/dezembro/25/chikungunya-novo-protocolo.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. Maranhão registra casos de dengue, zika e chikungunya em 33 municípios. Disponível em: <<http://tribunamaranhense.com.br/index.php/2016/11/28/maranhao-registra-risco-de-dengue-chikungunya-e-zika-em-33-municipios/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Medicinanet. Disponível em: <<http://www.medicinanet.com.br/conteudos/revisoes/6175/chikungunya.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Secretaria de Vigilância em Saúde**. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/boletins-epidemiologicos>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

BRASIL. Mortes por arboviroses. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/dengue-zika-e-chikungunya-levaram-a-794-mortes-em-2016-segundo-boletim.ghtml>>. Acesso: 13 jun. 2017.

BRASIL. Rede Oswaldo cruz; dengue, zika e chikungunya. Disponível em: <<http://rededengue.fiocruz.br/noticias/512-brasil-deve-estar-preparado-para-epidemia-de-chikungunya-em-2017>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000100283>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BRASIL. Secretaria Municipal de Saúde do Estado do Ceará. **Cartilha de Boletim Epidemiológico**. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/boletim_arboviroses_27_fevereiro_2018.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Situação epidemiológica da dengue, zika e chikungunya. Disponível em: <<http://combateaedes.saude.gov.br/pt/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CIDADEZINHA QUALQUER, DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE - A CIDADE TECENDO A VIDA DO CIDADINO

Edimilson Moreira Rodrigues*

Jacqueline Brandão*

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior *

Josenildo Campos Brussio*

“Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência racionante pode decifrar, encontrando sua ordem.”

RAMA, 1985

RESUMO

A cidade imaginária faz parte de um todo articulado e único, no qual os objetos e os fenômenos se acham vinculados uns aos outros, se interdependem e se condicionam mutuamente. Seus padrões espaciais refletem a cultura e o homem: “a cidade diz tudo aquilo que deves pensar”, Calvino (1991). Deste modo, elenca-se como objetivo central analisar o texto *Cidadezinha qualquer* de Carlos Drummond de Andrade, com seus duplos temas. Rural, com seu campo virtuoso e aprazível, o contrário na cidade, pois a cidade rural é também, ‘cosmopolita’, já que faz circular a ideia de comunidades: espaço do trânsito de culturas, de identidades e de descobertas. Metodologicamente esta pesquisa constitui-se como exploratória, com abordagem qualitativa, envolvendo um levantamento bibliográfico de literatura específica, e por fim, a análise documental do texto já citado. Ressalta-se a relevância deste estudo, partindo do pressuposto de que a cidade é concebida como um objeto de produção e reprodução, paralelamente ao reconhecimento da vida diária como objeto válido de investigação científica.

Palavras-chave: Cidades imaginárias. Cenários urbanos. Paisagem.

* Doutorando em Letras, literatura, intermedialidade e tradução-UFF-Niterói, mestre em Políticas Públicas-UFMA. Especialista em perspectivas críticas da literatura brasileira contemporânea-UEMA e especialista em metodologia do ensino superior - UFMA, mestre em Políticas Públicas pela UFMA em metodologia do ensino superior-UFMA. Atua como professor da Universidade Federal do Maranhão do Curso de Linguagens e Códigos, em São Bernardo MA, coordenador do PIBID-UFMA interdisciplinar. Líder do Grupo de pesquisa: AXOLOTL – tradução e intermedialidade em língua espanhola.

* Graduanda em Linguagens e códigos – letras/portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no campus de São Bernardo, pesquisadora do Grupo de pesquisa: AXOLOTL – tradução e intermedialidade em língua espanhola.

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de São Bernardo. Atua como professor de Sociologia no referido curso. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre as Cidades (CITADINOS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

* Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (2012), (1998), Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira - São Gonçalo/RJ (2000), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2008) e Doutorado em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Atualmente exerce o Cargo de Diretor do Campus da UFMA de São Bernardo/MA. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPEMADEC).

I INTRODUÇÃO

Walter Benjamin (1994) adverte que “a cidade é o antigo sonho do labirinto”. Somos todos enredados nesta velha imagem. Deste modo, pretende-se pensar, não tudo, mas parte do que pode gerar o poema de Drummond, inserido em uma história social das cidades e do patrimônio literário: espaços de articulações das diversas representações sociais, surgem como acessos.

Uma dessas entradas é a que nos permite analisar o texto *Cidadezinha qualquer* de Carlos Drummond de Andrade pela ótica do materialismo histórico. Por que este nos ajuda a explicar as mudanças e o desenvolvimento da história das cidades, utilizando-se do texto poético, uma tecnologia que revela o modo de produção literária da década de 30, no Brasil, influenciada pelas mudanças sociais. Revelando as contradições contidas na própria essência dos objetos: cidade/língua; texto/labirinto; alimento/vida.

A cidade é, por excelência, o espaço da criação intelectual, mas também da distopia, do contraditório. E tanto os escritores como seus leitores são sujeitos urbanos criadores de atitudes contrastantes. Nessa trajetória histórica, a cidade tem sido motivo e tema perpétuo de criações literárias, reveladoras de angústias e reflexões de escritores e artistas, provocando permanentes esforços de interpretação e descrição dos fatos sociais, fazendo deles e da cidade personagens. Apresentando de forma singela o que (CERTEAU, 2009, p.15) chama de “zoológico das práticas da vida cotidiana”.

Na feliz confirmação de Drummond – pomar, amor, cantar – é o que buscam os homens quando abandonam seus lares rurais em busca da cidade ideal, protetora e provedora de suas necessidades humanas. (PEREIRA, 2012). Assim, os textos literários, sejam eles romances, contos, poemas ou ensaios, surgem como objetos de desvelamentos da essência das cidades, de suas frágeis vocações para convocar o narrador viajante de todas as épocas, do aedo da idade média, ao contador de histórias dos tempos modernos.

Cidadezinha qualquer é a cidade natal, é a cidade grande, é a cidade que acolhe. Suscitando espécies de padrões, espaciais e criacionais, que conseqüentemente refletem a cultura e o homem, pois como menciona Calvino, “a cidade diz tudo aquilo que debes pensar”. (CALVINO, 1991, p. 25).

Deste modo, objetiva-se neste trabalho, analisar o texto de Drummond, pensando nas imagens que podem ser geradas, ao inseri-las em uma história social das cidades que pode imputar virtudes e vícios no espaço de articulação das diversas representações sociais: a cidade representada no texto literário.

Para teóricos como Benjamin (1987), Lefebvre (2015), Certeau (2009) o cotidiano designa a forma pela qual a experiência diária de produção e reprodução das pessoas é moldada pela conjunção entre a lógica capitalista da mais-valia, a industrialização, a urbanização e a crescente atomização e abstração da formação social dominada pela burguesia.

Como as cidades se caracterizam por uma fenomenologia historicamente específica, a análise do texto literário sobre ela exige uma genealogia da interpretação específica. Confirmando-a como objeto de produção e reprodução, paralelamente ao reconhecimento da vida diária como objeto válido de investigação científica.

Assim, para eleger a cidade como objeto desta pesquisa, utilizou-se do método exploratório, pois, como afirma Gil (2002), permite ao pesquisador mais liberdade, podendo formular/passear por várias perspectivas, motivando conclusões diversas, observando assim, o seu caráter maleável. Na maioria das vezes esse tipo de pesquisa assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. Neste caso específico, ela classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, como adverte (GIL, 2002, p. 44) ao enfatizar que “[...] boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas”.

Durante esse percurso, iniciou-se um levantamento bibliográfico de literatura específica – fazendo uso da *leitura de referência* - e ainda, da *leitura corrente*, que se refere às obras que abrangem os diferentes gêneros literários – em evidência aqui o poema *Cidadezinha qualquer*. Foi necessário passar por esse processo, pois para se chegar a uma interpretação específica precisa-se partir de hipóteses de leitura, para então este trabalho assumir um formato. É notável que as hipóteses de leituras são flexíveis e vão se combinando a medida que a pesquisa se desenrola – contato com a bibliografia específica e textos diversos – assim, a interpretação vai se modificando, sendo refutadas ou admitidas.

É importante ressaltar ainda, que a abordagem aqui se classifica como qualitativa, pois segundo alguns pesquisadores que esclarecem essa perspectiva como, um deslumbrar num universo de significados, momentos, anseios, princípios, valores e tradições. Tudo isso nos

possibilita formular aspectos mais profundos da própria pesquisa, focalizando processos e fenômenos que não se restringem a meras codificações. Mas sim, a análises profundas, que se materializam em ações fundamentadas, das quais se busca descrever, compreender, explicar o objeto em estudo – *Cidadezinha qualquer*, de Carlos Drummond de Andrade.

Assim, ao analisar essa obra literária temos como ponto de investigação a cidade literária que encorpa o poema e reflete instâncias reais, observando-a a partir da história social das cidades e articulando-a as diversas representações sociais, parindo do contexto sociológico-literário.

Este trabalho está organizado em sete sessões, a cada momento são postas em sobreposição as simbologias, ou melhor, as cartografias simbólicas geradas das imagens do poema, emanadas, deste modo, das singelas interpretações do leitor com olhar crítico. O que não quer dizer esgotar o assunto, mas aproximá-lo de uma interpretação possível. Confirmantes pois, do assombro no qual se encontra o leitor ante o texto literário poético. (CÂNDIDO, 1997).

II COTIDIANO - OBJETO VÁLIDO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A fonte:

Cidadezinha qualquer

Casas entre bananeiras
Mulheres entre laranjeiras
Pomar amor cantar.

Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.

Eta vida besta, meu Deus...

Carlos Drummond de Andrade (*Alguma poesia* 1930)

A poesia tem seus papéis de circunstâncias. *Cidadezinha qualquer* é o que podemos dizer, segundo as ideias de Ramos (1995) “De todas as cidades, a cidade” que mais apresenta os caracteres do campo, na obra de Drummond. Compondo o livro *Alguma Poesia* escrita na década

de 30, engendradora nos moldes do Modernismo, especificamente da segunda geração deste movimento, o qual transparece da valorização do cotidiano, que traduz a nostalgia dos versos do poema. Uma marca ainda deste momento, é a busca do eu nas diversas regiões, que se evidenciam aqui, na singeleza da vida do interior – das Cidadezinhas quaisquer. Assim, essa obra se distancia de *Confidência do Itabirano*, de 1978 e *Viagem na Família*, de 1977, as quais relatam um sentimento de pertencimento do ser campestre que, ao depois, será revisitada e imantada na Itabira drummondiana.

Estas cidadezinhas definem as pequenas cidades como sendo a representação de uma cultura brasileira encontrada em Sobrados e Mocambos, uma imagem da “[...] cultura brasileira como um Oasis social, indiferentes a conflitos e revoluções; assim como a natureza tropical desconhece terremotos e furacões”. (GOMES, 2008, p. 65).

Na década de 30, a literatura brasileira ainda continuava presa à cordialidade, a singeleza da paisagem, às reflexões postas por Sérgio Buarque de Holanda ao declarar, em *Raízes do Brasil*, que a urbanização ameaça a sobrevivência das relações sociais levando ao progressivo desaparecimento do homem cordial. Como afirma o autor, em *a Cidade das Letras* disse, “[...] há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar”. (RAMA, 1985, p.105). É neste labirinto que vamos entrar, se vamos conseguir sair é o leitor quem vai dizer.

Ao longo da história da humanidade, o espaço interdisciplinar – a cidade – vem concorrendo com áreas afins na tentativa de aprofundar as discussões a partir de registros da cultura urbana em obras literárias. Visto que elas constituem símbolos de grafias conflitantes, reveladoras da tensão entre a racionalidade das construções, e os tipos humanos amontoados gerando uma cartografia simbólica, em que as cidades reais passam a ser personagens das grandes narrativas: Babel, desde o texto fundador, Tróia, de Homero, a Londres de Dickens e Edgar Allan Poe; Lisboa de Eça e Hugo; Buenos Aires para Arlt e Borges...

Nessa cartografia, a cidade imaginária, através da literatura confirma Ítalo Calvino – “De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”. (CALVINO, 1991, p. 56). Uma dessas respostas é ler cidades da literatura, e literaturas da cidade e suas cartografias simbólicas. Dito isto, ao ler o texto de Drummond, surgem muitas respostas que ela, a *Cidadzinha qualquer*, nos convoca a pensar.

III ‘CASAS ENTRE BANANEIRAS’ – CARTOGRAFIA DE VIDA

O verso apresenta a visão de mundo do poeta, tendo como opção três palavras, uma delas se repetirá no próximo verso – 'entre'. Todas elas, tanto neste, como no verso seguinte, estão singularizadas e no feminino.

A bananeira, tal qual a opção do número de palavras do autor, na estrofe em cotejo, se desenvolve melhor em três; a produção dos cachos são mais significativos e nutricionais, ao passo que com muitos “filhos”, em número maior que três pés, a banana não tem as mesmas propriedades. “Para os gregos três eram as estações do ano (inverno, primavera, verão); três as esferas do universo (celestial, terrenal e subterrânea); três as fases da lua (nova, crescente e cheia); a lua possuía também, três nomes – Ártemis, Selene, Hécate”. (BRANDÃO 1995, p. 123). Influenciado pela supremacia do número três o poeta pensa a *Cidadezinha qualquer*.

Destarte, dizemos que as três palavras – casas, entre, bananeiras – além de equilibrar perfeitamente a estrutura textual, dão margens a muitas interpretações quanto ao número três e a inserção alimentar, da banana, no mundo. “As bananas constituem o quarto produto alimentar mais produzido do mundo, são cultivadas por 130 países e encontradas em todas as regiões tropicais do planeta”. (FAIAZ; RIZZO 2012, p. 10). O perene e o durável estão aí representados – casas, bananeiras – a natureza e sua transformação em trabalho, em objeto de subsistência e necessidades humanas.

Há, pois, uma dicotomia, no verso, pela combinação do provisório – bananeiras, e do sólido – casas. E ainda, uma mensagem subliminar, pela economia das palavras: casas – é parte de bairros, que, por sua vez, é o constructo de uma cidadezinha qualquer; e bananeiras, a certeza de alimentos, metáfora de vida que reserva nas casas sombreadas por plantas que ornem, embelezam, sombreiam e vivificam – uma estética do provisório.

Nesta imagem, aproximada a uma suposta estética do alimento, defendemos que a produção, quando em grande escala, segue um padrão: distanciamento, número de mudas, ruas de colheitas, pontos de abastecimentos.

Exigindo as relações imagéticas e arquitetônicas de Rama “De foto, o desenho devia ser orientado pelo resultado que se haveria de obter no futuro, conforme o texto real diz explicitamente. O futuro que ainda não existe, que é apenas sonho da razão, é a perspectiva

genéticas do projeto”. (RAMA, 1985, p. 27). São ideias pertinentes tanto para a arquitetura, quanto para o universo das letras, ou melhor, das cidades letradas, que se alimentam do texto como metáfora de alimento.

E quando para o sustento ocasional dos moradores e suas vizinhanças, as bananeiras são plantadas na necessidade de ocupação do espaço, na criação de divisas, de tapumes, na função de colher, o mais rápido possível; e, por isso, aproveitam a água expelida do rejeito das casas, sem padrão de consumo, mas de aproveitamento do líquido que em muitas “cidadezinhas quaisquer” é raro: água.

Está imantada, neste verso, uma cartografia simbólica no todo do texto drummondiano. Os códigos são todos deflagradores de moradia e alimentação; do duradouro e do provisório, do elaborado e do espontâneo. Os pontos geográficos e suas coordenadas estão estruturados no número três; os pontos cardeais são definidos pela cultura que se produz de norte a sul – bananeiras; o mapa mental é determinado pelo título: *Cidadezinha qualquer*; o itinerário possibilita inseri-la como personagem das narrativas literárias; na grafia de filiação, a cidadezinha carrega no seu étimo a imagem feminal como lugar privilegiado de intercâmbio material e simbólico Canclini (2001).

As imagens do feminino, no texto, mapeiam os contornos do espaço geográfico, se constituindo, enquanto personagem, em recurso e efeito de realidade, corroborando com a produção literária que, plagiando Virílio (1993) “a partir de agora as fronteiras do texto passam pelo interior das cidades”.

IV 'MULHERES ENTRE LARANJEIRAS' – ESCAVANDO O REAL

Mais uma vez dispensamos o comentário para o número três do verso: 'Mulheres, entre laranjeiras'. Como na obra de Calvino, *Cidades Invisíveis*, a opção aqui também, é pelo feminino.

Quando o poeta relaciona mulheres com laranjeiras nos provoca reflexões como: delicadeza, fragrância, beleza, mas também de aspereza quanto aos espinhos da fruteira. O étimo mulheres, que o poeta separa pela expressão – entre, revela um simulacro de vida: laranjeiras produzem laranjas ricas em líquidos, contendo gomos, e nestas, sementes; as mulheres possuem óvulos que são suas sementes. Cabe um parêntese: na estrofe anterior a fruta carrega em si suas

sementes, mas o rebento é o processo de plantação. Lá, a opção foi entre um objeto duradouro e outro provisório. Neste, dois mais longevos: laranjeiras e mulheres.

As árvores da laranjeira precisam de tempo para produzir laranjas, o corpo feminino também. Tanto as mulheres como as laranjeiras, na flor da idade, e em idade de flor, (o que demanda tempo) quando se doando em espetáculos e belezas de aromas aos habitantes de 'cidadezinhas quaisquer', refletem produções artísticas: música, cinema, literatura, artes plásticas.

Diferente da estrofe anterior que se estrutura no contraditório, esta estrofe se estrutura na mediação: mulheres/laranjeiras: frutos/frutas da cidade que elas certificam com seus estados gestacionais. Oriundos de trabalho, de esforço físico, de lazer e prazer conjugados aos ato de sobrevivência e confirmação do humano no seio da terra, a literatura é bem durável.

Visto por outro ângulo, a relação de produção do trabalho põe as mulheres, no mesmo espaço de colheita dos homens: o pomar, que serve para dizer que a cidadezinha perdura no tempo, com uma cultura longeva: laranjeiras. Posto desta forma, a cidadezinha qualquer é embrião de cidade grande, e nutre, com sua produção; ela certifica no escoar da produção, sua contradição de cidade sem desenvolvimento, mas, como diz o poeta Ademar Bogo 'se o campo não planta, a cidade não janta'. Ou, pelo menos, não usufrui do produto das laranjeiras, industrializadas ou *in natura*.

Cresce a população com mulheres entre laranjeiras. E o entorno, com o excedente do capital alimenta o humano com o que esta, a cidadezinha, produz – bananeiras/laranjeiras, frutos da natureza e cultura do humano.

V 'POMAR AMOR CANTAR' – O SENTIMENTO DO MUNDO

Uma das tantas leituras que este verso-síntese permite é a resultante de expectativa de vida humana. Dito doutro modo, pomar remete à colheita e degustação de frutos/frutas: bananeiras, laranjeiras; amor, à certificação dos supostos laços familiares, constituintes do lar, melhor, dos que habitam as casas entre bananeiras; cantar... Sabemos que após o processo de transformação da natureza em trabalho, vem a colheita, o fruto, o excedente, e deste, a possibilidade do tempo livre, o ócio que permite a contemplação da arte; mas também, é o cantar dos pássaros no pomar ou do homem frente ao mar. O cantar das quebradeiras de babaçu no momento da colheita, o canto do agricultor no momento de transformação da matéria-prima em produção final dos tubérculos.

Esta palavra, cantar, nas cercanias da literatura lembra o poeta, o violeiro das cidadezinhas, o repentista das cidades grandes, e até os que se aventuram a cantar a vida bucólica nos pomares ricos em frutos e, quando não, em sombras e lides do campo. Pois como ilustra Vital Farias (1998), ‘Severinin todo dia lavrava a terra macia. E terra lavrada é poesia’. Patativa do Assaré (1982) – diz ‘Cante lá que eu canto cá’. Em sua sensibilidade de poeta-agricultor demonstra um liame entre o poeta da cidade e o poeta do campo quando nos orienta: “Poeta canto de rua, cante a cidade que é sua”.

Há desta forma, um contraditório que faz parte da vida humana. Ou é a existência da “dialética que focaliza as coisas e suas imagens conceituais, substancialmente em conexões múltiplas” (MARX, 1987, p. 165), de palavras ou verbos: “Sem de livro precisa”, a arte também nos dá lição de e sobre a vida, inclusive daqueles que não aprenderam da e com a ciência.

Nesses cantos simples, observamos a existência da “dialética que focaliza as coisas e suas imagens conceituais, substancialmente em conexões múltiplas”. (MARX, 1987, p. 165). A ação rural, pela imagem conceitual se articula com as coisas do espaço mágico que é o da poesia, mas também, com a realidade que, inferindo Bosi (1987) dizemos: a dialética que pulsa na vida poesia, não é diferente da dialética social.

Pois, o homem, como o objeto, se constitui em constante exílio, em busca de sua consciência histórica, pelo movimento inquieto e criativo da memória e do desejo de plantar, amar e criar; mas, sobretudo, de escrever ou reescrever sua consciência no mundo. As conexões são as que revelam, ou sintetizam imagens conceituais: Pomar-alimento; Amor-vida; cantar-prazer. Eis a essência do que busca o homem na inserção do cotidiano de uma cidadezinha qualquer, ou de qualquer cidade, no cotidiano da vida. Aquela palavra, cantar, como a citação de Marx, nos remete a imagens conceituais em múltiplas conexões.

VI ‘UM HOMEM VAI DEVAGAR’ – COM SEUS PERSONAGENS FORMADORES

É inevitável dizer que nesta Cidadezinha qualquer - “[...] o usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (CERTEAU, 2009, p. 165). Drummond é esse usuário em potencial, um ser que vive o estado da poesia em contemplação, para a contemplação do estado e da condição de homem leitor do social.

‘Devagar’ – num processo catafórico é a palavra final dos três primeiros versos. Isso define, pela pista linguística, o ritmo da produção manufaturada daquela época, os modos de produção do capital, e as transformações do trabalho, através da velocidade que ganha força, na força movente da vida e da sociedade. ‘Devagar’ é verbo estacionário das três personagens. Num ritmo cadenciado, as letras assumem o compromisso onomatopáico do barulho do rio escorrendo mata a dentro, na companhia das pedras e gravetos soltos que, lentamente, melhor, devagar vai adubando outras plantações de bananeiras ao longo do percurso. Fertilizando, vidas e homens, na lentidão das descobertas, quando 'As janelas [olhavam]' a finitude do verde daquele período áureo.

As grandes narrativas, os contos de fadas, e os textos pictóricos são vistos e revelados pelo olhar dos que se deixam ficar à janela, tentando captar coisas vistas ou revistas, no encantamento do simples, na contemplação de si mesmo, da vida que rebenta e se entrega à letargia do contínuo ao “Sujar as mãos de terra e frutos./ Tatear formas para provar o novo./ Sentir o cheiro de flores e fezes./ Reter a música de estranhas línguas./ Perceber em extensão o homem que habita.// Viajar sem rumo, sem guias, sem mapas/ sem separar o feio do belo/ pondo em tudo a paixão da descoberta”. (ELIAS JOSÉ, 1998, p. 23).

O texto emblemático e rico de Drummond sugere todas essas interpretações dialógicas com o deste outro mineiro. As várias leituras, e nossas experiências com o texto drummondiano, permitem 'perceber em extensão o homem que habita' o poema. As análises revelam muito a respeito da sociedade e da atuação do poeta, visto que o poema alude, imediatamente, pela opção do fruto, que não é o comercial da época, o café.

Os dois elementos, café e banana, têm, pelas opções do poeta, no panorama da poesia brasileira, um ar de contrários, pois outros poetas como Paulo Setúbal, preferem cantar 'Com sua esplêndida messe, o verde dos cafezais!', sirva de exemplo – *Os Colonos*. Demonstrando os critérios de recepção do objeto pelo autor, e não somente pelo leitor, como objetiva Jauss (1994), Drummond produz em nós os efeitos de sentidos, supostamente esperados pelo leitor, como aduz o estudioso da Escola de Constança, preocupados com a análise marxista do texto.

O ser do poema, o personagem Homem criado pelo poeta, se parece com as características do herói das grandes epopeias, pois sua individualidade o singulariza ao destino de toda comunidade. O que nos lembra o excerto de Lukács (2009). “O herói da epopeia nunca é, a rigor, um indivíduo. Desde sempre considerou-se traço essencial da epopeia que seu objeto não é

um destino pessoal, mas o de uma comunidade”. (LUKÁSC, 2009, p. 67). O homem de *Cidadezinha qualquer* é esse herói, visto que ele, ao isolar-se numa cidadezinha, cria um todo orgânico pois, quando “[...] o acontecimento é simbolizado adquire seu peso pela importância que possui para a fortuna de um grande complexo vital orgânico, de um povo ou de uma estirpe”. (LUKÁSC, 2009, p. 67).

VII ‘ETA VIDA BESTA’... SE NÃO FOSSE A ARTE

Vale a digressão para ilustrar com Shlafman (1988) quando este reflete sobre os ensinamentos dos personagens de ficção, objeto de estudo de Antônio Cândido em *A personagem de ficção*. “O personagem se caracteriza por ser melhor compreendido em sua totalidade do que o ser vivo, porque adquire coerência e unidade quando o escritor dispõe os fragmentos da existência dentro da perspectiva racional”.

Eis porque este trabalho tendeu a apresentar o sujeito histórico com as mesmas características dos personagens do texto. A obra é assim, cheia de sugestões, duas das quais particularmente importantes: a de que existe uma relação íntima entre a estrutura do texto e a combinação das palavras femininas e suas escolhas: casas, mulheres, pomar – quando se entrelaçam com as masculinas, singular, determinantes: um homem, um cachorro, um burro e, logo, surge a palavra feminina plural – janelas. Pondo tudo numa moldura que as captura e as denuncia em suas singularidades.

Num diálogo com Chico Buarque de Holanda, diante do texto: *A banda*, nos sentimos como “A moça feia debruçou na janela/Pensando que a banda tocava pra ela”, nos debruçamos diante do texto, cientes de que o escritor mineiro proporciona-nos a leitura do poema como uma sonorização que apela para os nossos cinco sentidos. Visto que, a arte poética é uma sinfonia completa, a qual permite audições e leituras enigmáticas.

A expressão: ‘Eta vida besta (...)’ é o emblema, melhor, a tradução da imagem captada neste poema sintético. A conclusão a que chega o leitor, pela aparição do eu poético, em ‘meu Deus’ é que o narrador tem onisciente e é sensível, ao comparar o lugar da paisagem com espaços e tempos simbólicos, pois “elas têm com suas ‘geografias imaginárias’: suas ‘paisagens’ características, seu senso de ‘lugar’”. (HALL, 2006, p. 76).

Na urgência do texto, diz-nos que, com a consolidação da cidadezinha em cidade x, a desterritorialização verbal e social, ocorrem. Na primeira estrofe três linhas de versos equilibradas em três palavras cada verso. Ademais há uma síntese dos versos anteriores que são consagrados pelos núcleos temáticos: pomar, amor, cantar. Palavras sínteses apontuadas, demonstrando que em muitos núcleos habitacionais rurais, há ausências de planos diretores, de definições de limites geográficos e até físicos: muros.

Nas últimas estrofes formadas por cinco linhas de versos, e quatro palavras, bem como um verso solto formado por cinco palavras, demonstram um crescendo: de três, quatro a cinco. Se pensarmos as casas das cidadezinhas, estas formam em pouco tempo, um bloco habitacional mais imponente, tal qual o ritmo das palavras no texto drummondiano, compondo o poema. Ao olharmos a arquitetura do texto, e compararmos com a das casas interioranas, descobriremos que a cartografia simbólica existe, mas não há um mapa definido por geógrafos, topógrafos, mas por vocações de sobrevivência – vizinhos do mar, do rio, dos lagos, da diversão, dos locais férteis e sombreados – 'pomar, amor, cantar'.

Na imagem arquitetônica dos versos comparada as casas de cidadezinhas (três linhas, quatro, um) deduzimos um conjunto, projetado, com um núcleo e outro, a última estrofe, se isolando pelo poder de se isolar, ou certificando que está à margem do progresso, ou é a margem do progresso que, porque aglomera, faz com que alguns se isolem. A mediação do poeta está em colocar, na finalização do texto, uma palavra, verbo, contrário ao progresso, mas que, pelo seu repetir diverge. 'Devagar' aparece uma única vez, deslocado, se prolongando como se fora advérbio, pelo ritmo das reticências: 'Degavar...'. Mais uma contradição, após quatro aparições, ele próprio se cansa, se isola criando a prosopopeia do contemplar. 'Devagar... as janelas olham'.

VIII CONSIDERAÇÕES

Observamos que no texto de Drummond, temos sintaxes especiais e espaciais, onde as criações são postas no reino das palavras, posto que, cada grafia recria espaços humanos, suas aventuras e desventuras, suas rotas, suas incursões e seus itinerários, proporcionando “[...] uma visão alienada da realidade, que transforma o escritor de participante ativo na história em observado clínico”. (EAGLETON, 2011, p. 61).

Mas acima de tudo abarca forças bispares reveladoras da tensão entre “A cidade real que era o principal e constante opositor da *cidade das letras*, a quem esta devia ser submetida”. (RAMA, 1985, p. 95).

Deste modo, a poesia de Drummond, como supomos, nesta análise, tentou desnudar a essencialidade do ser e das coisas, fundando a vida em iluminação de imagens existentes na própria imagem. Nossa análise tentou revelar que – “Drummond constrói formas simbólicas em que a reflexão metafórica se enlaça com o fazer poético, superando, através da dialética da linguagem, as contradições impostas pela temática do tempo humano”. (OLIVEIRA, 1987, p. 279), e do tema do campo e da cidade.

E ainda, por entendermos com Schafman (1998, p. 28) que “[...] a palavra é o reino do possível”, convocamos súditos da literatura: os teóricos; e os monarcas: poetas, para dizermos que a realidade do texto pode ser negada, destruída, regenerada, mas nunca concluída. Visto que o que pretendemos foi apenas e tão somente dizer que, há um labirinto em toda poesia que só a leitura pode proporcionar conhecer, com ou sem as Ariadnes condutoras. Pois, cada leitor é, a cada leitura, aquilo que o labirinto dos signos permite. Como disse Borges (2002, p. 522) “Nosso belo dever é imaginar que há um labirinto e um fio”; desta forma, a leitura de *Cidadezinha qualquer*, nos conduziu a múltiplas saídas.

CIDADEZINHA ANY, BY CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE - THE CITY WITH THE CITADEL'S LIFE

ABSTRACT

The imaginary city does part of an articulated and unique whole, in which objects and phenomena are linked to each other, interdependent and mutually conditioned. Its spatial patterns reflects culture and man: “the city says all that what you should think”, Calvino (1991). In this way, the central objective is to analyze the text *City Any* of Carlos Drummond de Andrade, with its double themes. Rural, With virtuous and pleasant field, the opposite in the city, because the rural city is also, 'cosmopolitan', since it circulates the idea of communities: spaces of transit of cultures, identities and discoveries. Methodologically, this research is an exploratory one, with a qualitative approach, involving a bibliographical research of specific literature, and finally, the documentary analysis of the cited text. The relevance of this study is emphasized, based on the assumption that the city is conceived as an object of production and reproduction, parallel to the recognition of daily life as a valid object of scientific investigation.

Keywords: Imaginary cities. Urban scenery. Landscape.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL/UNESP, 2010.

ASSARÉ, Patativa. **De Cante lá que eu canto Cá**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. **O ser e tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1987.

BORGES, Jorge Luís. **Ficciones**. México: Fondo de Cultura, 2002.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Companhia dias, 1991.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: UNESP, 2011.

ELIAS JOSÉ. **Poemas para matar a saudade**. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

FAIAZ; RIZZO. **Caminhos do barro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade:** literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAUSS, Hans Robert. **A história da Literatura como provocação à teoria literária.** São Paulo: Ática, 1994.

JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola Berenstein. **Corpos e cenários urbanos:** territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Centauro, São Paulo: 2015.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance.** Rio de Janeiro: Duas cidades editora 34, 2009.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente.** Natal: Argos, 2001.

MARX, Karl. **Obras completas.** Nova Aguilar, 1987.

OLIVEIRA, Franklin de. **A dança das letras.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMA, Ángel. **A cidade das letras.** São Paulo: Melhoramentos, 1985.

RUSEN, J. **Razão histórica:** fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

SCHLAFMAN, Leó. **A verdade e a mentira.** Rio de Janeiro Civilização brasileira, 1998.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

EDUCAÇÃO POPULAR COMO METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO:

breves apontamentos sobre o Movimento sem Terra (MST)

Gisele de Fátima Cardoso Nunes*

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem sobre a metodologia de educação popular como proposta de ação educacional na educação no campo. Nesse sentido, aborda-se os conceitos de educação popular atribuídos por autores que estudam tal metodologia, enfatizando algumas de suas características principais como o uso do diálogo e da participação popular nos processos educacionais. Enfatiza-se, ainda, um pouco do histórico de construção da educação popular, com base nas ações do “Método Paulo Freire” no Brasil. A pesquisa empírica será realizada no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Nesse sentido, faz-se uma breve abordagem sobre o movimento e sobre sua atuação enquanto movimento social popular com um vasto histórico de ações educacionais de caráter popular, ações estas que forte vinculação com a metodologia de Educação Popular. Destarte, buscamos uma análise acerca dos processos educacionais que considerem o sujeito do campo como sujeito de suas ações e conscientes de sua realidade social.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação no campo. Movimentos populares.

1 A EDUCAÇÃO POPULAR

As expressões de educação popular vêm pautadas num conceito de abrangência e democratização da educação com o intuito de colocar o homem como sujeito social e consciente de suas ações. O sentido etimológico da palavra educação, que tem origem do latim *educare*, e pode ser interpretado, segundo Helouani (2008), como “**abrir caminhos**”, onde considero que esses caminhos podem ser interpretados de forma política, social e cultural.

É fator relevante, em qualquer sociedade que prime pelo seu desenvolvimento, que os sujeitos que a compõem necessitam de um mínimo de orientação e base para se portar diante das transformações societárias, adquirindo concepções acerca de seu meio social. Sendo assim, a educação torna-se uma espécie de instrumento de adaptação e compreensão desse espaço social, assim como dessas mudanças.

Nesse sentido, a educação pode ser considerada como um meio ideológico que impõe práticas que visam conservar e reproduzir os interesses dos setores dirigentes forjados como se fossem interesses da sociedade. Como pontua Silva (1999, p. 124):

* Assistente Social; Especialista em Gestão Pública; Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: gisanunes06@gmail.com

Em síntese: há uma dinâmica e contraditória teia de relações que se estabelecem nos sistemas educacionais e nos processos educativos. E, partindo da compreensão da educação como contraditória, percebemos que ela tanto pode reproduzir as relações de dominação, quanto se constituir numa educação libertadora.

Com o intuito de combater e refletir sobre esses contextos educacionais, bem como incentivar o “processo de mobilização, organização e representatividade política” (SCOCUGLIA, 1997, p. 19), a educação popular emerge, em meio a conflitos, como uma proposta de ação que se pauta em atos pedagógicos atrelados a atos políticos buscando metodologias de trabalho que primem por construir e instigar os interesses da maioria da sociedade, sendo esta maioria, sujeitos de suas ações e conhecedores de sua realidade, através dos processos que incitem a mobilização, a participação e possam incentivar, dentro do seu contexto social, uma representatividade política e cultural desses sujeitos.

1.1 Um “conceito” para a educação popular

Trazendo a análise de alguns autores, aborda-se algumas conceituações para a educação popular. Assim, Hurtado (1992, p. 44) traz essa questão conceitual da seguinte forma:

Para nós, educação popular é um processo de formação e capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses.

Para Silva (2003, p. 148), temos uma compreensão de educação popular atrelada aos movimentos sociais populares. Assim, a educação popular compreende os processos político-pedagógicos que se desenvolvem junto e com os movimentos sociais populares, “[...] visando a ampliação dos conhecimentos na perspectiva da construção da consciência crítica e da transformação”.

Segundo Gadotti (1992, p. 2), têm-se uma visão desse método de educação com um sentido mais pedagógico, onde se reflete acerca de sua função na sociedade e como esta prática se mostra antagônica em relação à educação formal

A **educação popular**, como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pela educação estatal e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum.

Em concordância com ele, Brandão (1995, p. 30, grifo do autor) enfatiza que

A *educação popular* não é um nível (como o ensino supletivo), nem uma modalidade de trabalho pedagógico (como a educação de adultos). É antes a convergência entre a necessidade de movimentos sociais estabelecerem a dimensão de sua prática pedagógica e a necessidade de setores de educação dissidentes se reorganizarem como movimentos pedagógicos [...] uma educação em busca de compromissos com as classes populares e ainda nominada ‘educação popular’ defini-se como fração e instrumento de *movimentos de cultura popular*.

Freire (apud TORRES, 2002, p. 74) pontua que “[...] a educação popular se delinea como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular”.

Nesse sentido, há que se concordar que a educação popular tem como propósito incitar nos sujeitos sociais uma “sede” por conhecimento, que está além de princípios puramente teóricos, refletindo a cerca de sua realidade, de sua cultura, colocando seus posicionamentos políticos, com ações refletidas e conscientes.

Observa-se, assim, a relevância que tem o uso da educação popular como metodologia de educação no campo na perspectiva de trazer para esses sujeitos um procedimento educacional que lhes façam perceber sua condição de sujeito detentor de direitos e cumpridor de deveres. Ao trazer as questões do poder popular, ou do empoderamento popular, Paulo Freire dá possibilidades de superar estigmas que acompanham a população do campo, onde seus conhecimentos são colocados apenas sob a ótica do senso comum, sem considerar a riqueza de suas expressões culturais e da sua sabedoria popular.

1.2 Breve histórico da educação popular no Brasil

O processo de surgimento da educação popular se deu em meio a uma conjuntura conflituosa no Brasil. Os períodos compreendidos entre o ápice da política populista (década de 1950) e a ditadura militar (década de 1960 e 1970) trazem a tona discussões sobre a política de educação no país. Nos anos de 1948 a 1961, período dos governos populistas, são travadas verdadeiras batalhas entre aqueles que defendiam a privatização da educação e aqueles que defendiam a publicização da mesma.

O embate travado entre os métodos educacionais voltados para uma minoria e as práticas que procuravam atingir uma maioria são questões pertinentes na história da educação popular.

Nesse sentido, Scocuglia (1997, p.18) analisa essa situação expondo as duas tendências – a da educação popular e da educação formal –, ressaltando os caminhos políticos que as mesmas seguiram. Assim, expõe que

Uma tende a contribuir para a conservação de uma ordem que se sabe mentirosa, de um explícito autoritarismo e do “progresso” da minoria. A outra, mesmo de maneira parcial ou “micro”, emerge no conflito, podendo integrar-se ativamente às tentativas contra-hegemônicas de subalternos e participar dos processos de mobilização, de organização e de representatividade política dos mesmos.

Esses antagonismos são demonstrados ao longo da história de desenvolvimento da educação popular que se consolidou no contexto da Ditadura Militar, em meio a uma política repressora que desconsidera a sociedade, e descaracteriza os sujeitos que a compõem. Logo, é possível afirmar que a Ditadura Militar no contexto brasileiro como sendo o período da política em que os militares se mantiveram no governo.

Tratando um pouco de como foram os processos educacionais nesse período histórico no Brasil, percebe-se uma vinculação muito forte com os princípios ideológicos de crescimento econômico e avanço tecnológico do país. Nesse sentido, Chiavenato (2004, p. 128 apud ASSIS, 2005, p. 5) coloca que

[...] os militares transformaram o sistema de instrução em um centro de formação para o mercado de trabalho, principalmente para as empresas multinacionais e para as indústrias, favorecendo prioritariamente aos interesses do Estado.

É nesse contexto que se consolida a educação popular, funcionando como um instrumento educacional de alcance as massas populacionais que não teriam acesso a educação formal. Atrelados a esses acontecimentos, podemos destacar no Brasil as ações e produções teóricas de Paulo Freire, que segundo Silva (2003, p. 149)

[...] ressignificaram os conceitos de educação, participação, conscientização, liberdade, política, etc., e a idéia do homem como construtor da história, com capacidade de participação no interior das organizações populares e de sua vinculação a um projeto político de libertação.

Destaca-se que, nos anos 1960, o chamado ‘Método Paulo Freire’ ou ‘Sistema Paulo Freire’ ganha relevância no Brasil, sendo adotado de forma recorrente. Seu método de alfabetização é resultado de muitos anos de trabalho e reflexões no campo da educação, sobretudo na educação de jovens e adultos em regiões proletárias e subproletárias, urbanas e rurais de Pernambuco. Nesse sentido, Brandão (1995, p. 39) afirma que a prática da educação popular teria, no princípio, o foco nas “[...] populações adultas pedagogicamente defasadas”, bem como, as populações que viviam a margem da sociedade, tanto em termos econômicos como em termos políticos.

Na década de 1970, a Igreja Católica funcionou como um suporte para as práticas de militância, que focavam suas ações nos setores populares considerando conjuntura política repressora desse momento, onde somaram-se forças com os movimentos sociais. É importante

observar a necessidade de aproximação com os setores populares, como uma estratégia política e partidária.

Constata-se ainda a organização de grupos de intelectuais em entidades, funcionando como espaços de construção de estratégias para o enfrentamento das práticas repressoras e de conscientização das massas. Como explica Silva (2003, p.149-150):

O objetivo dessas entidades era contribuir com os novos movimentos sociais populares, ou até mesmo com o seu surgimento, os quais, mesmo em fase embrionária, se organizaram a partir das necessidades concretas, por melhores condições de vida.

Dentre essas entidades, destaco a forte presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que segundo Abreu (2002, p. 133), revelam-se como espaços determinantes para a “[...] politização das relações sociais e de intervenção dessas classes no movimento histórico na perspectiva de sua emancipação”, onde tais processos são de grande relevância para a metodologia de educação popular.

É nesse momento que se observa a vinculação direta da educação popular com os movimentos sociais populares, onde se aliam as metodologias da educação com os objetivos dos movimentos, de forma a capacitar politicamente e culturalmente seus integrantes, bem como, realizar um trabalho focado na melhoria das condições de vida da maioria. Ressalta-se ainda a caracterização que a educação popular ganhou neste momento com a identificação do “não- formal” ou do “alternativo”

1.3 Metodologia da educação popular: experiências “freirianas”

A educação popular tem uma metodologia pautada em práxis dialética a qual propõe um compromisso social e econômico por parte dos sujeitos sociais em busca de uma prática de educação libertadora. Esta práxis dialética tem uma proposta teórico e prática onde se realiza uma metodologia pedagógica e didática pautada em princípios de participação, no diálogo, na percepção da diversidade de saberes e em como tais ações propiciam uma nova dinâmica de aprendizagem para os sujeitos que a compõem.

O Método Paulo Freire teve no processo de aprendizado, o alfabetizando(a) sendo estimulado(a) a articular sílabas, formando palavras, extraídas da sua realidade, do seu cotidiano e das suas vivências. Nesse sentido, esse método vai além das normas metodológicas e lingüísticas, na medida em que propõe aos homens e mulheres alfabetizando que se apropriem da escrita e da palavra para se politizarem, tendo uma visão de totalidade da

linguagem e do mundo. O método estimula a alfabetização/educação dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de tema/palavras geradoras da realidade dos alunos (as), que é decodificada para a aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo. (PROJETO MÉMORIA, 2008).

No que se refere à vinculação destas experiências de educação popular com a cultura popular, que trabalha com ações de diversidades culturais específicas dos sujeitos que a compõem e propõem ações que primem por uma sociedade igualitária, Brandão (1995, p. 141) coloca que

Em uma sociedade igualitária e regida por princípios de justiça e fraternidade, a diferença entre as culturas é um bem. A sua pluralidade corresponde à presença de diversos grupos étnicos ou mesmo nacionais, à diversidade de suas regiões e à associação entre tudo isto e a variedade de vocações e estilos de vida e de representação da experiência particular de um grupo ou povo no curso da realização de sua vida, é desejável.

Portanto, os princípios que norteiam a educação popular estão intrinsecamente ligados aos da cultura popular, considerando que ambas focalizam suas ações no sujeito, como atuante e portador de características diferenciadas que precisam ser respeitadas e consideradas como um meio de aprimoramento de sua aprendizagem, ou seja, o sujeito como “fazedor” da sua história e não apenas um expectador, uma educação alfabetizadora “que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores”. (FREIRE, 1981, p. 104).

As metodologias utilizadas nesse momento histórico inicial, e que dão uma base às metodologias empregadas atualmente, utilizavam instrumentais como os círculos de cultura (substituindo as salas de aula da educação formal), os cadernos de cultura (que substituem as cartilhas didáticas), os centros de cultura, os debates em grupo sobre a sua realidade empírica, utilizando, ainda, músicas, teatro, rádios, cinema, literatura, que focalizam na cultura popular de cada povo. Todas essas ações, sempre feitas com e para o povo, sendo métodos ativos, visando um diálogo, bem como uma postura crítica diante das suas problemáticas.

A educação popular, vinculada aos movimentos sociais populares, tem os momentos em que se torna uma prática puramente ativista, com isso, pode influenciar apenas no sentido da politização das pessoas envolvidas ou na luta contra as desigualdades. Não sendo intenção desse trabalho, desmerecer esse perfil, mais é importante que se vá além do ativismo e buscar ações com enfoques teóricos e práticos, no intuito de avançar no propósito final, que é a busca pela transformação social, no sentido inserir o sujeito na sua realidade saindo da posição de ingenuidade passando ao nível da criticidade, da participação popular efetiva.

2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NA CONTEMPORANEIDADE

As discussões em torno das práticas de Educação Popular na atualidade têm base teórica no que ela foi anteriormente, por isso alguns críticos afirmam que suas teorias e ações continuam – presas apenas aos conceitos utilizados no seu surgimento, sem se colocar diante das demandas postas atualmente. Tais discussões fomentam análises críticas sobre a atual função da Educação Popular na sociedade, assim como sobre os – novos sujeitos^l que são alcançados por essa prática.

Nesse sentido, Silva (2003, p. 148) explica que

Os processos de Educação Popular comportam uma diversidade de práticas educativas, dentre as quais são destacadas aquelas caracterizadas como atividades de formação, que demonstram a renovada vigência e necessidade desta educação para atender às novas demandas da realidade. Dentre estas práticas destacamos experiências: de educação ambiental; de formação da sociedade civil e dos espaços para a construção das políticas públicas; de capacitação para a defesa dos direitos humanos; de projetos locais de produção, capacitação técnica e comercialização; de processos de formação de dirigentes sindicais e políticos, assim como de educadores populares vinculados as ONGs e no movimento popular sindical.

Frei Betto (1998), assessor da Pastoral Operária do ABC Paulista e da Central dos Movimentos Populares, elenca alguns dos novos desafios que a Educação Popular tem enfrentado nessa conjuntura social¹. Dentre eles, podemos destacar a Deshistorização do Tempo e os Novos Paradigmas da Educação Popular. Cada um desses desafios foi destacado pelo autor como sendo uma forma de trabalhar a Educação Popular. No que diz respeito a Deshistorização do tempo, o autor destaca a necessidade de percepção do tempo como história, o que vem sendo perdido nessa conjuntura social vigente.

Por isso, Frei Betto (1998, p. 13) afirma que o neoliberalismo está detonando essa perspectiva^{ll} e exemplifica tal assertiva, fazendo os seguintes questionamentos

Por que hoje as pessoas têm dificuldade de ter projetos de vida? Por que os jovens chegam ao terceiro colegial e não tem a menor idéia do que vão fazer, que pretendem da vida? Cada vez saem mais tarde das casas dos pais? Pela perda da dimensão histórica, é tudo aqui e agora.

Assim, o autor continua enfatizando que a Educação Popular enfrenta os novos paradigmas da sociedade atual, em que a ideia da conscientização das massas precisa ser melhor discutida, para que não se caia no erro de continuar usando a chamada Educação Bancária de Paulo Freire. Por isso, afirma que – o processo de educação popular é indutivo e não dedutivo. Devemos partir do educando porque é a única maneira de partir da experiência do grupo, senão vamos continuar partindo da ideia dos educadores. (BETTO, 1998). Dando noções de como se deve trabalhar com esses novos paradigmas, o autor pontua a necessidade

de utilizar a dimensão holística da realidade, a dimensão ecológica, às relações de gênero, as relações de subjetividade dos indivíduos, bem como a relação do micro e do macro da sociedade. A dimensão holística traz o indivíduo na sua totalidade, dotado de razão e emoção. (BETTO, 1998).

Quando trata da dimensão ecológica, o autor busca demonstrar relação intrínseca entre natureza e sociedade, que é uma temática emergente na conjuntura atual e estrutura-se como mais um desafio para a prática da Educação Popular, assim como as questões relacionadas as subjetividades e das relações sociais em que os indivíduos estão inseridos. O cerne da discussão levantada pelo autor está nos desafios que a Educação Popular enfrenta na atualidade. Dessa forma, Betto (1998, p. 18-19) faz questionamentos, instigantes à discussão, no sentido de dizer que:

No momento, a discussão é saber quais são os novos paradigmas da Educação Popular. O que seria uma Educação Popular pós-paulo freiriana? O que Paulo Freire desenvolveu foi muito importante para o contexto em que viveu. Como as teorias de Marx foram importantes para entender a sociedade capitalista, nos tempos da revolução industrial. Contribuição que continua válida, ainda hoje. Mas, há toda uma crítica à teoria do Marx porque, em muitos aspectos, já não corresponde à realidade globalizada em que vivemos. Isso vale para as teorias pedagógicas de Paulo Freire. Como desenvolver uma metodologia, uma teoria de Educação Popular incorporando o legado de Paulo Freire e fazendo-o avançar? É um desafio que se apresenta para nós.

Portanto, acredito que o sentido crucial de toda essa discussão está em como se pode usar a Educação Popular na sociedade atual, dada a forte conjuntura de dominação capitalista, bem como as práticas neoliberais vigentes, que são um fator dificultador que influencia a prática de Educação Popular. A composição da sociedade se dá de forma desigual, onde uma classe acaba por sobrepor-se a outra e como já dizia Bourdieu (1975 apud STIVAL; FORTUNATO, 2008, p. 2)

[...] no interior de uma sociedade de classes existem diferenças culturais e por sua vez as classes burguesas possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, forma de conduta, de valores, etc. Já as classes trabalhadoras possuem outras características culturais que lhes têm permitido sua manutenção enquanto classes.

Tal situação sempre foi foco de discussão na Educação Popular, a sobreposição das classes e a diversidade cultural. Contudo, é fator recorrente nos dias atuais as discussões acerca da superação de tais desigualdades sociais, que estão cada vez mais em evidência, considerando as demandas específicas da sociedade. Silva (1999) aponta que, considerando as ideias de Paulo Freire, a Educação Popular se baseia em fundamentos teóricos que auxiliam na construção de suas concepções, pautadas em ações e princípios que busquem a educação como um processo libertador.

Nesse processo de libertação, busca-se a possibilidade de conscientização e a participação dos homens como sujeitos da aprendizagem e da construção da sua história de vida, bem como a superação da consciência ingênua para outra predominantemente crítica. A autora destaca ainda elementos como a dialogicidade, em que se constitui uma relação horizontal entre educador e educando, para a problematização do conhecimento em sua relação com a realidade e a síntese cultural, onde as duas visões de mundo do educador e do educando, a partir das suas diferenças, se confrontam e se enriquecem.

3 A EDUCAÇÃO POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: APONTAMENTOS SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA²

Os movimentos sociais populares são instrumentos determinantes na sociedade contemporânea, pois promove uma ação coletiva dos agentes sociais na busca da construção de uma nova ordem social (Gohn, 2004). Ao definir sua postura crítica sobre determinada demanda social, o movimento social popular se utiliza das subjetividades dos sujeitos sociais para atuar de forma coletiva e organizada, considerando as especificidades das relações sociais destes indivíduos, na tentativa de uma sociedade mais justa e consciente das lutas/direitos dos homens em sua totalidade. Como afirma Rosalvo Shutz (2004, p. 147)

Por ser um espaço de redefinição do imaginário, do sentido da vida e das utopias individuais, os Movimentos Sociais Populares contribuem para o questionamento e superação destes limites e na liberação de novas formas de sensibilidade e relação.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra tem um recorte histórico marcante de luta pela garantia do direito a terra dos trabalhadores rurais. Contextualizando sua história, Caldart (2001) afirma que o MST

Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná.

Sabe-se que no Brasil a questão da fundiária sempre foi alvo de grandes debates e discussões e a maior expressão tem sido a luta pela posse da terra. Terras que já foram exclusivamente do estado, mas que ao longo do tempo não foi equacionada pelo Estado, passando mesmo a serem utilizadas como moeda de troca.

Nesse sentido, a educação popular é uma ação inerente as bases metodológicas do movimento, sobretudo, se considerarmos que ela parte da premissa da emancipação humana.

Essa premissa reflete o próprio sentido do MST o qual busca a apropriação do saber crítico e reflexivo em torno da questão da terra e de questões pertinentes aos sujeitos sociais envolvidos com as propostas do movimento. Essa relação incide no contexto de da educação no campo que é um instrumento de conscientização desses sujeitos.

Sendo considerado, a nível nacional, o organismo de maior referência na educação popular, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra tem suas ações desenhadas nas bases do movimento com atividades voltadas para as crianças, os jovens e os adultos (sem distinção de gênero) das famílias que constituem o movimento. Sua formação privilegia as demandas postas pelo interesses que norteiam o movimento e permitem uma clareza do pertencimento e do empoderamento da sua realidade. Isto possibilita o desenvolvimento da percepção crítica da realidade que os cerca, permitindo uma reflexão do cotidiano que os envolve e o desenvolvimento de ações críticas.

Outra característica inerente ao MST são as atitudes voltadas sempre em prol do coletivo onde o indivíduo é visto como parte integrante de um grupo que comunga das mesmas necessidades e da busca de um ideal comum. Como coloca Caldart (2001, p. 7, grifo do autor)

Um dos processos educativos fundamentais da participação dos sem-terra na luta está em seu *enraizamento* numa *coletividade em movimento*, que embora seja sua própria construção (os Sem Terra são o MST), acaba se constituindo como uma referência de sentido que está além de cada Sem Terra, ou mesmo além do seu conjunto, e que passa a ter um peso formador, a meu ver decisivo, no processo de educação dos Sem Terra.

Partindo da perspectiva de educação dos movimentos sociais populares como o MST, podemos buscar subsídios nas ações propostas pela educação popular vinculados aos movimentos de educação no campo, essencialmente quando tratamos de aspectos com a participação e o diálogo que inerente a metodologia de educação popular.

Segundo Caldart (2002, p. 6),

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Seguindo esta proposta, é importante ressaltar o aspecto da participação buscando perceber que “tipo” de participação estamos nos referindo. A educação popular traz como proposta a participação que incite o sujeito a uma compreensão política da sua situação, de seu espaço geográfico, de seus aspectos culturais. Uma participação que seja montada coletivamente primando pela identidade cultural e política dos sujeitos.

4 CONCLUSÃO

A intenção deste trabalho foi trazer um pouco da concepção da educação popular com instrumento de alcance das massas populares, enfatizando a questão da Educação no campo. Trata-se de um trabalho que ainda está em andamento e busca uma análise mais aprofundada sobre a situação atual das populações rurais.

Nesse sentido, ao buscar subsídios em um movimento social com um vasto histórico de ações no campo, como o MST, ousa-se fazer uma análise sobre a utilização da educação popular no campo, que precisa ser vista com mais atenção. É relevante observar como a política educacional do campo vem sendo tratada, buscando a superação dos estigmas que acompanham essas populações e primando pelo seu desenvolvimento sempre respeitando suas raízes culturais e seus conhecimentos, que são repletos de riquezas.

Tomando como base as novas dinâmicas sociais que a Educação Popular comporta, e os elementos básicos que são próprios desta concepção, tais como a *participação*; a *dialogicidade*; a *construção de uma história de vida* considerando aspectos culturais; a possibilidade de formação de uma *consciência crítica* nos sujeitos; e o *reconhecimento de sua realidade*, ressalta-se a importância de fazer uma relação entre os princípios norteadores dessa prática educativa e a efetivação dos mesmos. Quando trata-se de movimento sociais, que nos levam a refletir sobre a coletividade, percebe-se que esses elementos serão de extrema relevância, principalmente quando pensamos em uma luta histórica, como é o caso do MST.

Contudo, os fundamentos básicos da Educação Popular, destacados nesse trabalho, têm características peculiares dentro do MST, dentre os quais aponto:

- a) A participação dos sujeitos sociais considerando princípios de coletividade e respeito à individualidade dos mesmos é um princípio determinante para a execução dessa metodologia;
- b) O princípio da dialogicidade, com a perspectiva de troca de saberes entre educador e educando, que proporcione uma orientação crítica de suas necessidades, de suas demandas específicas, de suas perspectivas de vida, assim como, de uma transformação social a partir de suas ações refletidas e conscientes, são propósitos das práticas de uma metodologia de Educação Popular;
- c) A participação na comunidade como propósito de garantir ao sujeito a concepção e o reconhecimento de suas raízes sociais e culturais, assim como

uma identificação com a realidade que é vivenciada, no sentido de fomentar um pensamento crítico sobre a mesma.

Nesse sentido, não podemos falar de uma única Educação Popular, mas sim, de múltiplas concepções no interior desta metodologia, construídas a partir das diversas interpretações dos sujeitos e das ênfases em um ou outro de seus aspectos: o metodológico, o político, a cultura, a consciência, o poder, a prática, etc. (SILVA, 2003).

A garantia efetiva desses direitos somente será possível quando as camadas populares afetadas pelas desigualdades sociais, políticas e culturais, ocasionadoras das situações de vulnerabilidades e riscos, puderem ter uma prática educativa que conceba os princípios de democracia e participação social, na sua integralidade. Isso não é diferente quando tratamos da questão agrária, que envolve o MST, o processo de empoderamento é necessário na luta pela terra.

Na percepção de Paulo Freire (1967, p. 102), precisa-se fomentar “uma metodologia de educação que acredita e confia no povo”, sendo este o propósito fundante da Educação Popular. Essa assertiva aproxima a Educação Popular do objetivo central do MST, a garantia dos direitos a terra, a apropriação dos bens por parte do povo, povo que resiste bravamente em busca de melhores condições de vida.

POPULAR EDUCATION AS A METHODOLOGY OF EDUCATION IN THE FIELD:

brief notes on the Landless Movement (MST)

ABSTRACT

The present work brings an approach on the methodology of popular education as a proposal of educational action in education in the field. In this sense, we approach the concepts of popular education attributed by authors who study such methodology, emphasizing some of its main characteristics as the use of dialogue and popular participation in educational processes. It also emphasizes some of the history of popular education construction, based on the actions of the “Paulo Freire Method” in Brazil. The empirical research will be carried out in the Landless Workers Movement (MST). In this sense, a brief approach is made on the movement and on its performance as a popular social movement with a vast history of educational actions of a popular character, actions that are strongly linked to the methodology of Popular Education. Thus, we seek an analysis of the educational processes that consider the subject of the field as subject of their actions and aware of their social reality.

Keywords: Popular education. Popular education. Popular movements.

NOTAS

¹ Publicação do CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, feita a partir da contribuição de Frei Betto na V Jornada Nacional de Educação Popular, realizada pelo CEPIS, em novembro de 1998, em São Paulo.

² Movimento organizado a partir de famílias moradoras de áreas rurais, que tem como propósito a luta por melhores condições de vida no campo. A conquista da terra é apenas o primeiro passo para Reforma Agrária, que fomenta o direito a terra, ao usufruto de recursos materiais advindos da terra, fortalecendo do agricultor

familiar, da agricultura de subsistência e do uso adequado da terra, em prol trabalhador rural e de suas famílias. O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. (FONTE: SITE OFICIAL DO MST).

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002. p.128-167.

ASSIS, Luís André Oliveira. **Ruptura e permanências na história da Educação Brasileira: do regime militar à LDB/96.** 2005. Disponível em: <www.fja.edu.br>. Acesso em: 3 set. 2010.

BETTO, Frei. **Desafios da educação popular.** São Paulo: CEPIS, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular.** São Paulo: Cortez, 1995.

CALDART, Roseli Salette. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 9 set. 2010.

_____. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia M. S. A. de. (Org.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF, Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. Disponível em: <www.uff.br/trabalhonecessario/rcaldartTN2.htm>. Acesso em: 27 set. 2010.

GADOTTI, Moacir. **Estado e Educação Popular.** [S.l.], 1992. Disponível em: <www.pead.faced.cfrgs.br>. Acesso em: 30 ago. 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil.** 2004. Disponível em: <www.universia.com.br>. Acesso em: 27 set. 2010.

HELOUANI, William B. **E o que é educação?.** [S.l.]. 2008. Disponível em: <www.infoeducativa.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2010.

HURTADO, Carlos Nuñez. **Educar para transformar, transformar para educar.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

PROJETO MEMÓRIA. **Paulo Freire: Educar para transformar.** Disponível em: <www.projetomemoria.art.br/paulofreire>. Acesso em: 3 abr. 2010.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

SCHÜTZ, Rosalvo. **Potencialidades pedagógicas dos movimentos sociais populares.** Civitas, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 27 set. 2010.

SILVA, Maria Jacinta. A atualidade e o potencial da Educação Popular. In: Trabalho Políticas Públicas e movimentos Sociais no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2003. p.147-177.

_____. Educação Popular: concepções e perspectivas. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís: Unidade de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Educação, UFMA, v. 1, n. 1, p. 123-136, jan./jul. 1999.

TORRES, Rosa Maria (Org.). **Educação popular: um encontro com Paulo Freire.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LOGÍSTICA DA COMUNICAÇÃO CORPORATIVA:

o Supply Chain Management (SCM) como diferencial competitivo nos processos de controle e comunicação empresarial

Bia Daniely Carvalho Arrais*

Carlos Alberto Alves Costa*

Felipe Jonathas Nunes*

Patrícia Mendes Marques*

Ronierysson de Araújo Pinheiro*

Sunamita Castro de Sousa*

Zacarias Henrique Costa Filho*

Edilson Silva Diniz**

RESUMO

Em um momento da sociedade denominada de sociedade da informação, este artigo aborda como as empresas utilizam a Gestão da Cadeia de Suprimentos ou Supply Chain Management (SCM), como diferencial competitivo, principalmente a abordagem quanto o uso da comunicação corporativa como ferramenta de desenvolvimento de práticas que possibilitem a maximização da produção de produtos ou prestação de serviços, facilitando o fluxo de informações, diminuindo os riscos de erros nos processos organizacionais. A importância da comunicação corporativa, analisada a partir do SCM, será explicada como forma de mostrar a grande utilidade desta para as organizações quando bem administradas e utilizadas. Será possível verificar como uma boa comunicação facilita e possibilita melhoras em todos os níveis das organizações e cria um clima organizacional mais propício para desenvolver atividades e possibilitar melhores resultados internos e externos.

Palavras-chaves: Comunicação. Supply Chain Management. Organizações. Corporativa.

1 INTRODUÇÃO

Para muitos autores vivemos a era da informação, da sociedade informacional, ou seja, as informações são recebidas ou repassadas em uma velocidade nunca antes vivida, tudo isto em consequência de um mundo globalizada e tecnológico. Este cenário força as organizações a buscarem ferramentas, formas e métodos de atender melhor os clientes, entregar produtos com valor agregado e um prestação de serviço com excelência. A própria postura dos

* Graduandos do curso de Logística do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF).

** Graduado em Administração e Marketing. Especialista em Negociação e Consultoria. Mestrando em Ciências Empresariais pela Universidade Fernando Pessoa em Portugal. Professor do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: pretodicko@gmail.com

gestores em ter uma visão mais ampla de todos os processos organizacionais evidenciam a exigência de uma mercado de concorrência acirrada e de clientes exigentes pela qualidade.

Como exemplo desta busca por um espaço maior no mercado, atendendo melhor o cliente, controlando melhor o estoque e agregando valor aos produtos ou serviços, as organizações, principalmente que operam na área de logística tem utilizado o Supply Chain Management (SCM) ou Gestão da Cadeia de Suprimentos, como mecanismo de otimização de suas práticas, controlando desde a comunicação com os fornecedores até o contato com o cliente após estes adquirir os produtos ou utilizarem os serviços. Esta ferramenta, mostra o quanto o processo de comunicação corporativa, a comunicação dentro da organização, é importante e pode ser fundamental na busca de espaço mercadológico assim também como diminuir custos, maximizar lucros, pois a comunicação tende a ajudar a empresa a ter menos erros nos processos, quando esta utiliza a comunicação corporativa de forma adequada, ou seja, clara e objetiva.

Ao analisar o cenário apresentado, a temática a ser abordada neste estudo é “LOGÍSTICA DA COMUNICAÇÃO CORPORATIVA: o Supply Chain Management como diferencial competitivo nos processos de controle e comunicação empresarial”. Com esta abordagem levantamos a problemática “Como as organizações logísticas podem utilizar o Supply Chain Management para melhorar a comunicação corporativa para melhorar os processos internos e externos?”

Diante da problemática levantada, foram elencadas as seguintes hipóteses: criando ou desenvolvendo ferramentas de gestão de controle interno; melhorando o processo de comunicação interna para evitar erros nos processos e gerar conhecimento à todos os envolvidos; Gerar uma rede de gestão do conhecimento em que todos os envolvidos nos processos conheçam os todos processos e a comunicação seja simples, clara e objetiva.

O objetivo deste estudo é apresentar o SCM como ferramenta utilizada nas organizações de logística como diferencial competitivo na busca por um espaço mercadológico maior, diminuindo custos, maximizando lucros e utilizando a comunicação corporativa para facilitar os processos internos e externos.

Este estudo tem relevância acadêmica e social, pois pretende apresentar informações preciosas da importância da comunicação, principalmente a corporativa nos processos de desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços, possibilitando crescimento das empresas, melhoria de condições trabalhistas e ampliação de espaço de mercado, conseqüentemente, gerando empregos.

O presente artigo científico está dividido em tópicos e subtópico, o mesmo iniciará explicando o que é Supply Chain Management e sua importância dentro das organizações de

logística. Já em seguida abordará o histórico da comunicação, seus elementos e os processos. O artigo abordará no terceiro tópico a comunicação corporativa, como ela pode e deve ser utilizada nas empresas, seus benefícios quando bem executada. No quarto tópico o trabalho focará na comunicação corporativa, como deve ser desenvolvida, gerida e os resultados que esta pode gerar para a empresa.

2 SUPPLY CHAIN MANAGEMENT

Supply Chain Management (SCM) é um termo inglês para Gestão da Cadeia de Suprimentos, que começou a se desenvolver no final dos anos 1980 e que a cada ano foi ganhando proporção e importância significativa. (NEVES, DROHOMERETSKI; COSTA, 2012). Um dos fatores preponderante para que o SCM se tornasse uma ferramenta de grande utilidade e usada como diferencial competitivo nas empresas, foi a grande competitividade gerada com a globalização, forçando as empresas terem uma visão holística de todos os processos da organização. Bales et al. (2004) afirmam que essa atual contextualização de mercado força as organizações a reavaliarem constantemente suas operações quanto à diminuição de custos, produtos e serviços com valor agregado e satisfação do cliente.

O SCM se tornou essencial na busca por práticas otimizadas que maximizem a produção, porém sem gerar ônus aos funcionários e nem perda de qualidade nos produtos ou serviços, pois o SCM se caracteriza por agregar os processos de forma que a organização e o gestor possa ter controle em todas as etapas, desde o fornecedor da matéria prima até o produto acabado e o recebimento pelo cliente final, como concordam Lambert e Cooper (2000), o SCM como sendo a integração de processos de um negócio, tendo como ponto de partida o consumidor final até os fornecedores iniciais da cadeia desses produtos, informações e serviços, sendo que acrescentem valor para o comprador.

O SCM acrescenta às organizações uma noção geral de todos os processos, de toda estrutura e conjuntura necessária para o desenvolvimento das práticas e melhores procedimentos que inicia com o contato com o fornecedor e segue até o pós venda com o cliente, Cambra e Polo (2008) afirmam que o Supply Chain Management é um fator determinante para que as empresas atinjam o sucesso em seus negócios, já que este norteia a organização para que tenha visão macro, completa, da cadeia de abastecimento que integra todos os elementos e áreas principais do sistema. A cadeia de suprimentos deve ser bem estabelecida, administrada e com ótimo sistema de controle e monitoramento, uma vez, que esta é a espinha dorsal de uma organização de logística. Para Ganeshan e Harrison (1995) o gerenciamento da cadeia de

suprimentos (SCM) trata-se de uma rede de facilidades e opções de distribuição, que tem por objetivo executar funções de compra de materiais, transformar matérias-primas em produtos acabados e semiacabados, e distribuir estes produtos aos consumidores. Ao abordar a concepção da cadeia de suprimentos, existem alguns autores discutindo SCM relacionado a diversas áreas, dentre elas, atividades logísticas, integração ao longo da cadeia, compartilhamento de informações, e práticas de sustentabilidade. (CROOM et al., 2000).

Ballou (2006, p. 27) destaca a logística e a cadeia de suprimentos sendo:

Um conjunto de atividades funcionais (transportes, controle de estoques, etc.) que se repetem inúmeras vezes ao longo do canal pelo qual matérias-primas vão sendo convertidas em produtos acabados, aos quais se agrega valor ao consumidor. Uma vez que as fontes de matérias-primas, fábricas e pontos de venda em geral não tem a mesma localização e o canal representa uma sequência de etapas de produção, as atividades logísticas podem ser repetidas várias vezes até um produto chegar ao mercado. Então, as atividades logísticas se repetem à medida que os produtos usados são transformados a montante no canal logístico.

O autor destaca a importância da Cadeia de Suprimentos sendo fundamental para que as empresas logísticas consigam dominar todos os processos. Como afirma Chopra e Meindl (2003) “Uma cadeia de suprimentos engloba todos os estágios envolvidos direta ou indiretamente no atendimento de um pedido de um cliente. A cadeia de suprimentos não inclui apenas fabricantes e fornecedores, mas também transportadores, depósitos, varejistas e os próprios clientes”.

Fica evidente a importância da SCM no processo de desenvolvimento logístico de uma organização. Gerir bem a cadeia de suprimentos de uma empresa não é fácil, eis a importância da SCM, possibilitar controle em todos os processos da cadeia de suprimentos, gerenciar produtos, transportes, pessoas, e a comunicação interna e externa da organização.

Um dos pontos bem críticos dentro da SCM e que precisa de muita atenção é o processo de comunicação da empresa, também denominada comunicação corporativa, que tem como finalidade transferir informações e conhecimento à todos os envolvidos nos processos da empresa. A comunicação é essencial para que uma organização que busca prestar um serviço de qualidade ou oferecer produtos, satisfazendo a necessidade de seus clientes.

A importância da comunicação corporativa dentro das organizações se dá principalmente para que as informações, seja sobre processos, mudanças de procedimentos habituais, comunicados, entre outros, devam chegar aos colaboradores de forma explícita, clara e objetiva. As informações internas podem contribuir para a interação entre os setores, entre os funcionários e gerar um clima melhor. Para Pires (2004), Cooper, Lambert e Pagh (1997), a empresa devem estar dispostas a cooperar, para que haja um fluxo de produtos e de informações

de forma eficiente. A empresa deve através da SCM ter muita atenção com a comunicação corporativa, com a forma que está havendo o processo interno.

3 ABORDAGEM SOBRE A COMUNICAÇÃO

Vivemos em um momento da história denominado de Era da informação, em que a comunicação, diferente de outros momentos da história, tem ocorrido de forma muito rápida, principalmente com o advento do avanço tecnológico. As empresas tem investido em sua comunicação interna, batizada de comunicação corporativa, que busca facilitar e melhorar o processo comunicativo interno nas organizações.

Comunicação é uma palavra derivada do termo latino “*communicare*”, que significa “partilhar, participar algo, tornar comum”. (RUBATTINO, 2016). Já Gasnier (2008, p. 12) vai um pouco mais além e define comunicação como sendo "o processo de transmissão e compreensão de informações, sejam ideias, conceitos, dados, instruções, autorizações, recados, histórias ou lições, nos dois sentidos e através do uso de símbolos, cujos significados são comuns aos envolvidos".

A comunicação é de extrema importância para o ser humano, conforme conceitua Charles Cooley (apud MATOS, 2009, p. 29) “[...] mecanismo através do qual existem e se desenvolvem as relações humanas”. Observa-se a partir desta definição que a comunicação é essencial para o homem até para desenvolver relacionamento com outras pessoas, relacionamento interpessoal, já defendido por Maslow, na pirâmide das necessidades, com seu nome, em que de baixo pra cima tem as necessidades sociais no terceiro nível da pirâmide, necessidades essas que podemos traduzir para relacionamento interpessoais.

Figura 1: Pirâmide de Maslow



Fonte: Google

Maslow demonstra a importância da comunicação como fator até de humanização da pessoa, do ser humano, uma vez que ele coloca fatores sociais (interação, relacionamento) como necessidade individual.

Para o Novo Dicionário Aurélio (1999):

A comunicação é originário do latim *communicatione*, que significa ‘ato ou efeito de comunicar, de emitir, transmitir e receber mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados, quer através da língua falada ou escrita, quer de outros sinais, signos ou símbolos, quer de aparelhamento técnico especializado (sonoro e/ou visual); Capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar com vista ao bom entendimento entre pessoas; Convivência [...]

O processo de comunicação que segundo o Aurélio é essa ação em que o ser humano troca informações e experiências, utilizando diversas formas como escrita, fala, sinais, é dividida em dois tipos básicos: comunicação verbal e comunicação não verbal.

3.1 Tipos de Comunicação

Como forma de melhor compreender a comunicação e sua funcionalidade, a comunicação pode ser transferida ou recebido de duas formas, comunicação verbal e comunicação não verbal.

3.1.1 Comunicação verbal

Este tipo de comunicação é possivelmente a mais conhecida, abrange a comunicação escrita e a comunicação oral. É a forma de comunicação mais utilizada devido à

sua capacidade de transmitir ideias de grande complexidade. Está presente nas mais variadas situações de convívio do cotidiano social e nas organizações, sendo importante ferramenta para todos os tipos de relações que pudermos imaginar. Essa comunicação ocorre na forma passiva, ou seja, quando ouvimos alguém falando ou lemos uma mensagem escrita – quando somos os receptores; ou na forma ativa, quando falamos ou escrevemos – quando somos o emissor da mensagem.

- a) **Comunicação Escrita:** a comunicação escrita é o código utilizado pelos livros, pelo jornalismo impresso ou on-line e pelas ferramentas de comunicação virtual. Nela o receptor está ausente, o que transforma a comunicação em um constante monólogo do emissor. Requer o máximo cuidado na ordenação das informações e na correção ortográfica e de pontuação. Ainda que sejam possíveis as retificações, os erros ou os ruídos nesse tipo de comunicação comprometem o entendimento da mensagem pelo receptor;
- b) **Comunicação Oral:** ao contrário da comunicação escrita, a comunicação oral é presencial, ou seja, nela emissor e receptor estão presentes (exceto o caso da televisão, do rádio e das mensagens gravadas). Essa, também, é um instrumento necessário para quem deseja conquistar amigos, uma vez que possibilita a interação social.

3.1.2 Comunicação não-verbal

A comunicação não verbal ocorre por meio de gestos, sinais, códigos sonoros, expressões faciais ou corporais, imagens ou outros códigos representativos.

Essa comunicação pode ser utilizada de forma isolada, a exemplo dos sinais de trânsito, da mímica ou da linguagem de Libras, linguagem de sinais para deficientes auditivos:

- a) Comunicação por olhar – as pessoas se fazem entender somente pelo olhar;
- b) Comunicação por mímica – são os gestos das mãos, corpo, face e as caretas que transmitem determinada informação;
- c) Comunicação por gesto – pode ser de forma voluntária, como um beijo, mas também pode ser involuntária, como mãos que não param de rabiscar ou de mexer em algo, o que caracteriza tensão e nervosismo;
- d) Comunicação pela postura – o modo como sentamos, com o corpo para um lado ou para o outro, até mesmo a posição pela qual relaxamos nossos pés.

Essas posturas, na maioria das vezes, correspondem ao subconsciente transmitindo uma mensagem.

O escritor e estudioso em comunicação Watzlawick (apud STROCCHI, 2007) objetiva cinco importantes pontos da comunicação:

- a) Não se pode não comunicar: toda a linguagem do corpo, a gestualidade, a mímica, o traje, o olhar ou o silêncio permitem comunicar ou transmitir uma mensagem;
- b) Em toda comunicação há sempre dois níveis: um de conteúdo, e outro de relação. Se o professor diz ao aluno que não estudou: "Você é um burro, um vagabundo! Deveria se envergonhar!" está transmitindo uma mensagem de reprovação e zombaria. Se, ao contrário, disser: "Com as capacidades que tem, você poderia fazer muito mais. É uma pena!" estará transmitindo uma mensagem de pesar. Ainda que o conteúdo seja praticamente o mesmo, o impacto emotivo é diferente;
- c) Todas as trocas de comunicação são simétricos ou complementares, conforme se baseiem sobre a igualdade ou sobre a diferença: a comunicação entre uma pessoa que ocupa posição superior à outra, como por exemplo professor-aluno, será menos espontânea, aberta e íntima, do que em se tratando de uma relação estruturada sobre o critério de igualdade, como entre dois amigos;
- d) A discordância sobre como pontuar a sequência dos eventos está na raiz de inumeráveis conflitos de relação. Dito de outro modo, os conflitos entre as pessoas derivam de pontos de vista diferentes: aqueles que pensam do mesmo modo não brigam; e
- e) Existe um módulo comunicativo verbal e um não verbal: em nossa sociedade é dada muita importância ao aspecto verbal, que possui, porém, 15% de importância no processo de comunicação. Existe depois o aspecto paraverbal, que compreende o tom de voz, a velocidade do discurso, as pausas... que ocupa 15% do processo. O aspecto não-verbal, ao contrário, tem uma influência de 70% na comunicação.

A comunicação sendo verbal ou não verbal, expressa além da transmissão da mensagem que se quer passar, mas também reflete um conjunto de características individuais, acumuladas pela experiência de vida, pessoal ou em grupo social, vitaminada pela cultura de onde nasceu, vive ou viveu. Para Matos (2009, p. 17), a comunicação é uma mistura de experiência;

[...] as influências externas que recebemos - como sensação, percepção. Tem a ver com nossos processos internos - como interpretação, compreensão, significado, atribuição, atenção. E tem a ver com as influências externas que provocamos em nossos semelhantes - como influência, liderança, motivação, sugestão, emulação. Mas, acima de tudo comunicação tem a ver com relacionamento, interação, conectividade, convivência, coesão, compartilhamento, cooperação, comprometimento, aprendizado, mudança, inovação e, também, com ética, transparência e responsabilidade.

Para que o indivíduo ou a corporação consiga realizar o processo de comunicação, verbal ou não, é necessário que os elementos que compõe a comunicação estejam todos sendo utilizados de forma correta, para evitar erros na comunicação.

O modelo tradicional para desenvolvimento de uma Comunicação eficiente que, de acordo com Kotler (1998), tem nove elementos fundamentais:

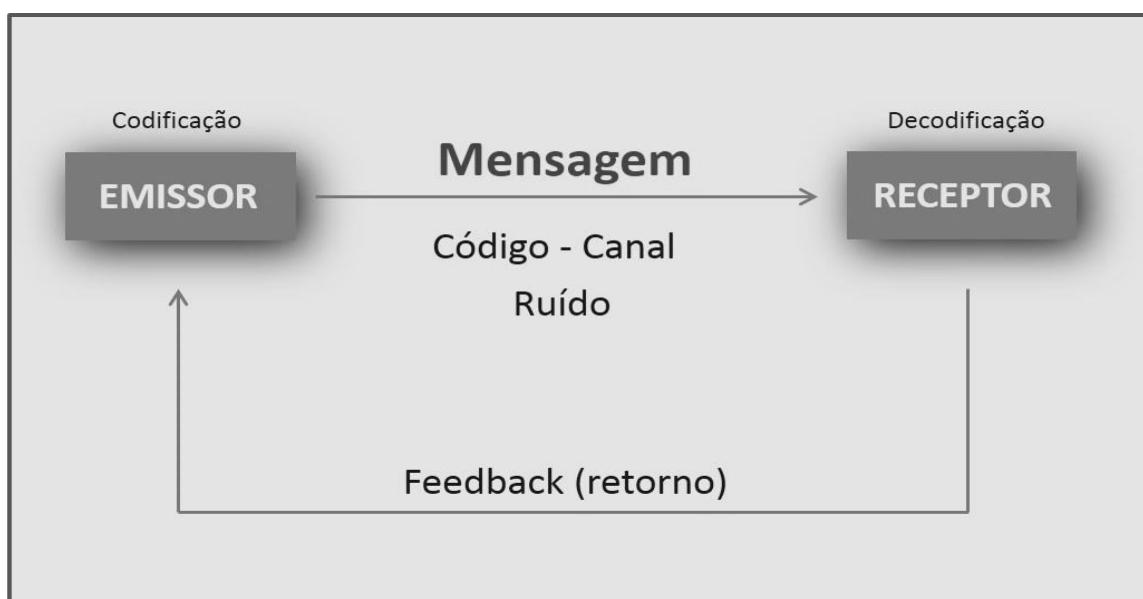
- a) **Emissor** – aquele que emite a mensagem para a outra parte;
- b) **Codificação** – É o processo de transformar o pensamento, a mensagem de forma simbólica;
- c) **Mensagem** – É o conjunto de símbolos que o emissor transmite;
- d) **Canal** – São os meios de comunicação através dos quais a mensagem passa do emissor ao receptor;
- e) **Descodificação** – É o processo pelo qual o receptor confere significado aos símbolos transmitidos pelo emissor;
- f) **Receptor** – É a parte que recebe a mensagem emitida pela outra parte, no caso, o emissor;
- g) **Resposta** – São as reações do receptor após ter sido exposto à mensagem;
- h) **Feed Back** – É a parte da resposta do receptor que retorna ao emissor, após receber a mensagem;
- i) **Ruído** – distorção ou estática não-planejada durante o processo de Comunicação, que resulta numa mensagem que chega ao receptor diferente da forma como foi enviada pelo emissor.

A comunicação é essencialmente a troca de informações entre seres e, para que ela ocorra, existe uma entrada, transformação e saída que é a transmissão do que precisa ser comunicação e é necessário que todos os elementos estejam sendo utilizados adequadamente, evitando ruídos na comunicação, ou seja, evitando que a comunicação seja distorcida ou equivocada.

Conforme Chiavenatto (2000), comunicação “é a troca de informações entre indivíduos. Significa tornar comum uma mensagem ou informação.” Logo, fica evidente que

para se ter a comunicação, necessita existir mais de um ser, uma vez que o autor, afirma ser troca entre indivíduos.

Figura 2: processo de comunicação



Fonte: Google

A comunicação entre o emissor e o receptor, precisa que no processo de entrada e saída da mensagem os demais elementos precisam também estarem funcionando corretamente, para que a comunicação seja completa e o conteúdo da mensagem seja limpa, clara e objetiva.

Principalmente no ambiente organizacional, a chamada comunicação corporativa, precisa ser muito bem gerida para evitar problemas diversos na organização.

4 COMUNICAÇÃO CORPORATIVA NO AMBIENTE LOGÍSTICO

A comunicação por si já é muito importante para o ser humano, para manter os relacionamentos, para trocar experiências, etc. Também é aplicada de forma bem específico no ambiente organizacional, sobretudo no ambiente da logística, através do SCM como ferramenta de melhoria dos processos, para facilitar o entendimento e a realização das tarefas, através de informações corporativas.

No ambiente logístico corporativo, com a utilização do SCM, que tem como função um amplo controle das atividades internas e externas das organizações; compra, estocagem, transporte, entrega ao cliente, pós venda. Ou seja, um controle holístico de como funciona e onde pode haver gargalo, para uma tomada de decisão com dados bem próximos do preciso.

Mas para este ambiente ser propício, para haver uma produção com qualidade ou uma prestação de serviço com eficiência e eficácia se o processo de comunicação corporativa funcionar adequadamente.

A implementação de uma comunicação corporativa eficaz permite a interação e integração de todo o universo corporativo. Entre seus objetivos estão informar os funcionários sobre a empresa e ambiente de trabalho, valorizar a participação de todos os colaboradores no andamento dos negócios, além de facilitar o relacionamento interpessoal. Além disso, a sua prática também é excelente na constituição da imagem passada pela empresa que é propagada pelos colaboradores fora do expediente de trabalho.

Elaborar boas estratégias de comunicação nas organizações faz com que os colaboradores tenham uma nova perspectiva da empresa na qual trabalham e não considerem conceitos externos. Dessa forma, eles se tornam verdadeiros embaixadores da empresa em que trabalham.

Para a ABRACOM (2014), o conceito de Comunicação corporativa é:

É a comunicação de uma corporação, empresa, organização, que pode ser entendida também como equivalente às expressões comunicação empresarial, comunicação organizacional ou relações públicas. A ideia de uma comunicação corporativa é a de que seja a representação de um conjunto de mensagens que juntas formam um só corpo: cada mensagem isolada influenciará na percepção final da mensagem da corporação, da geração e manutenção de identidade, imagem e reputação.

A comunicação dentro das organizações deve ser utilizada como uma ferramenta da gestão estratégica atuando em todos os níveis hierárquicos afim de atingir as metas e os objetivos estipulados no planejamento estratégico da empresa. Nessa perspectiva, a sua prática não é responsabilidade de um departamento específico, mas sim de todos que compõem a empresa, desde gestores a subordinados. Somente dessa forma pode-se evitar ruídos e conflitos que atrapalhem o bom relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho.

O processo de implementação da comunicação corporativa deve zeloso e com bastante atenção pois “A comunicação corporativa é um ciclo virtuoso, que se inicia com o planejamento, continua com a execução das ações, requer monitoramento e ajustes” (ABRACOM, 2014)

Ao abordar a comunicação corporativa nas organizações, encontramos dois tipos de comunicação: comunicação corporativa interna e comunicação corporativa externa (REZ, 2014)

4.1 Comunicação Corporativa Interna

A comunicação corporativa interna no ambiente logístico é a interação, o processo de troca, o relacionamento dentro de uma empresa ou instituição. Também chamada de Endocomunicação, a Comunicação Interna é responsável por fazer circular as informações, o conhecimento de forma verticalmente, ou seja, da direção para os níveis subordinados e horizontalmente, entre os empregados de mesmo nível de subordinação.

Para a doutora em Ciências da Comunicação, Marlene Marchiori (2008), que também é membro do Corpo de palestrantes da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje):

A busca da valorização da comunicação interna deve ser entendida como estratégia básica dos empresários que desejam a efetividade de sua organização. Chega a ser irônico pensar que neste novo mundo, altamente tecnológico, com tantas transformações, o sucesso de um empreendimento continua a estar centrado nas pessoas. É por meio da comunicação que uma organização recebe, oferece, canaliza informação e constrói conhecimento, tomando decisões mais acertadas.

Segundo o professor, pesquisador e consultor de empresas na área de Comunicação Empresarial, Wilson da Costa Bueno, “ela é de suma importância numa organização porque cada pessoa de uma organização tem um papel a desempenhar na comunicação interna e não só o ‘staff’ profissional de comunicação”. É neste processo que há a troca de experiências internas entre os funcionários da organização independente de hierarquia, através de reuniões, jornais internos, comunicados oficiais, manuais, roda de conversas e momentos outros que a empresa pode propiciar para os funcionários exercerem o relacionamento interpessoal.

Para Rez (2014) a utilização da comunicação corporativa:

Dependendo de como é a cultura da empresa e a sua hierarquia, a comunicação interna pode ser classificada como horizontal ou vertical. Horizontal quando a comunicação é realizada entre pares. Já a vertical é quando a comunicação interna é realizada entre as diferentes hierarquias dentro da organização.

A comunicação interna sendo vertical ou horizontal precisa acontecer, de acordo com sua cultura ou tipo de gestão administrativa, mas a comunicação não pode ser deixada de lado no ambiente corporativo logístico.

A comunicação interna é indispensável para a consecução dos objetivos das empresas, justamente por conta de sua eficiente atuação em diversos segmentos da empresa. No entanto, é necessário estar atento aos canais escolhidos para cada mensagem, seguindo um plano de comunicação previamente concebido e que oriente a utilização da comunicação interna e consiga extrair os melhores resultados possíveis.

Além de informar, a comunicação interna, também busca formar um ambiente organizacional equilibrado e de desenvolvimento constante, possibilitando aos funcionários vislumbrarem um horizonte promissor de crescimento profissional. Como afirma Marchiori (2008b, p. 213-214), a comunicação interna:

[...] oportuniza a troca de informações via comunicação, contribuindo para a construção do conhecimento, o qual é expresso nas atitudes das pessoas. É fundamentalmente um processo que engloba a comunicação administrativa, fluxos, barreiras, veículos, redes formais e informais. Promove, portanto, a interação social e fomenta a credibilidade, agindo no sentido de manter viva a identidade de uma organização.

Para que a comunicação interna se torne uma ferramenta de fato útil é necessário que a empresa utilize-a de forma correta:

- a) **Reuniões** – momento de orientações e informações diversas à cerca da organização. Aqui, as informações são muitas vezes interativa entre pessoas ou setores. Deve haver ata com assinatura de todos os participantes;
- b) **Jornais e Comunicado Internos** – Meio pelo qual informações internas e externas chegam à todos de forma escrita passiva. Os comunicados, principalmente devem conter assinatura de ciência de todos os que receberam e depois, exposto em um mural ou quadro;
- c) **E-mail** – mecanismo oficial virtual pelo qual a organização faz comunicados diversos. Deve haver confirmação de recebimento do e-mail.

A confirmação através de assinatura ou confirmação de recebimento garantem à empresa a certeza de que nenhum funcionário faça alguma tarefa ou descumpra qualquer regra e afirmar que não sabia das normas ou regras. Por isso o processo de comunicação interna deve ser formal, com assinaturas, com confirmação de recebimentos de e-mail ou até mesmo assinatura de protocolo, ou qualquer outro procedimento que garanta quem recebeu a mensagem confirmar que recebeu.

4.2 Comunicação corporativa externa

A Comunicação Externa é um processo primordial nas organizações de diversos níveis, porém é complexa e se torna um risco quando não se sabe como realmente usá-la. É muito importante que as organizações desenvolvam estratégias de comunicação externa, pois há um considerável giro em torno das notícias, principalmente nos negócios, porém há diversas formas deste processo ser executado de maneira coerente e eficaz. Todas as informações que estejam relacionadas com as atividades que a empresa desenvolve podem ser comunicadas, sendo um grande risco, pois estas informações tem o sentido de promover a imagem da empresa, através da divulgação de seus produtos e serviços, assim como também precisa receber informações de fora para a troca de experiências e transformações em processos, embora a competitividade esteja em alta as empresas resolveram arriscar, e é assim que muitas acabam por não criar uma sintonia e entrando num caos total. É fundamental ter consciência e um cuidado neste processo para prevenir diversos riscos na imagem institucional, através da comunicação externa, mas para que isto aconteça é importante conhecer alguns conceitos básicos do processo de comunicação, da importância das estratégias organizacionais e sua interação com o ambiente externo. Para Rez (2014):

A comunicação externa é a forma de criar a imagem e identidade da marca. Campanhas de publicidade e eventos promocionais também são ferramentas utilizadas pela comunicação externa. Anúncios de TV, anúncios de jornal, jingles em rádios, eventos promocionais ou eventos para prospectar negócios ou patrocínios fazem parte do rol de mídias da comunicação externa de uma empresa.

As empresas buscam constantemente, neste mundo corporativo globalizado, manter um bom relacionamento com seus clientes, investindo no posicionamento da marca de forma que atraia a atenção dos consumidores e se manter no mercado. A comunicação externa é de extrema importância neste processo, e a empresa precisa ter atenção na construção da maneira como se comunica com seus clientes externos. Rez (2014) afirma que “a comunicação externa de uma empresa inclui os processos de comunicação com os atuais e potenciais investidores, clientes e demais instituições. Os instrumentos mais utilizados pela comunicação externa são: propaganda, marketing e relações públicas. Ela é responsável pela maneira como a empresa quer ser vista pelo mundo corporativo”.

As organizações devem criar um plano de comunicação com seus clientes avaliando todos os aspectos: cultura, economia, política, clima, etc. Afim de alcançar a atenção dos clientes e conseguir atingir novos clientes além de manter a relação com os fornecedores.

5 METODOLOGIA

O trabalho aqui exposto foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica exploratória, e elaborada a partir de conteúdo já publicado, consultas principalmente em livros disponibilizado na internet e bibliografia de autores possuidores de obras contidas neste assunto em foco, afim de encontrar resultado satisfatório, fundamentado e consolidado em outras literaturas.

5.1 Instrumento de coleta de dados

A pesquisa foi bibliográfica, realizada através de consultas a livros, e bibliografia diversas como artigos de autores que possuem obras direcionadas a cadeia de suprimentos, SCM e comunicação como diferencial competitivo das organizações, além de textos e matérias pesquisados em sites.

6 CONCLUSÃO

Diante de todo o conteúdo e embasamento apresentado neste artigo científico, é notório a grande importância da comunicação no processo logístico das empresa, estas que buscam aprimorar seus processos investindo em tecnologia e ferramentas diversas como forma de obter diferencial competitivo no mercado. Mas de fato, foi possível observar que a comunicação bem aplicada dentro do ambiente corporativo torna-se de fundamental importância melhorar o desempenho da empresa quando esta aplica a comunicação corporativa em todos os processos, respeitando o que os autores que abordam esta temática orientam.

O Supply Chain Management (SCM) como ferramenta de gestão logística da cadeia de suprimentos viabiliza aos gestores uma visão mais ampla, holística de todos os processos da organização, desde o contato com o fornecedor finalizando com o pós venda com o cliente final. Esta visão de um todo, possibilita aos gestores melhores tomadas de decisões assim como investimento em seu pessoal, os funcionários. A comunicação corporativa, atrelada na SCM, bem direcionada, bem aplicada cria um ambiente corporativo mais fácil de lidar, gera mais confiabilidade entre todos para o melhor desempenho das atividades e funções, além de um clima organizacional mais harmonioso, em que cada funcionário sabe explicitamente o que, como e onde realizar suas tarefas com o risco de erros bem reduzido, pois as informações são passadas de forma simples, clara e objetiva.

A importância e relevância da aplicabilidade da comunicação corporativa no ambiente logístico é evidente, a partir do estudo realizado. Pois foi possível compreender o que é comunicação, seus elementos e a funcionalidade de cada um além de entender como funciona o processo de comunicação e como esta pode ser inserida no ambiente organizacional.

Devido a importância da comunicação corporativa nas organizações de logística, estudada neste artigo, as empresas precisam investir cada vez mais na comunicação tanto interna quanto externa, ampliando seu leque de atuação estratégica com o cliente interno e externo.

LOGISTICS OF CORPORATE COMMUNICATION:

Supply Chain Management (SCM) as a competitive differential in the processes of control and business communication

ABSTRACT

At a time in the so-called information society society, this article discusses how companies use Supply Chain Management (SCM) as a competitive differential, especially the approach regarding the use of corporate communication as a tool for the development of Practices that make it possible to maximize the production of products or provide services, facilitating the flow of information, reducing the risk of errors in organizational processes. The importance of corporate communication, analyzed from the SCM, will be explained as a way to show the great utility of this to the organizations when well managed and used. It will be possible to verify how good communication facilitates and enables improvements at all levels of the organizations and creates a more favorable organizational climate to develop activities and to allow better internal and external results.

Keywords: Communication. Supply Chain Managent. Organizations. Corporate.

REFERÊNCIAS

ABRACOM. Guia de serviços e boas práticas em contratação de comunicação corporativa. Disponível em: <<http://www.abracom.org.br/arquivos/2014>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BALES, R. R.; MAULL, R. S.; RADNOR, Z. The development of supply chain management within the aerospace manufacturing sector. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 9, n. 3, p. 250-255, 2004.

BALLOU, R. H. The evolution and future of logistics and supply chain management. **European Business Review**, v. 19, n. 4, p. 332-348, 2007.

CAMBRA, J.; POLO, Y. Creating satisfaction in the demand-supply chain: the buyer's perspective. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 13, n. 3, p. 211- 224, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. São Paulo: Ed. Campus, 2000.

CHOPRA, S.; MEINDL, P. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operação**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

COOPER, M. C.; LAMBERT, D. M.; PAGH, J. D. Supply chain management: More than a new name for logistics. **The International Journal of Logistics Management**, v. 8, n. 1, p. 1-14, 1997.

CROOM, S.; ROMANO, P.; GIANNAKIS, M. Supply chain management: an analytical framework for critical literature review. **European Journal of Purchasing & Supply Management**, v. 6, n. 1, p. 67-83, 2000.

GASNIER, Daniel Georges. **Comunicação empresarial: guia prático**. São Paulo: IMAM, 2008.

MATOS, Gustavo Gomes de. **Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela vi da cultura e do diálogo**. 2. ed. rev. e ampl. Bueri, SP: Manole, 2009.

MARCHIORI, M. Comunicação interna: um fator estratégico no sucesso dos negócios. In: MARCHIORI, M. (Org.). Faces da cultura e da comunicação organizacional. Vol. 1 Série Comunicação Organizacional. 2.ed São Caetano do Sul: Difusão, 2008b. p. 205-222.

MARCHIORI, Marlene. **Comunicação interna: um olhar mais amplo no contexto das organizações**. 2015.

NEVES, T.; DROHOMERETSKI, E.; COSTA, S. Gestão da cadeia de suprimentos: uma análise científica. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2012_TN_STO_157_915_20596.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HOLANDA, A. **Novo dicionário aurélio**. Ed. Nova Fronteira, 1999.

REZ, Rafael. O que é comunicação corporativa. Disponível em: <<http://www.marketingdeconteudo.com.br/comunicacao-corporativa>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

STROCCHI, Maria Cristina. **Psicologia da comunicação: manual para o estudo da linguagem publicitária e das técnicas de venda**. São Paulo: Paulus, 2007.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: contextualização histórica

Aylana Cristina Rabelo Silva*

Rayssa Santos Lima**

RESUMO

No presente trabalho buscamos discutir a organização sindical dos assistentes sociais a partir de uma perspectiva histórica. Para tanto, iremos discorrer sobre as conquistas e os desafios enfrentados pela categoria em cada período de desenvolvimento de sua organização sindical. Daremos um destaque ao processo de desativação e posterior reativação das entidades sindicais de categoria no estado no Maranhão, seguindo o acordo realizado no âmbito da categoria nacionalmente de filiação aos sindicatos por ramo de atividade.

Palavras-chave: Organização Sindical. Assistentes Sociais. Estado do Maranhão.

1 INTODUÇÃO

Conforme sua construção histórica, a proposta dos sindicatos é de funcionarem como instrumento de luta dos trabalhadores. O Serviço Social enquanto um sujeito coletivo pertencente à classe trabalhadora também faz uso deste recurso. Assim, é fundamental refletirmos sobre os rumos e desafios enfrentados pela profissão em sua sindicalização historicamente, tomando por base as escolhas assumidas pela categoria nacionalmente para compreendermos seus reflexos sobre a realidade no estado do Maranhão.

Neste sentido, no presente trabalho buscamos realizar um resgate dos principais acontecimentos históricos da organização sindical dos assistentes sociais e demonstrar as propostas de direcionamento sindical que tem sido defendida pelas entidades organizativas.

Desta forma, iremos discorrer sobre as conquistas e os desafios enfrentados pela categoria em cada período de desenvolvimento de sua organização sindical. Daremos um destaque ao processo de desativação e posterior reativação das entidades sindicais de categoria no estado no Maranhão, seguindo o acordo realizado no âmbito da categoria nacionalmente de filiação aos sindicatos por ramo de atividade.

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Pós-Graduada em Residência Multiprofissional em Saúde no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA). E-mail: aylanacristina@hotmail.com

** Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Assistente Social na Diretoria do Cadastro Único e Bolsa Família da Prefeitura Municipal de Buriticupu-MA. E-mail: rayssa_sl@live.com

Para tanto, realizamos uma revisão de literatura para aprofundamento da temática, a partir das produções científicas já existentes. A pesquisa documental também foi uma referência, mediante análise de legislações e outros instrumentos normativos. O campo empírico da pesquisa compreendeu o Sindicato de Assistentes Sociais do Maranhão. (SASEMA).

2 ENTIDADES POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL: o processo de desativação dos sindicatos de categoria

No que se refere à organização sindical dos assistentes sociais, esta tem início na década de 1950/1960 como demonstrado por Abramides e Cabral (1995, p. 123): “As APAS – Associações Profissionais de Assistentes Sociais, de caráter pré-sindical, datam da década de 50, e os primeiros sindicatos, do início da década de 60, não havendo, porém uma entidade sindical de caráter nacional”. Sendo que “[...] até o início de 1970, tínhamos cinco estados com sindicatos de assistentes sociais que foram fechados bem como a maioria dos sindicatos durante o período mais truculento da ditadura militar no Brasil”. (ABRAMIDES, 2014, p. 232). Consoante a tudo isso, durante o período de Ditadura Militar no país (1964-1985) os sindicatos são desativados e retomam suas atividades somente a partir de 1977. E, é apenas

[...] no final dos anos 1970 que as organizações sindicais retomam seus processos massivos de publicização de suas demandas e de suas lutas. É com a emergência do chamado ‘novo sindicalismo’ que os sindicatos retomarão sua ação política (MONTAÑO; DURRIGUETTO, 2011, p. 241).

Sobre as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS), de caráter pré-sindical, Abramides (2014, p. 234) pontua que estas

[...] deveriam existir por dois anos e possuírem 1/3 dos profissionais a elas filiados, de acordo com a legislação, para se transformarem em sindicatos. Essa legislação se altera a partir dos anos 1990, de tal modo que um pequeno grupo de profissionais pode solicitar a formação de um sindicato, o que tem levado à formação de sindicatos pouco representativos e sem base de legitimidade, em uma enorme proliferação de sindicatos ‘fantasmas’.

Com o objetivo de coroar este processo organizativo no campo sindical que vinha se reestruturando na profissão, em 1978 é realizado o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais. A efervescência e complexidade dos debates promovidos pela categoria, assim como a emergência da luta política dos trabalhadores, resultam no desdobramento do primeiro encontro, sendo realizados ainda o segundo e terceiro Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais¹. Todos eles, com o objetivo de

articular os assistentes sociais na luta por seus direitos e pelos demais integrantes da classe trabalhadora.

Em 1979, ocorre em São Paulo, o III Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais e o destaque para este encontro reside na deliberação de criação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). Esta entidade será responsável por dar um direcionamento às questões expostas nos encontros, tornando-se uma referência para as entidades sindicais e pré-sindicais existentes.

A entidade acima citada será desativada em 1983, por haver um entendimento, por parte da categoria profissional, que ela cumpriu com sua função de articulação do movimento sindical da categoria. E, durante a realização da I Assembleia Nacional de Assistentes Sociais (I ANAS) realizada em outubro de 1983, é fundada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS). Esta Associação deveria encaminhar as lutas em esfera nacional, englobando as demandas advindas da categoria de forma específica, mas também da classe trabalhadora de forma geral.

A década de 1980 representa um momento de grandes mudanças para o movimento sindical no Brasil e especificamente para os assistentes sociais com a criação de uma entidade sindical de dimensão nacional. Neste sentido,

A organização político-sindical dos assistentes sociais dá um salto de qualidade com a criação da ANAS em outubro de 1983, em uma conjuntura importante para a classe trabalhadora, marcada pela fundação da CUT. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 132).

Sobre este processo, Abramides e Cabral (1995) apontam ainda que serão realizadas a II, III e IV ANAS, o que possibilita avanços no sentido de importantes discussões para a categoria profissional, principalmente no que se refere a sua organização sindical. A ANAS estará em atividade durante 11 anos, sendo desativa durante a VI Assembleia Nacional Sindical (1994), por conta de sua filiação à CUT, que orientava os trabalhadores a se organizarem por ramo de atividade, na perspectiva de desenvolver e aprofundar uma identidade de classe, neste caso, enquanto classe trabalhadora.

Vale destacar que esta filiação foi amplamente discutida no âmbito da categoria profissional, como abordado por Abramides e Cabral (1995), com destaque para a II ANAS que decidiu pela “Filiação da ANAS à CUT, por 86% do plenário [...]”. (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p. 136). Este processo decisório demonstra, dentre outras coisas, o amadurecimento político da categoria, no sentido da construção da identidade de classe. Desta forma, a filiação da ANAS à CUT representa a tentativa de rompimento com o corporativismo, pois estes

buscaram durante sua trajetória sindical lutar em prol das demandas mais gerais dos trabalhadores.

A partir da análise feita por Abramides (2014) é importante destacar a vinculação das assistentes sociais à CUT desde o início da criação desta Central na perspectiva de construção e fortalecimento de um sindicalismo cada vez mais autônomo, combativo e comprometido com os interesses dos trabalhadores. Tanto é que a categoria foi uma das primeiras a se filiar à Central e durante muito tempo grande parte dos assistentes sociais caminhou lado a lado com a CUT, sendo que

[...] em muitos estados do país as (os) dirigentes das APAS – Associações Profissionais Pré-Sindicais de Assistentes Sociais e sindicatos de assistentes sociais fundaram as CUTs e compuseram suas direções em todos os níveis. Assim, como outros sindicatos de categoria filiados à CUT, apesar de serem organizados por categoria, suas ações foram marcadas por uma trajetória sindical classista como trabalhadoras (es) e com as trabalhadoras (es). (ABRAMIDES, 2014, p. 234).

No que refere a esta nova orientação de organização sindical, ela foi marcada pela inserção dos assistentes sociais em sindicatos por ramo de trabalho, ou seja, assistentes sociais que trabalhavam na educação deveriam estar nos sindicatos dos trabalhadores da educação, os que trabalhavam na saúde, deveriam filiar-se ao sindicato dos trabalhadores da saúde e assim aconteceria com as demais áreas de atuação profissional, sendo então, desativados os sindicatos específicos da categoria profissional. A compreensão geral é que os sindicatos de categoria acabam por não legitimar mais do que bandeiras de luta corporativas e que, enquanto classe trabalhadora, compartilhamos as mesmas demandas e necessidades. Entretanto, como apontado por Abramides e Cabral (1995), esta não foi uma posição unânime na profissão, pois alguns sindicatos ainda permaneceram em atividade.

A preocupação da categoria ao assumir esta posição foi a de fortalecer as lutas mais gerais da classe trabalhadora, lutando por direitos que abrangem as especificidades da profissão, mas também fortalecendo a luta geral dos trabalhadores. Entretanto muitos desafios foram sendo postos historicamente à profissão para a concretização desta orientação sindical, inclusive estes desafios são evidenciados no estado do Maranhão e nacionalmente, com as mudanças nas condições de trabalho a partir dos ajustes neoliberais.

Neste sentido, sobre a configuração da organização sindical dos assistentes sociais no estado do Maranhão sob a nova orientação assumida pela categoria nacionalmente, a sindicalização por ramo de atividade, Silva (2008) identificou que os profissionais no estado também não estiveram à parte do movimento de resistência e luta dos trabalhadores contra as investidas do capital no contexto de crise e reestruturação que caracterizavam as décadas de

1970/1980. Estes profissionais também vivenciaram o florescimento das organizações e entidades de luta. Neste momento, surgem no Serviço Social maranhense as discussões e mobilizações em torno de sua organização sindical:

[...] os profissionais de Serviço Social do Estado do Maranhão mobilizam-se na construção do Movimento PRÓ-APAS (Pró-Associação Profissional de Assistentes Sociais), este movimento articulou-se politicamente em agosto de 1980 e em 18 de setembro do mesmo ano, foi realizada a Assembleia de criação da APAS/MA (Associação Profissional de Assistentes Sociais do Estado do Maranhão). [...] liderado pela então professora da UFMA, Josefa Batista Lopes [...] (SILVA, 2008, p. 39).

Sobre o estatuto da APAS/MA naquele momento, Silva (2008) considera que o documento elucida o compromisso com a garantia de direitos, com a formação profissional e política dos assistentes sociais. Conforme os relatos obtidos pela referida autora mediante entrevista com uma das ex-presidentes da APAS/MA, esta entidade de caráter pré-sindical objetivava desempenhar um papel articulador, político, de base e de incentivo à sindicalização dos assistentes sociais do Maranhão. Segundo a representante da APAS/MA entrevistada, a entidade contava com aproximadamente 500 profissionais associados na época.

Ainda de acordo com o trabalho realizado por Silva (2008), há uma influência de alguns partidos políticos na configuração da organização sindical dos assistentes sociais no Maranhão, a citar uma ala progressista do Partido Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático dos Trabalhadores - PDT. Diante deste fato, para a autora fica evidenciado que a estrutura sindical formada no Maranhão não se configurou de forma diferente do cenário nacional, no que se refere à influência de partidos políticos.

Porém, apesar da articulação explícita entre as entidades sindicais da categoria com os partidos políticos considerados de caráter democrático, a relação entre estes e os Conselhos profissionais não se apresentava de forma harmoniosa, conforme indica o depoimento da ex-presidente da APAS/MA feito a Silva (2008, p. 41):

[...] ‘A relação entre o Conjunto CFAS/CRAS e SAS/MA era uma relação de conflito, havendo a dicotomia Legalidade x Legitimidade, onde a legalidade era representada pelo conjunto CFAS/CRAS e a legitimidade representada pelo SAS/MA’. (Entrevista concedida em 26/02/2008 a SILVA, 2008, p. 41).

Tal conflito apontado no depoimento supracitado é justificado pela compreensão da depoente de que as representantes do CRAS/MA na época representavam o poder do Estado e o SAS/MA lutava pelos direitos da categoria. No que se refere à luta empreendida pela entidade sindical, havia uma sintonia com a luta mais geral da classe trabalhadora, conforme o depoimento da ex-presidente da APAS: “[...] ‘Estávamos respaldadas por nosso discurso e

prática. [...] Lula, na época referência nacional do PT, e da luta nacional pelos direitos da classe trabalhadora, deu apoio a nós”” (Entrevista concedida em 26/02/2008 a SILVA, 2008, p. 42).

Silva (2008) considera o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, realizado em São Paulo no período de 23 a 28 de setembro de 1979, como um divisor de águas na relação estabelecida entre as entidades sindicais do Serviço Social e o conjunto CFAS/CRAS, pois a partir daí haverá um fortalecimento das lutas da categoria e um amadurecimento da organização política dos assistentes sociais. Isto desencadeou o processo de transformação da APAS em Sindicato dos Assistentes Sociais no Maranhão (SAS/MA). Os dados obtidos pela autora apontam que em 25 de outubro de 1984 foi convocada uma Assembleia Geral da APAS para discutir sobre a estruturação do SAS/MA, sendo que

Dois anos após a Assembleia, em 1986, a Carta Sindical de criação do Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Maranhão é efetivada. No mesmo ano o SAS/MA em Assembleia ordinária no 7º Encontro de Assistentes Sociais filia-se à CUT (Central Única dos Trabalhadores), partindo do entendimento de que esta filiação era necessária para a construção de uma luta coletiva dos trabalhadores. (SILVA, 2008, p. 44).

Assim, a organização sindical dos assistentes sociais no Maranhão aderiu ao fortalecimento das lutas mais gerais dos trabalhadores, chegando a compor negociações conjuntas com outros sindicatos, como acordos coletivos, direção, bem como participação em greves. (SILVA, 2008). Ainda tendo como referência o trabalho de Silva (2008), outra expressão desta atuação política da categoria foram dois telegramas enviados pelo SAS/MA: um à Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) e outro ao Sindicato dos Bancários, representações de duas categorias profissionais que se encontravam em greve no período. A comunicação telegráfica referida anteriormente tinha por objetivo mostrar solidariedade com a luta dessas categorias, reiterando que suas demandas eram legítimas. Sobre o campo internacional, a autora destaca a carta enviada ao governo da África do Sul repudiando suas ações racistas na época.

Conforme Silva (2008), durante sua existência o SAS/MA dispensou grande cuidado a qualidade da realização de suas ações. Para tanto sempre buscou realizar avaliações sobre sua estrutura e atuação. Neste sentido, como identificado no trabalho de Silva (2008), no processo avaliativo da gestão 1984-1986 ficam evidentes algumas questões que sinalizam um processo de fragilização da referida entidade sindical, como exemplo são citados: o baixo número de assistentes sociais filiadas; a baixa participação dos membros da diretoria, pois estes acabam por privilegiar a participação em outros espaços, como partidos políticos; falta de

clareza da categoria sobre o real papel da entidade; e a dificuldade em encaminhar as lutas mais específicas dos assistentes.

Neste sentido, conforme identificado por Silva (2008), o quadro de refluxo e desmobilização provocado pelo cenário de enfraquecimento sindical a nível nacional no final da década de 1980, evidenciado com mais força a partir da década de 1990, contribui para que o SAS/MA aponte suas fragilidades e compreendesse que não tinha de sustentação. Além disso, O SAS/MA buscou estar articulado às discussões e processos nacionais no âmbito da profissão acerca da extinção da ANAS e adesão a sindicalização por ramo de atividade. Por isso, convoca as assistentes sociais maranhenses para aprofundarem a discussão sobre a desativação do sindicato, entendendo que “[...] é fundamental um efetivo engajamento da categoria no sindicato por ramo de atividade. (SAS/MA apud SILVA, 2008, p. 49).

Assim, após este processo de discussão a entidade é desativada em 1995, restando aos assistentes sociais do estado a orientação nacional de se inserirem nos sindicatos por ramo de atividade.

Diante o exposto, evidenciamos que a desativação das entidades sindicais no âmbito do Serviço Social foi realizada a partir de um amplo processo, envolvendo discussões, análises e debates nacionalmente, e até mesmo no caso específico do estado do Maranhão isto também foi notório. Entretanto, devemos considerar que a concretização desta proposta sindical também trouxe grandes desafios e dilemas no âmbito da categoria profissional e, sobre isso, buscaremos discorrer a seguir.

3 A RETOMADA DAS ENTIDADES SINDICAIS POR CATEGORIA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

Ao mencionarmos sobre a orientação sindical legitimada pelas assistentes sociais historicamente, seja por ramo de atividade ou por categoria profissional, devemos contextualizar tal posicionamento e relacionar com as mudanças sociais, econômicas e políticas de cada período. Neste item, tomaremos por referência a década de 1990 por representar o momento de constituição do neoliberalismo no Brasil, modelo econômico de profundas consequências para a vida dos trabalhadores em geral.

É importante demarcar que consideramos o Serviço Social como trabalho, concordando com Iamamoto (1998), para quem o uso da terminologia prática ou trabalho não diz respeito apenas a uma mudança de nomenclatura, ou seja, sair da concepção do Serviço

Social como prática e considerá-lo inserido em processos de trabalho, na verdade, é uma mudança de concepção.

A prática, enquanto força de trabalho em ação, é um dos elementos deste processo, mas também é necessário o objeto, que no caso do Serviço Social são as expressões da questão social – resultado da contradição entre capital e trabalho; e os meios ou instrumentos, que correspondem aos conhecimentos e habilidades do profissional adquiridos durante sua formação mais os recursos oferecidos pelos empregadores.

Ao realizar essa transição de concepção passamos a considerar os condicionantes que incidem sobre o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, sejam eles internos - relacionados com o desempenho profissional, que diz respeito à “[...] acionar estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional etc. [...]” (IAMAMOTO, 1998, p. 94), sejam eles os condicionantes externos – circunstâncias em que este trabalho se realiza, ou seja, “[...] um conjunto de fatores que não dependem exclusivamente do sujeito profissional, desde as relações de poder institucional, os recursos [...] as políticas sociais [...] a realidade social da população [...]” (IAMAMOTO, 1998, p. 94).

Neste sentido, inferimos que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais passa a ser analisado de forma articulada com outros condicionantes, não recaindo apenas sobre a atividade em si, pois o profissional possui uma autonomia relativa. Destaca-se, conforme Miranda (2011), que a profissão encontra-se sob uma dupla determinação, sob uma forte correlação de forças, pois seu trabalho deve estar orientado por um projeto ético-político profissional², entretanto sua condição de trabalhador assalariado coloca para ele as mesmas limitações dos demais trabalhadores: a venda da sua força de trabalho e o processo de alienação, típico do sistema capitalista de produção.

Ainda conforme Miranda (2011), podemos compreender que as mudanças na organização do trabalho incidem duplamente sobre a categoria profissional, pois o que é produzido pelo profissional, ou seja, os seus serviços, geram valor, já que é um assalariado, mas, além disto, ele é um profissional que atua com a classe trabalhadora mais precisamente na reprodução da força de trabalho, e até mesmo na distribuição do fundo público, no caso das empresas estatais, sendo todos estes aspectos vitais para o processo de valorização do capital.

Dito isto, ratificamos que o Serviço Social não se encontra imune às mudanças que ocorrem na organização do trabalho, sendo estas cruciais para a profissão, tanto por determinar sua remuneração, carga horária e outros aspectos relacionados às condições de trabalho, quanto por incidir diretamente sobre as demandas que irá receber cotidianamente em seu espaço de

atuação. O assistente social é um trabalhador assalariado, portanto, sujeito às mesmas condições e relações de trabalho que os demais trabalhadores.

Considerando estes aspectos e retomando o debate em torno da organização sindical dos assistentes sociais, destacamos que a partir da década de 1990 passamos a vivenciar em nosso país um contexto de implantação das políticas de ajuste neoliberal e desmonte das atividades do Estado no que se refere aos direitos sociais. Este quadro desencadeia profundas alterações no mundo do trabalho, a partir de uma (contra) reforma gerencial do Estado, que segundo Pereira (1996) tinha como proposta “[...] uma resposta a grave crise do Estado dos anos 80 e à globalização da economia – dois fenômenos que estão impondo, em todo o mundo, a redefinição das funções do Estado e da burocracia” (PEREIRA, 1996, p.1), além de “[...] facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva [...]” (PEREIRA, 1996, p. 1).

Em contrapartida, Amaral e Cesar (2009) apontam que esta iniciativa traz reflexos extremamente negativos aos trabalhadores, como o processo de destituição de direitos; sucateamento dos serviços públicos; ofensiva contra os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988; esvaziamento da noção de direitos e agravamento da questão social. Tudo isso, claro, constituem profundas alterações na organização do trabalho e da produção, sendo estas mudanças determinadas pelo novo modelo capitalista de produção, cada vez mais competitivo e globalizado.

Segundo as autoras supramencionadas este período caracteriza-se por privatizações, fusões de empresas, redução dos postos de trabalho, terceirização, precarização, flexibilização das relações de trabalho e a aplicação de padrões mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador, destacando as mesmas que é no trânsito de 1990 para os anos 2000 que vamos assistir a mudanças cada vez mais profundas, definidas por alguns estudiosos como fase de “acumulação flexível”.

Discorrendo sobre a adoção do modelo neoliberal, as autoras citadas anteriormente indicam que:

Seus traços principais são: a financeirização da economia, a introdução de tecnologias avançadas no processo de produção, a ênfase em processos informacionais, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização do trabalho, expressas nas novas modalidades de contratação, na supressão de direitos sociais e nas novas formas de gestão do trabalho, a desterritorialização da produção, entre outros. (AMARAL; CESAR, 2009, p. 6).

Na esfera estatal, Raichelis (2009, p. 9) menciona que “Na virada dos anos 1990, intensificam-se as parcerias e transferências de responsabilidades públicas para as iniciativas da sociedade civil [...]”. E com isso, teremos o crescimento das Organizações Não

Governamentais (ONGs), integrantes do denominado terceiro setor. Neste contexto, a autora aponta que ressurgem o discurso de participação comunitária e da solidariedade. Ou seja,

[...] o Estado deixa de prestar serviços diretos à população e passa a estabelecer parcerias com organizações sociais e comunitárias, incluindo-se aí as fundações e institutos empresariais que, atualizando seu discurso, convertem a assistência social e a filantropia privadas para a linguagem do capital – agregar valor ao negócio, responsabilidade social das empresas, ética empresarial são alguns dos termos que passam a ser recorrentes. (RAICHELIS, 2009, p. 10).

Além dos aspectos elencados, a autora acrescenta como consequência dos ajustes neoliberais para a classe trabalhadora, o desmonte das instituições de representação coletiva em todos os níveis, o sucateamento das políticas públicas, a redução dos espaços de negociação com os atores sociais e os rebatimentos aos direitos. Ou seja, as implicações dos ajustes tiveram um efeito muito mais amplo que os aspectos diretamente relacionados à organização técnica dos trabalhadores, pois

[...] a partir dos anos 1990, o campo das políticas sociais e da luta por direitos ficou muito mais complexo, especialmente se considerarmos que, apesar de todos os desmontes e desmanches que têm atingido a esfera estatal, o Estado permanece sendo a forma mais efetiva de operar a universalização dos direitos. (RAICHELIS, 2009, p. 11).

Sob esta nova ótica capitalista, a atuação profissional dos assistentes sociais também é objeto de novas exigências e qualificações. Novos desafios são postos à profissão, pois como apontado por Iamamoto (1998) o nosso objeto de trabalho são as múltiplas expressões da questão social, sendo importante reconhecer que um dos aspectos centrais da questão social hoje é a ampliação do desemprego e a precarização das relações de trabalho. Ou seja, a questão social hoje se manifesta na “insegurança no trabalho”, expressa na insegurança no emprego, na renda, na forma de contratação, na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho. Com isso, pode-se destacar que todos estes fatores representam desafios a um exercício profissional crítico. (MATTOSO, 1996 apud IAMAMOTO, 1998).

Diante do contexto histórico já apresentado no capítulo anterior, infere-se que o processo de reestruturação do capital atualiza as práticas organizativas das classes em um processo árduo de luta e resistência frente ao avanço do capitalismo. Entretanto, Iamamoto (1998) chama a atenção para o fato de que:

Os assistentes sociais estão sujeitos, como todos os demais trabalhadores, às mesmas tendências do mercado de trabalho, sendo inócua qualquer iniciativa isolada de cunho corporativista para a defesa do ‘seu trabalho específico’. O problema da insegurança do trabalho ou da redução de postos de trabalho não é peculiar ao Assistente Social: o seu enfrentamento exige, ao contrário, ações comuns que fortaleçam a capacidade de articulação e organização mais amplas de coletivos de trabalhadores, contrarrestando a desarticulação política e sindical, amplamente estimulada pelas políticas de cunho neoliberal. Por outro lado, não significa perder de vista incidências

específicas, que estão afetando diretamente o mercado de trabalho e o espaço ocupacional dos assistentes sociais, alterando-o no bojo das mudanças macro-societárias. (IAMAMOTO, 1998, p. 119).

Desta forma, a partir da citação acima, a autora nos indica um grande desafio colocado à profissão atualmente, que é o fortalecimento das lutas mais gerais da classe trabalhadora e a organização dos assistentes sociais enquanto trabalhadores. Este processo de organização político-sindical deve buscar o fortalecimento das lutas mais gerais dos trabalhadores, porém sem esquecer da luta pelo que é específico da categoria profissional, e vice-versa. Neste sentido, podemos inferir que a organização sindical dos assistentes sociais deve considerar estes dois pontos de forma a não privilegiar um sobre o outro.

Em consonância a esta constatação, ressaltamos que segundo Santos (2012) a definição política de sindicalização por ramo de atividade não teve grande repercussão dentro do movimento sindical brasileiro e esta transitoriedade constitui um desafio que a categoria de assistentes sociais enfrenta até hoje. Nas palavras da autora,

É preciso reconhecer que a implantação da nova estrutura sindical, da qual a proposta dos sindicatos por ramo faz parte, é um desafio enorme para os trabalhadores, bem como para os segmentos das categorias profissionais que concordam com essa transição, pois, a elas competem à construção de estratégias para a superação da lógica de serem as categorias profissionais, a referência para a organização sindical. (SANTOS, 2012, p.7).

Apresentando uma concordância com essa análise, Abramides e Cabral (1995, p.113), ao se referirem a sindicalização por ramo de atividade no âmbito do Serviço Social, mencionam que “[...] essa construção implica um trabalho de base, a partir do mapeamento da categoria e pressupõe um processo de formação sindical permanente”. Entretanto, o contexto de configuração dos ajustes neoliberais no Brasil, referenciado anteriormente, incide diretamente sobre os assistentes sociais. Tais aspectos contribuíram fundamentalmente para a retomada do debate em torno da organização sindical dos assistentes sociais, principalmente no que se refere à manutenção da orientação de sindicalização por ramo de atividade ou a reativação das entidades sindicais por categoria profissional. Essa polêmica no interior da categoria profissional é viva e merece ampla discussão.

Como evidenciado a partir do que já foi exposto até aqui, o processo de desativação dos sindicatos de assistentes sociais não foi unânime, tanto é que apesar da deliberação da ANAS pela desativação das entidades sindicais de categoria “[...] quatro sindicatos (Alagoas, Ceará, Rio Grande do Sul, Caxias do Sul) deliberam em assembleia pela manutenção. O sindicato do Rio de Janeiro após fechamento em 1990, reabre em maio de 1995 [...]” (FENAS, 2010, p.1).

Neste sentido e diante das mudanças na organização do trabalho, a partir dos ajustes neoliberais, fatores vivenciados tanto pela categoria profissional em particular, quanto pelos demais trabalhadores, despertam nos assistentes sociais a forte necessidade de discutir a garantia de seus direitos trabalhistas. Tal entendimento desencadeia um amplo processo de debates na categoria e com as entidades representativas sobre os rumos da organização sindical dos profissionais do Serviço Social.

O presente contexto de precarização das condições de trabalho da categoria, como a inexistência de um piso salarial, desrespeito a lei que garante às trinta horas semanais³, ausência de concursos públicos, terceirizações, dentre outros, traz para o debate questões referentes à organização política e sindical dos assistentes sociais, neste sentido, os profissionais buscam refletir sobre quais as estratégias a categoria dispõe para garantir seus direitos e qual seria a entidade de referência para direcionar a luta no âmbito sindical. É nesta perspectiva que

[...] a categoria retoma a discussão sobre a organização sindical, em decorrência de que há fortes indícios de que a orientação da inserção dos assistentes sociais nos sindicatos por ramo de atividade não se concretizou, como era esperada [...]. (SILVA, 2008, p. 55).

Observa-se que a reestruturação produtiva, acompanhada pelo desemprego estrutural dificultou a concretização da sindicalização dos assistentes sociais por ramo de atividade. Sobre isso, Fenas (2010, p. 1) acrescenta que

[...] o congelamento das discussões sobre a inserção do assistente social no movimento sindical provocou uma apatia e estranhamento dos profissionais pela questão, comportamento este que merece investigação, considerando o paradoxo que se revela vez que o assistente social trabalha com a mobilização da população em busca dos seus direitos. (FENAS, 2010, p. 1).

Relacionamos as declarações acima com os fatos evidenciados por Silva (2008) mediante entrevista com agente fiscal do CRESS/2ª Região, onde a entrevistada destaca que “[...] O debate sobre a organização sindical da categoria foi ficando à parte dos Encontros da categoria tanto a nível nacional, como estadual” (Entrevista concedida em 25/03/2008 a SILVA, 2008, p.55). Neste sentido, a autora conclui que

[...] não foi dada pelas entidades representativas da categoria, a necessária importância ao debate da organização sindical dos assistentes sociais, resumindo o debate de organização político-sindical em apenas um único Encontro Nacional sobre a organização política da categoria, e a algumas mesas em Congressos e Encontros [...]. (SILVA, 2008, p. 55).

O evento mencionado acima pela autora é o Encontro Nacional de Organização Política da Categoria, realizado em novembro de 1997, em Luziânia, estado de Goiás, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) juntamente com Associação Brasileira de Ensino

em Serviço Social (ABESS), a Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO) e os sindicatos de assistentes sociais em funcionamento no período.

Segundo as análises feitas pela FENAS (2010) o relatório do evento revelou posições divergentes entre as entidades representativas da categoria, pois “A questão quanto à forma de organização sindical mais conveniente [...] não está suficientemente amadurecida [...]. O que é consenso é que a categoria precisa ter um espaço para as suas demandas sindicais” (FENAS, 2010, p. 2).

Em consonância, a representante da entidade FENAS cita os dois posicionamentos presentes na categoria sobre a sindicalização dos assistentes sociais identificados a partir da realização do evento em Luziânia. O primeiro grupo de profissionais compreende que:

[...] a realidade do mundo do trabalho hoje, indica que a luta dos trabalhadores deva ser unificada através de Sindicatos por ramo, porque os pleitos são comuns aos de outros trabalhadores, e mais, que a unificação fortalece o movimento no enfrentamento cada vez mais acirrado. (Trecho extraído do Relatório do Evento em Luziânia, citado por FENAS, 2010, p. 2).

Os profissionais que seguem esta linha colocam-se favoráveis à sindicalização por ramo de trabalho, por considerarem que está representando um fortalecimento da classe trabalhadora em geral.

Porém, de forma divergente, um segundo grupo considera que:

[...] a partir das particularidades das questões trazidas pelos assistentes sociais nas suas relações com o empregador, [...] a luta deve garantir a discussão e o encaminhamento das questões específicas através de sindicato de categoria. [...] se faz necessário criar nos Estados fóruns que privilegiem o tema da organização sindical dos trabalhadores, na preocupação de atingir o maior número possível de Assistentes Sociais. [...] visto que esta demanda aparece insistentemente nos CRESS. Estes deveriam criar espaços juntamente com os sindicatos majoritários e os sindicatos de assistentes sociais, quando existentes, para viabilizar aprofundamentos da discussão. (Trecho extraído do Relatório do Evento em Luziânia, citado por FENAS, 2010, p. 2).

Este segundo grupo de profissionais chama atenção para a necessidade de uma maior parceria entre o CRESS e os sindicatos de categoria existente, bem como entre o CRESS e os sindicatos por ramo de atividade em que os assistentes sociais estejam inseridos, com vistas a dar uma maior visibilidade às demandas sindicais da categoria, pois muitas vezes o profissional procura primeiramente o CRESS e a instituição, juridicamente, não possui essa função. Por fim, o grupo legitima a necessidade de existência do sindicato de categoria.

Fica claro que neste período já existem dois posicionamentos distintos entre as entidades representativas da categoria no que se refere à sindicalização: a manutenção da orientação de sindicalização por ramo de atividade ou a retomada das entidades sindicais de

categoria profissional. São posicionamentos diferentes, mas que partem do mesmo interesse de fortalecer a organização política e sindical da categoria frente ao avanço do capitalismo.

De fato, este debate não se encerrou no evento realizado em Luziânia e os sindicatos ativos de assistentes sociais sempre buscaram dar visibilidade a esta questão. Conforme demonstrado pela FENAS (2010), durante o 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em Goiânia (GO) no período de 20 a 24 de julho de 1998, os cinco sindicatos, nesta perspectiva, aplicaram uma pesquisa de opinião com os congressistas, acerca da organização sindical, sendo que:

[...] Dos 502 questionários respondidos, 333 assistentes sociais se manifestaram a favor da reabertura dos sindicatos, 103 desejaram fortalecer a organização por ramo de atividade e 66 não opinou sobre a questão. O mais grave é que a maioria dos entrevistados não possuía nenhuma filiação sindical, nem mesmo conheciam a trajetória sindical da categoria. (FENAS, 2010, p. 2).

Assim, sob este claro conflito de posicionamentos, em novembro de 2000 na cidade do Rio de Janeiro, os sindicatos ativos de assistentes sociais realizam a I Assembleia Pró-Federação dos Assistentes Sociais com o objetivo de retomar o debate da organização sindical por categoria profissional e fundarem uma entidade nacional de referência. Segundo FENAS (2010), o evento foi realizado mediante o envio de convites a todas as entidades da categoria:

[...] Vale registrar que todas as entidades da categoria foram convidadas a participar do debate e na mesa principal, tivemos a presença da professora Maria Beatriz Abramides para discorrer sobre a trajetória do movimento sindical. Em pauta a trajetória sindical dos assistentes sociais e os caminhos do sindicalismo brasileiro. [...] Os representantes da CUT e CNTSS presentes na assembleia, embora façam a defesa da organização dos trabalhadores por ramo de atividade, afirmam em discurso que 'não é hora para desorganizar os organizados'. (FENAS, 2010, p. 2).

Ao final dos três dias de debates os delegados sindicais deliberam pela criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), entendendo que:

[...] só uma entidade nacional sindical tem legitimidade para retomar o debate da organização sindical da categoria em todos os estados e promover a inserção dos profissionais nos sindicatos da categoria e/ou nos sindicatos de ramo de atividade. (FENAS, 2010, p. 2-3).

A FENAS (2010) afirma que está ciente da força da luta articulada coletivamente, porém considera que as demais categorias profissionais que trabalham com as políticas sociais, como os médicos, psicólogos, enfermeiros, entre outros, permaneceram com suas entidades sindicais em funcionamento, e os assistentes sociais não podem caminhar sozinhos na direção de sindicalização por ramo, e que para isso necessitam que as demais profissões também se aliem a esta luta. Além do que, em algumas áreas de atuação a organização por ramo está muito distante, pois sequer existe um sindicato em funcionamento.

Considerando os elementos que permeiam o debate sobre o caráter da organização sindical, a entidade FENAS se posiciona da seguinte forma:

A FENAS tem como objetivo retomar o debate em todo o país e estimular a organização política da categoria. Além disso, como entidade nacional, temos o propósito de conquistar espaço nos fóruns e conselhos de direito debatendo as propostas dos profissionais de serviço social para as políticas públicas, reforma agrária, soberania nacional entre outras questões, junto com as demais entidades de trabalhadores [...]. Sabemos que há muitas divergências em relação ao nosso encaminhamento e de não estarmos afinados com o projeto ético político. Nosso entendimento é de que nenhum projeto ético político de categoria tem o direito de engessar o movimento sindical, partindo do princípio de autonomia e liberdade sindical. (FENAS, 2010, p.3).

É importante frisar que a fundação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS) é uma decisão que não tem sido acolhida de forma positiva pelas demais entidades representativas do Serviço Social. Sobre isso Silva (2008) destaca duas questões:

[...] a primeira refere-se a FENAS representar um retrocesso histórico, que retoma o ideário corporativista à organização política da categoria; e a outra relaciona-se ao fato desta entidade não ter conseguido construir sua legitimidade, através de um amplo debate com os profissionais [...] (SILVA, 2008, p. 67).

Neste sentido, o conjunto CFESS/CRESS tem assumido o posicionamento favorável à manutenção da orientação de sindicalização por ramo de atividade, e concorda que

A existência de sindicatos por categoria, sob as condições sócio-históricas atuais, não significa um avanço no processo de organização sindical dos/as trabalhadores/as. E são diversas as questões que justificam esta análise; contudo, aquela que adquire maior centralidade é o fato de que o conteúdo das lutas de sindicatos de categoria, na maioria das vezes, não ultrapassa bandeiras corporativistas. (CFESS, 2012, p. 2).

Em contrapartida, os defensores do retorno da organização sindical em nível de categoria profissional se posicionam com o argumento de que a proposta do sindicato por ramo de atividade não se concretizou e que:

As novas configurações do mundo do trabalho impõem a necessidade da construção de um sindicalismo de base, horizontal e local, onde as decisões sejam tomadas por quem vivencia os problemas [...] (FENAS, 2010, p. 1).

Diante disto, o conjunto CFESS/CRESS tem se colocado como uma entidade de militância política e por isso tem defendido a continuidade do posicionamento legitimado anteriormente pela categoria, o de ramo, pois considera que:

[...] se nos organizamos corporativamente, o poder de fogo quanto ao salário e demais questões de natureza sindical não seria menor, já que as condições que nos atingem, dizem respeito ao conjunto dos trabalhadores que a organização por ramo, sobretudo nessa conjuntura regressiva, fortalece os trabalhadores. (CFESS, 2001 apud SILVA, 2008, p. 57).

Entretanto, a concretização e/ou manutenção da proposta de sindicalização por ramo de atividade impõe muitos desafios e a construção de estratégias concretas precisa ser pensada, pois

Apesar da inserção significativa dos assistentes sociais em sindicatos de trabalhadores em serviço público, pelo processo de filiação a esses sindicatos, é visível a ausência de comissões sindicais que deem conta das singularidades das diferentes categorias. Neste sentido, são exemplos: o redesenho de postos de trabalho, a necessidade de retomada da luta por concursos públicos, os dados de postos em vacância, a atualização dos planos de carreiras e que fez com que esses sindicatos deixassem por um grande tempo em segundo plano as lutas específicas, e os profissionais ficassem atomizados e pulverizados, apesar de estarem filiados aos sindicatos gerais ou por contratação. (ABRAMIDES, 2009, p.103 apud SANTOS, 2012, p. 7).

Cabe mencionar que o contexto de precarização das relações de trabalho no Maranhão na década de 1990 não se diferenciou da realidade encontrada no país. Fatores que atingiam os assistentes sociais em seus espaços de atuação nacionalmente também estavam presentes no estado do Maranhão, pois a realidade profissional dos assistentes sociais no estado apresentava as seguintes precariedades:

[...] falta de apoio administrativo; espaços físicos nem sempre adequados; recursos materiais, humanos e financeiros os quais são, de modo geral, insuficientes em todos os campos; baixos salários; excesso de atribuições; desvalorização do assistente social; falta de articulação interprofissional; falta de capacitação continuada que possibilite uma atuação com qualidade nos diferentes campos laborativos, dentre outros, atribuindo este quadro às consequências da implementação pelo governo estadual e federal das políticas neoliberais. (CARDOSO; GRAÇA, 1998 apud SILVA, 2008, p. 52).

Diante da insatisfação da categoria profissional no estado do Maranhão com as condições de trabalho que dispunham e sem uma entidade sindical de referência específica para a profissão, Silva (2008) identificou que grupos profissionais começaram a se questionar sobre o motivo de não haver um sindicato de categoria para encaminhar as lutas trabalhistas do Serviço Social. Neste sentido buscaram conhecer sobre a história político-sindical da profissão e uma parcela destes profissionais se posicionou de forma contrária a manutenção da orientação da filiação sindical por ramo.

Desta forma, durante o 29º Encontro de Assistentes Sociais do Estado do Maranhão, em 2008, a assistente social Sorimar Sabóia expôs sobre as precárias condições de trabalho postas ao Serviço Social na atualidade, sendo apoiada por outros assistentes sociais, que iniciaram um movimento em prol da reabertura do sindicato de categoria, intitulado “Movimento de Articulação para Reabertura do Sindicato dos Assistentes Sociais no Maranhão”. (SILVA, 2008). Tinha início aí, a primeira tentativa de reabertura do sindicato dos assistentes sociais no estado do Maranhão:

[...] nós fizemos uma primeira tentativa em 2007 e isso foi até uma manifestação no encontro de assistentes sociais da insatisfação [...] das relações de trabalho e da precarização do trabalho, dos salários baixos, da falta de representação, de ter um órgão de representação da classe trabalhadora dos assistentes sociais. Então nós não tínhamos a quem recorrer, a quem, por exemplo, colocar que o salário tá baixo, pedir uma providência, um espaço de negociação com o empregador. Então por conta disso já em 2007 foi levantada a necessidade de a gente se organizar por meio de um sindicato da categoria e que esse sindicato pudesse dar respostas a essas questões específicas dos profissionais (S. S., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 11/06/2015).

O grupo de assistentes sociais deu prosseguimento nas ações em prol da reabertura do sindicato de assistentes sociais no estado. A assistente social L. D. , que também integrou as ações de reabertura, destaca os desdobramentos após o encontro de assistentes sociais:

[...] a gente montou o grupo [...] aí, a gente foi pensar, pesquisar, fazer contato com quem fez parte do sindicato que foi fechado pra gente poder ter um ponto de partida. [...] Fizemos pesquisa, fomos no CRESS, porque os documentos do sindicato que fechou ficaram no CRESS. Então a gente conseguiu isso e decidimos: vamos reabrir! Outro determinante que foi assim fundamental para nos ajudar, teve um encontro do Conselho Nacional de Assistência Social, [...] já em preparação de conferência, ali no Rio Poty, mas era um encontro da região acho que da Região Norte/Nordeste e vieram os colegas do Pará que tinham recém-aberto o sindicato lá. [...] Então, eles socializaram a reabertura deles e a gente tava nesse processo de articulação, então a gente conversou e eles nos subsidiaram com algumas informações, disseram que era possível, que era viável, se colocaram à disposição para ajudar. Então como desdobramento disso, dessa assessoria do Pará, a gente marcou o dia de abertura. É claro que com todos os procedimentos, os documentos, proposta de estatuto, fizemos contato com a nossa federação também, que é quem apoia a articulação e reabertura desses sindicatos. Então foi bem assim. Então nosso ponto de apoio aqui pertinho foi o Pará, recém-aberto e a Federação. (L. M., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 09/06/2015).

A partir deste momento todos os esforços foram voltados para que se efetivasse a reabertura do sindicato de assistentes sociais no estado. E, segundo Silva (2008), a entidade agora passaria a ser conhecida como Sindicato das Assistentes Sociais do Maranhão (SINDAS). Ao questionarmos sobre o processo de divulgação da reabertura aos profissionais do estado, L. D. menciona que:

Na época se deu foi por e-mail, contatos que a gente tinha mesmo com as colegas, porque essa era uma dificuldade. [...] O que nos precisávamos naquele momento? De um espaço físico pra reunir, a articulação mesmo da categoria, [...] lá no CRESS mesmo tem a lista das colegas que tem o registro, mas [...] naquele momento a gente não teve essa abertura do nosso Conselho para ser esse nosso parceiro, de nos ajudar nesse sentido, porque as atribuições são diferentes. O CRESS, para nós tava muito claro, [...] tem uma atribuição que ele não ia dar conta dessa atribuição de demanda relacionada a sindicato [...]. Naquele momento a gente tinha um problema de logística. Sorimar já trabalhava na FUNAC, já assumia posto de gestão isso contribuiu, porque aí você é chefe dentro de uma instituição você tem uma certa autonomia. Então isso ajudou, porque aí a gente reunia aqui no órgão [...]. Aí a gente conseguiu fazer a nossa primeira assembleia. O Pará veio, o CRESS foi lá, mas para se posicionar contrário [...] a essa organização, mas elas estavam lá, assinaram a ata e a categoria estava muito animada com aquela novidade na nossa vida. Foi lá no auditório da OAB e a partir daí reabertura. (L. M., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 09/06/2015).

A assembleia em referência constituiu um marco importante para o processo de reabertura do sindicato no estado, conforme imagem abaixo:

Figura 1 - Primeira assembleia de articulação do SASEMA, em outubro/2007



Fonte: SASEMA

Na assembleia, como encaminhamentos, foi tirada uma comissão para tomar as providências legais de reabertura do sindicato, porém tal comissão encontrou algumas dificuldades jurídicas que inviabilizaram a reativação do sindicato naquele momento, conforme podemos observar a partir do relato abaixo:

Nós fizemos esse primeiro momento, fizemos assembleia, mas no momento de registro do sindicato nós não tivemos êxito, porque a legislação de quando o primeiro sindicato [...] foi desativado, isso por volta de 1992-1995, a legislação era uma. Então quando nós fomos registrar o sindicato no cartório nós não poderíamos fazer reabertura, já que não tinha nenhum documento no cartório que comprovasse que algum dia tivesse sido criado, que tivesse registro de um sindicato dos assistentes sociais do estado do Maranhão. Isso porque o Código Civil não exigia na época, então os sindicatos eles podiam funcionar sem essa necessidade de registro em um cartório, só com um registro no Ministério do Trabalho. Então por conta disso, nós não pudemos fazer processo de reabertura do sindicato. Então nós não encontramos a documentação, fizemos busca no cartório específico da capital para verificarmos se tinha, não foi encontrado, e aí nós não tivemos como fazer reabertura do sindicato. (S. S., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 11/06/2015).

Somado a tudo isso, a assistente social L. M. menciona que outros fatores contribuíram para que o grupo perdesse suas ‘forças políticas’. Dentre estes cita que algumas companheiras envolvidas no processo foram trabalhar no interior do estado ou saíram um pouco da cena da luta para dedicar-se à maternidade, além da cassação, do então governador Jacson Lago, ano 2009. Estes pontos foram determinantes para que a luta ‘recuasse um pouco em sua organização’. Entretanto, o debate foi retomado

[...] em 2011, com essa questão da gestão do trabalho que precisa do sindicato, [...] lá pelo CEAS voltou essa discussão e elas pressionaram a Sorimar 'olha a gente vai precisar discutir com o sindicato'. Então gestão, mesa de negociação do SUAS foi bem aí. [...] vocês tem que rearticular o sindicato porque para a mesa de negociação tem que ser com o sindicato. Aí foi que a gente rearticulou e aí nova assembleia, tem que começar tudo de novo. Então 2011 articulação, aí 2012 a eleição. (L. M., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 09/06/2015).

Em consonância ao exposto, a assistente social S. S. acrescenta o protagonismo e apoio da FENAS neste processo de reativação do sindicato, aqui no Maranhão:

[...] isso vem à tona com uma reunião que a FENAS fez aqui com o Fórum dos Trabalhadores do SUAS. Então novamente veio à tona a necessidade de ter uma organização dos trabalhadores e como a FENAS ela é a Federação Nacional dos Assistentes Sociais pediu que a gente reorganizasse novamente o sindicato, que colocasse novamente isso em pauta. Então foi o que nós fizemos, levantamos, organizamos as colegas, mobilizamos as colegas pra isso e fizemos todo o processo legal, que é de lançar edital nos meios de comunicação, cumprimos prazos, todos os procedimentos nós cumprimos. Realizamos a ata de fundação, de criação, constituição da diretoria, da primeira diretoria e posse dessa diretoria. Nessa reunião nós fizemos tanto a eleição, leitura do regimento e aprovação, posse, composição e eleição dessa diretoria. Então nós fizemos tudo isso só em uma reunião que foi no dia 25 de janeiro de 2013, nós fizemos este processo. E aí com a participação da FENAS, que coordenou em nome da Margareth Dallaruvera, que é uma pessoa de referência pra gente. Então nós fizemos isso em 2013 e a partir daí a gente vem se organizando neste sentido mesmo do sindicato de categoria [...].(S. S., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 11/06/2015).

De acordo com o relato acima, a assembleia em referência resultou na fundação do SASEMA, eleição e posse da primeira diretoria. Registra-se também a presença da FENAS, representada pela presidente da entidade no período, Margareth Alves Dallaruvera, conforme a imagem abaixo:

Figura 2 – Assembleia de fundação do SASEMA, em janeiro/2013.



Fonte: SASEMA

No que se refere a este segundo momento e a reativação de um sindicato de categoria em nosso estado, o assistente social N. D., filiado atualmente ao SASEMA e compondo as atividades de base do sindicato, tece as seguintes considerações:

[...] quando fiquei sabendo desse processo de reabertura muito me interessou. [...] inclusive eu tive uma postura muito radicalizada, questioneei a forma. Tinha acordo quanto a necessidade de reabertura do sindicato, discordava naquele momento da forma, que eu achava que era preciso fazer ainda um processo mais amplo de debate, de discussão com a categoria. [...] Era eu e mais umas quatro pessoas, e aí nós nos posicionamos contrários à forma, à metodologia que estava se dando. [...] nós participamos de todo processo, inclusive dos processos de votação, foi aberto espaço para o debate, inclusive um espaço que nos é peculiar, um espaço democrático de aceitação de ideias, apresentando todos os posicionamentos. Fomos vencidos no debate, evidentemente. [...] o sindicato encaminhou o processo de leitura, de aprovação do estatuto, de votação de nova diretoria e foi quando eu comecei a trabalhar no interior do estado. E assim, trabalhando no interior do estado eu pude me deparar de fato com a realidade do cotidiano profissional, [...] da forma como é precarizado, da forma como os contratos são de fato elementos cruciais para essa precarização do mundo do trabalho do assistente social, de como nossa profissão é desvalorizada. E aí eu buscava estratégias, uma organização. E aí sempre me esbarrava de que o Conselho tinha por função fiscalizar o exercício profissional, que não era de sua atribuição verificar os locais de trabalho e as condições precárias em que eram submetidos, que, enfim estavam para além da sua funcionalidade. [...] Daí é que eu fui ver a necessidade, de fato, reestruturar essa organização, que os assistentes sociais, eles se encontravam, em sua maioria, perdidos, sobretudo os que se encontram situados na Assistência Social, que hoje é o maior campo para empregador de assistente social, e na forma mais precarizada possível. (N. D., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 09/06/2015).

Então, conforme fica evidenciado no processo relatado, o sindicato da categoria foi retomado no estado do maranhão, sob a forma da entidade Sindicato dos Assistentes Sociais no Maranhão (SASEMA), e que, de fato, a primeira diretoria só foi constituída em 2013, apesar do processo de reativação ser anterior.

Atualmente, observar-se que a entidade tem buscado formas de atuação para alcançar os profissionais da categoria e conquistar sua legitimidade perante os mesmos. Neste sentido, a entidade utiliza algumas estratégias para mobilizar a categoria, dentre estas as assistentes sociais, S. S. e L. D., destacaram que o sindicato utiliza muito as ferramentas possibilitadas a partir da internet, principalmente as redes sociais. Em termos de lutas e mobilizações, o SASEMA abraçou a luta pela nomeação dos aprovados no concurso realizado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em 2011. Importante destacar que tal posicionamento muito contribuiu para que as profissionais quisessem se filiar.

No tocante ao desenvolvimento das atividades e da gestão propriamente dita, a questão financeira ainda é um ponto delicado para o SASEMA, conforme podemos evidenciar a partir do relato da atual presidente da entidade:

[...] a gente ainda não tem a estrutura ideal para nosso funcionamento, nós estamos com dois anos e meio criados, então nós não conseguimos ainda se estruturar, até porque a gente precisa da contribuição. E essa contribuição ela vem por meio da filiação, mas não somente [...]. Aqui em São Luís nós tentamos fazer com as assistentes sociais do município, da educação, da assistência social e da saúde, mas a Secretária de Administração nos barrou em relação a isso. Nós temos que apresentar o registro no Ministério do Trabalho e como a legislação mudou, hoje nós temos uma exigência muito maior do que antes. [...] pra gente fazer esse registro nós temos que ter a referência de sede, o CNPJ vinculado a uma sede, a um local de funcionamento, nós temos que ter conta bancária, que nós já conseguimos fazer isso, já temos uma conta bancária no Banco do Brasil, um certificado digital, que é assinatura digital pra poder movimentar os processos, fazer inscrição, que é meio seguro da gente fazer isso então nós temos que ter tudo isso. É todo um aparato. Então por conta disso a gente faz o processo de filiação mesmo mobilizando as colegas nos meios que a gente dispõe que são fáceis e que dá resultado, porque a gente verifica que uma mobilização que você faz pela internet, pelo e-mail, pelo whatsapp, ela surte muito mais efeito do que a comunicação que às vezes pode chegar ou não pra aquela pessoa. E, mediante a filiação a gente orienta as assistentes sociais [...] a autorizarem o desconto, [...] a fazerem a transferência direto na conta do sindicato, até pra ter controle [...]. (S. S., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 11/06/2015).

No que tange às estratégias de filiação, o assistente social N. D. acrescenta outros pontos:

[...] foram criados os grupos de debates e discussão entre categoria, levantando as suas demandas por regionais. [...] Dezenove regionais foram criadas ao longo de todo o estado, aglutinando um bom número de municípios, para que todos os municípios pudessem participar. E aí ao mesmo tempo que nós tocávamos levantávamos as bandeiras, as necessidades, as principais dificuldades encontradas em cada região, nós também fazíamos uma propaganda em certa medida do trabalho do sindicato. Foi feito uma carta aberta de incentivo à filiação, a necessidade de se filiar, a importância do sindicato neste momento [...] mas é um salto quantitativo considerável. Qual foi o grande ponto? Que a maior parte das pessoas elas preencheram a ficha de filiação e não escanearam, só fizeram preencher no computador e enviaram. E assim, para nós não tem validade nenhuma se não tiver a assinatura, por isso que nós estamos verificando esse processo ainda, fazendo, organizando direitinho o blog do sindicato, explicando, colocando a ficha de filiação à disposição. Hoje, o blog, ele está em fase de criação [...], nós já colocamos toda a legislação, todas as leis de regulamentação que regem a profissão do Serviço Social, dos assistentes sociais. [...] esse blog vai estar ativo contento todas essas informações de filiação, quantitativo, como se filiar, como tirar as dúvidas, como pagar a sua contribuição também. Nós estamos tentando viabilizar isso de forma mais prática. (N. D., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 09/06/2015).

Assim, é possível verificar o empenho do SASEMA em divulgar suas ações, bem como estimular a filiação dos profissionais, apesar dos desafios enfrentados, principalmente no que se refere ao recolhimento da contribuição sindical. Entretanto, apesar das ações de filiação relatadas, S. S. destaca que o número de filiados ainda é baixo:

Nós temos tido muita solicitação de filiação. A nossa filiação hoje nós fazemos tudo pela internet. Então, nós enviamos a ficha de filiação para as pessoas que requisitam, para os assistentes sociais, e elas imprimem, assinam, escaneiam e devolvem para o sindicato. Quando elas fazem isso a gente encaminha um panfleto que diz como contribuir, como fazer a contribuição mensal para o sindicato. Então hoje em média, eu creio, que nós temos em média cento e vinte assistentes sociais filiadas. É um número ainda pequeno que eu considero pro um total de três mil assistentes sociais, mas a gente sabe que a filiação é algo espontâneo e vem para o sindicato que precisa,

vem para o sindicato quem de fato acha que precisa de um órgão que represente, um órgão de referência de classe para que elas possam se apoiar. Não vem para o sindicato quem está de qualquer forma, com uma vida totalmente estabilizada, [...] quem já tem isso concretizado. Então isso é algo espontâneo, ao contrário do CRESS que é compulsório. Para você exercer a sua profissão você tem que ter a sua inscrição, então isso é compulsório, e no sindicato não. O sindicato [...] é um ato voluntário de cada pessoa, de decisão, inclusive de consciência política dos profissionais. Então isso nós estamos em um processo, [...] Nós entendemos que isso é um processo que a gente vai avançar aos poucos. [...] Essa é a primeira diretoria, mas outras virão. Outros trabalhos, outras frentes virão. Então a gente pensa que isso é só o início de uma longa jornada. (S. S., SASEMA – Gestão 2013/2015, depoimento em 11/06/2015).

Podemos compreender então, que a entidade tem enfrentado desafios, mas que tem buscado conquistar a confiança dos profissionais e divulgar suas propostas para a categoria, pois para a entidade, sem a referência do sindicato os profissionais ficaram desmobilizados. Ou seja, para a atual diretoria do SASEMA, o Sindicato é crucial para a organização e mobilização da categoria de assistentes sociais em nosso estado.

4 CONCLUSÃO

Diante do estudo realizado, podemos compreender que a organização sindical dos assistentes sociais historicamente, sempre foi permeada por amplo processo de debate sobre quais seriam as melhores estratégias de luta a serem empreendidas por estes profissionais frente ao avanço das investidas capitalistas no processo de trabalho. Entretanto, o referido processo não se constituiu livre de divergências, pois constatamos que as entidades representativas não apresentam um acordo sobre a melhor proposta de sindicalização. Desta forma, atualmente, estamos diante de duas propostas de sindicalização: a do ramo de atividade ou a por categoria profissional.

Compreendemos, no entanto, que o contexto de precarização das relações e organização de trabalho, constitui-se elemento central no debate acerca da organização sindical da categoria, posto que essas formas precarizadas de trabalho incidem diretamente nas concepções dos profissionais sobre a forma de sindicalização e organização política dos trabalhadores como um todo. Sobre a relação estabelecida entre os Conselhos de fiscalização da profissão e as entidades sindicais de categoria existentes, historicamente esta relação não se constituiu a partir da parceria, pois a divergência de concepções sempre foi notória.

POLITICAL – UNION ORGANIZATION OF SOCIAL ASSISTANTS:

historical contextualization

ABSTRACT

In the present work we seek to discuss the union organization of social workers from a historical perspective. To do so, we will discuss the achievements and challenges faced by the category in each period of development of its trade union organization. We will highlight the process of deactivation and subsequent reactivation of the category trade union entities in the state of Maranhão, following the agreement reached within the scope of the national category of union membership by branch of activity.

Keywords: Trade Union Organization. Social Workers. State of Maranhão.

NOTAS

¹ Acerca destes encontros, consultar Abramides; Cabral (1995).

² “[...] Projeto Profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade. Projeto político profissional que se materializou no Código de Ética Profissional do Assistente Social, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei 8662/93), ambos de 1993, assim como na nova proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS – de 1996, que redimensiona a formação profissional para fazer frente a esse novo cenário histórico” (IAMAMOTO, 1998, p. 113).

³ BRASIL. Lei Nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional? In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In: **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical**. Rio de Janeiro, 30 e 31 de outubro de 2012. Gestão Tempo de Luta e Resistência. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2012.10.30_sem-orgsindical.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

FENAS (Gestão 2009:12). Resgate Histórico da organização Política da categoria. In: **Informativo FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais**. Edição Especial, jul. 2010. Disponível em: <www.fenas.org.br/documentos.aspx?id=32>. Acesso em: 6 jul. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. O assistente como trabalhador e o projeto profissional crítico. In: **Anais da Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP**. São Luís: 2011.

MONTAÑO, Carlos; DURIGETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 5).

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, jan./abr. Trabalho apresentado ao seminário sobre Reforma do Estado na América Latina organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Brasília, maio de 1996).

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. Organização sindical por ramo ou categoria?: polêmica nas estratégias de mobilização da categoria de assistentes sociais. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS**. Juiz de Fora, MG, 2012.

SILVA, Glaucimary Dias. **A organização político-sindical dos assistentes sociais: da desativação a reativação do Sindicato de Assistentes Sociais no Estado do Maranhão**. (Monografia) – Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, 2008.

PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA FORMAÇÃO DOCENTE

Diego da Paz Lima*

Vizandra Letícia Oliveira dos Santos*

Vera Lúcia Lopes de Barros*

RESUMO

O presente artigo tem por escopo a formação docente do profissional de enfermagem e como que se dá este processo. Essas transformações são determinadas pelas políticas econômicas, tecnológicas e sociais exigem que as instituições formadoras atendam às novas demandas geradas. Destaca-se que a enfermagem atual tem o desafio de permitir que suas características essenciais permaneçam frente às mudanças tecnológicas e educacionais. Tendo como objetivo principal identificar as deficiências encontradas pelos enfermeiros em sua atuação na prática docente, este estudo é de caráter bibliográfico. Ao analisar o conhecimento produzido sobre a docência em enfermagem pode-se perceber que este se situa entre compreender os elementos do trabalho docente e de características desta profissão, cujas dificuldades também podem ser atribuídas à ausência de uma compreensão pedagógica e fatores externos, tais como políticas públicas de contratação e regime de trabalho.

Palavras-chave: Formação Docente. Conhecimento. Enfermagem. Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

O tema especificado nesse trabalho se faz de grande relevância, de modo que tem o intuito de abordar o assunto Enfermeiro na sua formação docente. É preciso refletir a todo o momento a prática e o foco de formação e competências deste profissional.

Dessa forma, a prática pedagógica do enfermeiro professor vem sendo repensada em seus princípios e ações práticas em virtude da necessidade de mudança na formação do profissional de Enfermagem conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Enfermagem de tal modo que terá influência direta deste profissional em sua atuação, tanto na prática hospitalar bem como na docência.

Junto a este cenário, surge uma proposta educativa transformadora a qual coloca o aluno em posição de destaque como sujeito ativo desse segmento. O docente passa a se tornar o sujeito mediador da relação entre estes no processo de ensino-aprendizagem. Espera-se destes profissionais de enfermagem que os mesmos possam ser capazes de analisar situações

* Graduado em geografia pela Universidade estadual (UEMA). Especialista em gestão Ambiental pelo instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: dyegocx@gmail.com

* Bacharel em Enfermagem pela faculdade santo Agostinho (FSA). E-mail: vizandra-leticia@hotmail.com

* Doutora, pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Endereço para correspondência. Laboratório de Entomologia Médica, Departamento de Patologia, Universidade Federal do Maranhão, Praça Madre Deus no 02, 65.025-560 São Luís-MA. E-mail: veralucia.bio@bol.com.br.

complexas, de optar de maneira rápida e refletida por estratégias adaptadas aos objetivos e exigências éticas, de escolher entre uma ampla gama de conhecimentos, técnicas e instrumentos, e adaptar, de maneira crítica, as ações e resultados.

O processo de ensino-aprendizagem acontece baseado na utilização de metodologias ativas, nas quais o aluno passa a ser protagonista de seu processo de aprendizagem e os professores assumem o papel de mediadores de conhecimento.

Assim, percebe-se que a formação, o desempenho e o desenvolvimento do docente de enfermagem são considerados essenciais para melhoria da qualidade do ensino (RODRIGUES; MENDES SOBRINHO, 2007), sendo que, o exercício da docência é um processo complexo e contínuo, que é percorrido ao longo da trajetória profissional e, que depende diretamente “[...] dos saberes da área que trazemos e dos saberes da profissão, também os estudos, os conhecimentos, as especializações possibilitam o aprofundar de nossa área específica”. (MADEIRA; LIMA, 2007, p. 403).

Assim, este estudo estabelece reflexões sobre formação docente do profissional de enfermagem, levando em consideração todo este processo acadêmico até a atuação em sala de aula, tendo como objetivo principal identificar as deficiências encontradas pelos enfermeiros em sua atuação na prática docente, e com isso analisar algumas possibilidades que possam aprimorar este trabalho em sala de aula, bem como do processo de formação do professor de enfermagem, o que poderá fornecer subsídios para futuras capacitações na área da docência e, conseqüentemente, trazer melhorias no processo de ensino-aprendizagem, que repercutirão na qualidade da formação acadêmica dos futuros enfermeiros.

2 PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM NA FORMAÇÃO DOCENTE

2.1 Formação docente do enfermeiro

A formação, o desempenho e o desenvolvimento profissional do professor tem sido objeto de análise e estudos a partir do movimento de transformação do ensino superior no Brasil. Atualmente, espera-se do docente universitário que ele forme profissionais competentes e comprometidos socialmente. Deste modo, Farias e Casagrande (2004, p. 4) afirmam que “[...] deve haver condições de capacitação, qualificação e desenvolvimento do corpo docente, para que o processo de ensino aprendizagem seja mais efetivo, no que diz respeito à área pedagógica, à perspectiva político-social e à pesquisa”.

As discussões sobre a importância e o significado da formação e do desenvolvimento profissional dos professores que atuam na educação superior, nos últimos anos tem se destacado pela diversidade de concepções e enfoques presentes nas pesquisas e na literatura nacional e internacional. Esses estudos destacam sobretudo a urgência de (re) significar os processos formativos a partir dos conhecimentos pedagógicos, inerentes e necessários à profissão docente. A docência na educação superior é uma atividade complexa e, por conseguinte, considera Cunha (2010, p. 25-34):

[...] exige tanto uma preparação cuidadosa como singulares condições de exercício, o que pode distingui-la de outras profissões [...] o exercício da docência exige múltiplos saberes que precisam ser apropriados e compreendidos em suas relações. A ciência pedagógica situa-se nesse contexto e só com essa perspectiva contribui para a formação dos professores.

É evidente que quanto mais o conhecimento se tornar fundamental para a sociedade, maior a importância da diversidade, da flexibilidade e da excelência naquilo que fizermos. Na abordagem da docência, é colocado em pauta os saberes em saúde pública necessários aos professores na formação de futuros profissionais de enfermagem numa visão crítica reflexiva. Segundo Tardif (2002), entendem-se os saberes docentes como aqueles formados pela associação, mais ou menos coerente, de saberes oriundo:

Da formação profissional, das ciências da educação e da ideologia pedagógica; os profissionais transmitidos pelas instituições de formação de professores; os disciplinares, integrados à prática docente, por intermédio da formação inicial e contínua dos professores, concretamente explicitados sob forma de discursos, objetivos, conteúdos e métodos, e as experiências, elaborados no exercício de sua prática docente, sendo validados pela própria experiência, incorporando-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber fazer e de saber ser. (TARDIF, 2002, p. 59).

Dessa forma, a reflexão acerca da formação pedagógica do docente enfermeiro é essencial devido à complexidade da prática profissional inserida na tarefa da educação. Batista (2005) afirma que, em geral, a docência em saúde é considerada secundária deixando de reconhecer a existência de uma relação entre ensino, aprendizagem e assistência bem como de serem discutidas as especificidades dos cenários do processo ensino-aprendizagem e seus atores: professor, aluno, pacientes, profissionais de saúde e comunidade.

Poucas instituições de ensino superior no Brasil têm se preocupado em desenvolver pesquisas, produzir e socializar conhecimentos, definindo-se mais por um sistema formador de profissionais para o mercado de trabalho. A pesquisa figura na literatura internacional como uma prática essencial na formação e no desenvolvimento profissional do professor, assim como nas propostas de reestruturação curricular. A enfermagem está requerendo ajustes em seu projeto pedagógico e na prática docente, de modo a propiciar melhores condições de formação

aos alunos e de inserção no mercado de trabalho a seus egressos, viabilizando um ensino de melhor qualidade. Essas são algumas características essenciais para atender às exigências contemporâneas do ensino de enfermagem e novas formas de prática docente que estimulem o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. (FARIA; CASAGRANDE, 2004).

A constituição de escolas de enfermagem se deu de acordo com interesses em capacitação de mão-de-obra para o âmbito hospitalar. Todavia, a saúde e a enfermagem, ao longo do tempo, sempre foram direcionadas para a consolidação do modelo médico-hospitalar de alta tecnologia e alto custo. (MADEIRA; LIMA, 2007).

De acordo com Marques (2000), ao longo da história a formação do professor ficou mantida em segundo plano. Esses profissionais exerciam suas práticas de maneira técnica e sem qualificação profissional. Mesmo com a criação e aumento progressivo das escolas normais (1830-1949), ainda assim, acentuaram-se o número de professores sem habilitação para o magistério com uma prática marcada pelo autoritarismo, reprodução do conhecimento fragmentado e por um método alienante predefinido que não exigia necessariamente desses profissionais qualificações. Tudo isso, aliado às decisões tomadas no que se refere à educação pensada por profissionais sem qualificação educacional.

No período de 1960 a 1970, a formação de docentes primários permaneceu sendo realizada pelas escolas normais e institutos de educação, criados a partir de 1932, quando foram ampliadas as finalidades da escola normal. A esta escola foi atribuída, além da formação de professores primários, a de professores para o ensino secundário e os cursos de extensão e aperfeiçoamento para professores já formados (COITÉ, 2011).

Verifica-se neste período, a ausência de iniciativa por parte do Estado, ocasionando a privatização e o assistencialismo que direcionaram os rumos dos cursos de formação docente, sendo influenciados pela ideologia católica provocando a expansão desses e conseqüente baixa na sua qualidade. (COITÉ, 2011).

Sobre essa temática Romanowski e Martins (2010, p. 290) relatam que:

No final década de 1970, a formação continuada apresenta-se sob a forma de aperfeiçoamento, atualização, capacitação, educação permanente e educação continuada. O destaque dos programas de formação dos professores são os conteúdos de ensino na perspectiva crítica. Estes conteúdos são trabalhados em cursos de pequena duração, palestras e seminários com foco na transmissão de conhecimentos aos professores, em que se utiliza o mesmo formato dos cursos de formação inicial, ainda que as concepções críticas constituam a tendência da prática pedagógica. É a partir dos anos de 1980 que a ênfase das análises em educação volta-se para questões sobre a organização pedagógica e dos currículos escolares, sob os efeitos das teorias reprodutivistas da década anterior.

A respeito da construção do saber profissional necessário para a prática da docência e sua construção ao longo do tempo, Tardif (2008, p. 21) correlaciona este aspecto com temas como a socialização profissional, a consolidação da experiência de trabalho inicial, as fases de transformação, de continuidade e de ruptura que marcam a trajetória profissional, além da subjetividade e identidade de cada sujeito “que se tornam o que são de tanto fazer o que fazem”. Tais aspectos estão implícitos na construção da identidade do professor também em nível universitário. Nesse sentido, a docência como prática em sala de aula ajuda o enfermeiro a enriquecer ainda mais seu leque de conhecimento, fazendo com que este possa transmitir esses saberes para outras pessoas de forma profissional.

Pimenta e Anastasiou (2008) elencam como elementos constitutivos da profissão docente: a formação acadêmica, conceitos, conteúdos específicos, ideal, objetivos, regulamentação, código de ética, que deveriam compor o processo de formação inicial se ele ocorresse.

Para Tardif (2011), as formações continuadas nos anos 1990 começaram a ser mobilizadas por meio dos principais atores do movimento reformista. Essas formações tinham como ponto principal tornar a formação dos docentes mais sólida intelectualmente. Essa solidez se estabelece através de uma formação universitária de alto nível.

Segundo Marin e Giovanni (2006), entre os anos 1990 a 2000, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei Federal nº 9.394/96 – traz para o cenário nacional os novos modelos de formação de docentes, correspondidos pelo instituto superior de educação e pelo curso normal superior.

Esses modelos de formações docentes desdobram-se através de um vaivém de ideias, ou seja, através da troca de conhecimentos adquiridos na academia e na própria prática docente. Fato que é confirmado por Tardif (2011, p. 286), quando o mesmo relata:

Esse modelo comporta a implantação de novos dispositivos de formação profissional que proporcionam um vaivém constante entre a prática profissional e a formação teórica, entre a experiência concreta nas salas de aula e a pesquisa, entre os professores e os formadores universitários.

Ainda consoante Tardif (2011), esse modelo atual de formação continuada apoia-se na premissa de que um educador sempre estará adquirindo novos conhecimentos seja ele de forma acadêmica ou de forma prática no cotidiano, na troca de experiências com seus pares.

Atualmente, percebe-se o surgimento de estudos e debates acerca da formação de professores e a sua atuação frente às mudanças na realidade educacional do país, com o intuito de atender a nova visão de educação. Dessa forma, constata-se como reflexo a elaboração de

políticas públicas voltadas para a melhoria dos programas de formação inicial e continuada de docentes, com relevantes avanços quanto às concepções de formação de professores, apresentando outras interpretações sobre o trabalho docente e suas particularidades. (COITÉ, 2011).

Assim, a formação do professor permite uma prática pedagógica atual, contextualizada, atenta para o contexto sócio-político-cultural com vistas às transformações da sociedade, indo ao encontro das Diretrizes Curriculares do curso de enfermagem, que procuram assegurar a flexibilidade, a diversidade e a qualidade do ensino oferecido ao acadêmico, estimulando a adoção de concepções que objetivem o desenvolvimento da prática investigativa nas diversas áreas de atuação (assistência, ensino, pesquisa e extensão), delineando a compreensão de que professor e aluno são sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, em conformidade com os preceitos do SUS que consideram a assistência do paciente como sujeito ativo na assistência do cuidar, respeitando a singularidade e individualidade de cada ser humano. (MADEIRA; LIMA, 2007).

2.2 Enfermeiro docente na educação

Ao Enfermeiro compete assistir, cuidar, pesquisar e educar, sendo este último um de seus principais papéis, quando capacitar profissionais é uma atividade de grande responsabilidade, pois estes novos profissionais estarão diretamente envolvidos no cuidado ao ser humano. (LIMA; APOLINÁRIO, 2011). Nesse sentido o profissional deve estar sempre apto e atualizado para desempenhar um bom trabalho, seja relacionado à sua prática ou a docência em sala de aula.

Pimenta (1998) reconsidera os saberes necessários à Docência, investigando as práticas pedagógicas e docentes. Os saberes da Docência incluem os saberes da experiência (adquiridos durante a formação acadêmica, estando embasados na evolução histórica da profissão, no exercício profissional, nas dificuldades e nos desafios impostos pela profissão e nas reflexões da prática); os conhecimentos (científicos e específicos da profissão) e os conhecimentos pedagógicos (aprendidos e investigados por profissionais de áreas diversificadas, interessados no desenvolvimento de competências para o processo de ensinar e aprender como prática social).

Os profissionais que lidam com a Educação e com esses saberes podem encontrar estratégias de investigação e confrontos, direcionados às políticas atuais, ao acadêmico, ao profissional e, ainda, epistemológico, na sua prática profissional, perante as problematizações,

à intencionalidade para soluções e às novas pesquisas científicas. (PIMENTA, 1998; FRANCO, 2006).

A profissão de professor e o caminho para o processo de aprender exigem do professor-enfermeiro coragem, reflexão, flexibilidade e mudança para desenvolver o ato de pesquisar, de investir na sua carreira profissional e de propiciar melhores condições de vida, cultura e solidariedade à humanidade.

Bordenave e Pereira (2008) comparam que assim como o problema do médico é conseguir que seus pacientes fiquem curados, o problema do professor é que seus alunos aprendam e questionam-se em que consiste a aprendizagem e de que forma pode ser facilitada? Se considerarmos que aprender é uma atividade realizada pelo aluno, o professor não pode obrigar o aluno a aprender, portanto, ensinar não é o mesmo que aprender, pois o ensino consiste na resposta planejada às exigências naturais do processo de aprendizagem e é visto como resultado de uma relação pessoal do professor com o aluno. (BORDENAVE; PEREIRA, 2008).

Quando pensamos em quais as competências que o enfermeiro professor deve apresentar e os motivos da procura pela docência, Ebisui (2004) apresenta que o prazer e a vontade de ensinar, a oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional e a possibilidade de melhorar e contribuir para o ensino de enfermagem, bem como acréscimo de renda e novas oportunidades de emprego, estão presentes nesta escolha. Reforça ainda, que há uma complexidade de saberes na qualificação acadêmica e pedagógica deste enfermeiro professor, com necessidade de base sólida da formação no campo educacional e na enfermagem, integrando seus saberes e experiências obtidas ao longo de um processo existencial e a necessidade de formação continuada para aprimorar seu exercício profissional.

Madeira e Lima (2007) apresentam que a trajetória das práticas pedagógicas da enfermagem, antes com predomínio de um modelo tradicional, que nem sempre possibilitava uma formação crítica e reflexiva dos profissionais, já mostra hoje um movimento no sentido da superação de paradigmas, diminuindo os fatores excludentes e buscando a compatibilidade com as demandas da sociedade da informação e do conhecimento.

Os cuidados de enfermagem, em sua maioria, são desenvolvidos por pessoal de nível médio, capazes de intervir no contexto social por meio do enfrentamento dos problemas de saúde da população e cabe aos enfermeiros proporcionar um ensino de qualidade, melhorando a qualidade da assistência, evitando assim uma formação deficitária que intensificaria os problemas da população. (LIMA; APOLINÁRIO, 2011).

Atualmente as discussões no meio acadêmico, conforme relembram Lima e Apolinário (2011) está direcionada no sentido de tornar o ensino médio de enfermagem menos

tecnicista, apontando a necessidade de formação de um profissional mais crítico e criativo. Para desenvolver o pensamento crítico e criativo, Rodrigues, Zagonel e Mantovani (2007) indicam que é necessário implementar ações na prática docente que contenham elementos motivadores e estimuladores, quando o aluno passa a ser corresponsável pela aprendizagem, e o professor, facilitador do processo de despertar a curiosidade.

3 METODOLOGIA

Este trabalho faz referência a um estudo bibliográfico relacionado à prática docente de profissionais de enfermagem, suas metodologias e sua ação em sala de aula. Este estudo vai ser baseado em periódicos, revistas, livros e arquivos relacionados a este tema.

Nesse sentido utilizou-se com a taxionomia de Vergara (2014), explicitando que a pesquisa se classifica da seguinte forma: quanto aos fins é descritiva e explicativa. Descritiva porque visa descrever a prática docente dos profissionais de enfermagem em sala de aula. Explicativa porque busca a relação de causa–efeito para a atual situação da deste profissional em atuação docente. Quanto aos meios, ainda consoante a mesma autora, classifica-se em bibliográfica haja vista que se precisa fazer uso de periódicos publicados nas bases de dados e livros para compor o referencial teórico do problema.

Este estudo compreende uma revisão de literatura de artigos relacionados à docência, aborda questões que tangem o processo da formação profissional do enfermeiro enquanto docente, sumarizando achados bibliográficos que apontam características necessárias aos professores e à transformação de suas condutas no binômio ensino-aprendizagem. O objetivo do estudo foi evidenciar os aspectos tangentes ao ensino na enfermagem, passando pelas barreiras que este profissional enfrenta e delineando o contexto da docência. Foram incluídos estudos presentes na base indexada da Scielo que abordam o objetivo do estudo. Foram encontrados 32 artigos para as palavras-chave “docência na enfermagem”, “ensino de enfermagem” e “enfermagem”, dos quais apenas 12 foram selecionados por abordarem os aspectos pertinentes à qualificação do docente enfermeiro para a atuação profissional.

Trata-se de uma pesquisa que investigou o preparo do enfermeiro para a docência, com foco total para este profissional e sua atuação como professor. Isso vai ajudar a colocar o pesquisador em contato direto com a produção sobre este assunto, com a finalidade de permitir que ao cientista o esforço paralelo na apreciação de pesquisas e elaboração de informações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – Referências utilizadas nos resultados

AUTOR	TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO
ROSEMBERG	Obstáculos didáticos no cotidiano da prática pedagógica do enfermeiro professor	2002
SEBOLD; CARRARO	Prazer e sofrimento no processo de trabalho do enfermeiro docente	2015
ZANI VALONGO ADRIANA,	As dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro no exercício da docência	2005
Total de autores		04

Fonte: Os autores

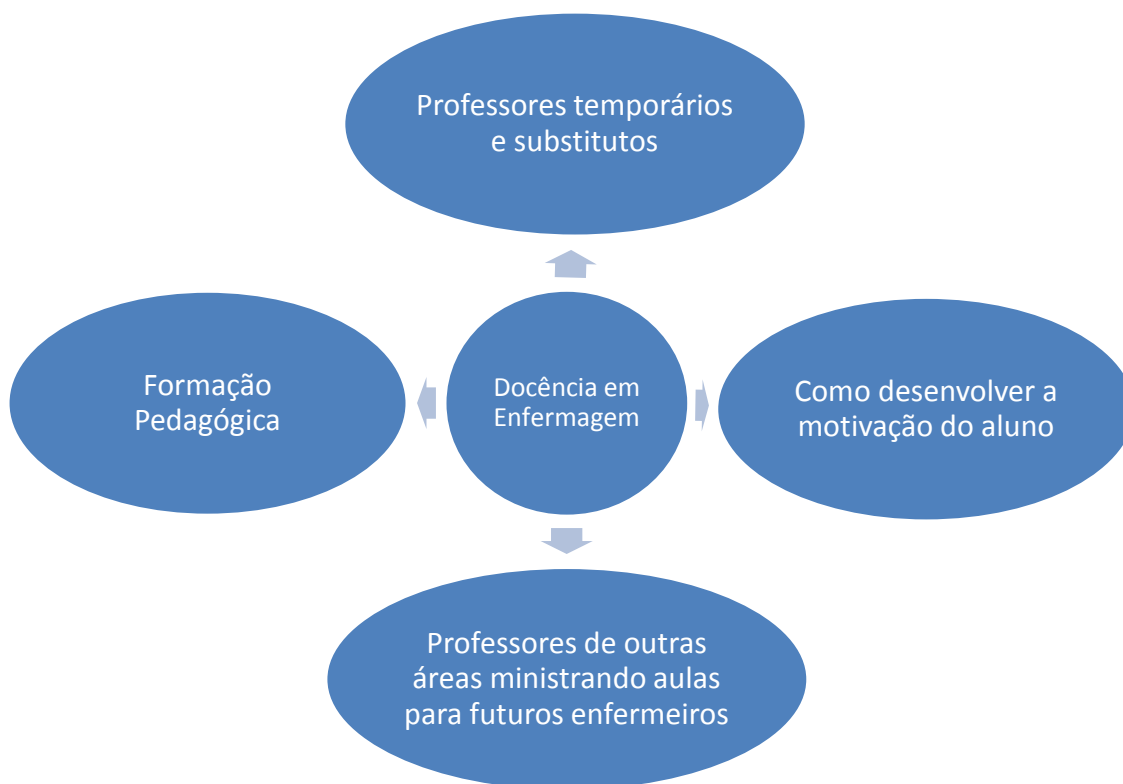
A tabela mostra os autores utilizados na obtenção de referências para elaboração dos resultados deste trabalho, baseado em suas publicações referentes ao tema proposto neste artigo.

Tais referências fazem parte de uma série de fatores encontrados na prática docente do enfermeiro, relacionados às dificuldades encontradas por este profissional na prática docente colocar em prática tudo aquilo que aprendeu na teoria e assim poder, transmitir conhecimento aos demais. Com base nisso de acordo com Souza (2001: 7), “na interação teoria-prática ambas se produzem mutuamente, o que torna impossível separá-las para, depois, hierarquizá-las como se a um segmento teórico correspondesse de forma direta e imediata um segmento prático ou vice-versa”. A relação ali existente deve ser de retroalimentação, na qual uma se nutre da outra.

Na docência, começam a aparecer às inquietações por parte de algumas enfermeiras, que já possuíam formação na área específica e com alguns conhecimentos didáticos, e se preocupavam em buscar uma fundamentação pedagógica para melhorar sua atuação em sala de aula, chegando a ser a área de educação uma das procuradas para se especializarem. (BAGNATO, 1994).

Com base no estudo realizado evidenciou-se que as dificuldades encontradas por profissionais de enfermagem na sua prática profissional docente estão listadas no fluxograma abaixo:

Figura 1 – Principais dificuldades encontradas por profissionais de enfermagem na sua atuação docente



Fonte: BRASIL, 2018

Desta forma pode-se verificar que o profissional de enfermagem enfrenta diversas dificuldades quando está atuando dentro do magistério. Geralmente a estrutura curricular dos cursos de graduação de enfermagem não aplicam parâmetros curriculares voltados para a docência.

Tornar-se professor requer competências que não são inatas e, portanto, precisam ser construídas. Essa construção deve estar fundamentada na reflexão crítica sobre a prática profissional bem como sobre o contexto histórico, social, político e cultural em que essa prática se processa. Tradicionalmente, o saber pedagógico não é pré-requisito para o ingresso na docência superior, e, em consequência disso, os professores bacharéis, na grande maioria, exercem as atividades próprias da docência mesmo sem ter nenhuma preparação para essa nova função. Assim, a ideia de que “quem sabe fazer sabe ensinar” predomina na contratação dos professores de nível superior. (ROSEMBERG 2002).

Como em outras ciências, também na Enfermagem enfrentamos a necessidade de tomar decisões referentes ao rumo do conhecimento e suas consequências, mas, para tanto, precisamos de pessoas capazes de produzir novos conhecimentos que possam ser aplicados para o bem da sociedade.

Esta reflexão sobre a formação docente do profissional de enfermagem nos permite afirmar que a prática reflexiva é profícua na formação do enfermeiro professor. Portanto, um profissional de outra área da educação pode vir a não ter um sentimento de empatia para com os enfermeiros, de modo que estes não tenham um aprendizado em sua totalidade relacionada ao conhecimento técnico.

Concorda-se com a premissa de que não se pode formar enfermeiros generalistas, críticos e reflexivos sem que os enfermeiros professores tenham uma adequada formação. Neste sentido, a formação do docente enfermeiro precisa ser redirecionada de forma que esteja baseada na reflexão sobre a prática cotidiana considerando o professor como um pesquisador da própria prática.

Para ensinar é preciso que aja organização considerando as áreas interdisciplinares, necessitamos retirar informações das pesquisas para gerar-se saberes constantes e atuais, e aplica-los de diferentes formas para obter ainda mais resultados favoráveis.

O aumento do número de professores temporários ou substitutos, especialmente nas universidades públicas, tem como resultado a precarização do trabalho. Estes acreditam que contribuem com o processo de ensino aprendizagem, pois trazem a realidade para o ensino, privilegiando o conhecimento experimental. Em relação ao cotidiano de trabalho, os professores apontam sentimentos de prazer e sofrimento e evidenciam as condições e a organização do trabalho como elementos que podem potencializar tais sentimentos. (SEBOLD; CARRARO, 2015).

Entretanto, os enfermeiros-docentes reconhecem que seu esforço e competência podem ir além da transmissão de conhecimento, e percebem que ser docente é ser comprometido com os futuros profissionais do cuidado e a sociedade. O professor deve-se considerar um mediador do processo de produção do conhecimento, pois está sujeito á informação e transformação pela sua capacidade de desconstruir e construir os saberes, além de ter conhecimento do que vai ensinar, e, através da habilidade didático-pedagógica, articular e ampliar os conteúdos programáticos com as vivências reais.

Inúmeros fatores podem ser somados a como desenvolver a motivação do aluno como: Imaturidade do discente devido a pouca idade, cansaço devido a fatores externos, falta de interesse em aprender, excesso de aulas expositivas levando ao desgaste e a rotina. (ZANI, 2005). A falta de motivação pode ser originada de fatores intrínsecos ao aluno e a fatores extrínsecos como o ambiente escolar, grupo social e até mesmo relacionamento familiar. Tais dificuldades levam o aluno à total aversão a interação dentro da classe e a participação em atividades propostas o que dificulta o processo de ensino aprendizagem.

Nesse contexto, os enfermeiros-docentes demonstram especificidades que os caracterizam na sensibilidade para ensinar e aprender o cuidado, diante da diversidade de conteúdos que contempla a ciência e a arte da enfermagem, ensinando para seus alunos os desafios de ser enfermeiro, focando no cuidado, até mesmo por terem habilidades específicas da enfermagem, fazendo com que este aluno possa se manter sempre motivado.

Nesse contexto, os profissionais de enfermagem apresentam algumas dificuldades na sua formação bem como na atuação docente, assim pode-se destacar que a formação docente é um processo complexo, pois sofre interferência das questões sociais, econômicas e políticas; A formação do docente enfermeiro precisa ser redirecionada de forma que esteja baseada na reflexão sobre a prática cotidiana considerando o professor como um pesquisador da própria prática. Por fim que uma das formas de suplantar a situação atual é o estabelecimento de programas de formação continuada na perspectiva da ação-reflexão-ação e que considere o coletivo, o saber experiencial, o ciclo de vida do professor e a universidade como o lócus de formação.

Vale ressaltar, que a ação educativa e os meios didáticos que utilizamos podem ter uma natureza que possa vir a manter os alunos em situação de dependência, em que os mesmos são manipulados e continuam se sujeitando a normas e regras injustas.

Este foi o escopo central deste artigo, mostra à atuação geral do profissional de enfermagem em sala de aula, sua formação docente, suas competências e habilidades, suas metodologias e seus conhecimentos. Dessa forma, vale destacar ainda a fundamental importância da formação continuada e da atualização de conhecimentos por parte do enfermeiro docente, para que este possa se manter voltado para a docência e faça um trabalho de excelência.

5 CONCLUSÃO

A Enfermagem é considerada em muitos pontos, uma arte e ciência para cuidar dos enfermos e daqueles que necessitam de um atendimento diferenciado e humanizado, e sempre contribuiu para que os docentes-enfermeiros preocupem-se com o desenvolvimento educacional. Nesse sentido inclui-se a saúde das pessoas, que também fazem parte do contexto profissional.

O docente enfermeiro prece preocupa com o futuro da humanidade, principalmente, daquele em da assistência e repassar conhecimentos a aquele cidadão interessado em ingressar na universidade. Esses fatores vai fazer com que este profissional possa desenvolver grandes habilidades práticas e docentes no auxílio em sala de aula. É um crescimento interior que faz

parte de ser professor-enfermeiro e incentiva o docente procurar outros saberes importantes para o seu trabalho docente, dentre eles o saber pedagógico. Saber este que complementa o trabalho docente e faz ser reconhecido pelas profissões, Enfermagem e Docência, exercidas com dignidade, respeito e humanização com o próximo.

O professor - enfermeiro, mediador do conhecimento teórico e do processo de cuidar, irá sempre está em constante evolução, e com isso este deve ensinar e aprender pode articular e mobilizar os seus saberes, designados por experiência, científicos e pedagógicos, entre os demais colegas docentes, organizadores da Instituição de Ensino e discentes, pelo trabalho em equipe e pelo otimismo. Logo, a sua identidade profissional é reconhecida, mediante os seus valores e as suas virtudes pessoais e profissionais, nas diversas oportunidades de um enfermeiro ser um professor em Enfermagem e exercer o seu trabalho docente, com sabedoria, maturidade, coragem e discernimento para a formação do graduando de Enfermagem e para a sociedade.

Assim, faz-se necessário repensar a prática docente, se adequando a situações diversas, a realidade do ensino brasileiro bem como estando preparado para enfrentar estes obstáculos do cotidiano. Com isso, desenvolver estratégias, instrumentalizando-se e articulando-se com os pares para que, cada vez mais, seja possível evidenciar a responsabilidade e o compromisso docente na formação de pessoas, na tentativa procurando sempre superar as dificuldades existentes em ambientes em que há desrespeito e desvalorização do trabalho docente e de suas responsabilidades, onde muitas vezes esse desrespeito acontece por parte do próprio Estado.

Assim, torna-se relevante a produção de artigos dessa natureza, em prol de melhorias dos conceitos da docência de profissionais de enfermagem, bem como sua atuação e metodologia, seu comportamento e suas perspectivas de melhorias nesse segmento educacional, de modo a conhecer como essa problemática vem sendo enfrentada, e procurar resoluções para as melhorias dessa prática docente.

PROFESSIONAL NURSING IN TEACHING TRAINING

ABSTRACT

This article has as scope the teacher training of the nursing professional and how this process takes place. These transformations are determined by economic, technological and social policies that require that the training institutions meet the new demands generated. It should be stressed that current nursing has the challenge of allowing its essential characteristics to remain in the face of technological and educational changes. With the main objective of identifying the deficiencies found by nurses in their practice in teaching practice, this study is of a bibliographic character. When analyzing the knowledge produced about nursing teaching, one can perceive that

this is between understanding the elements of the teaching work and characteristics of this profession, whose difficulties can also be attributed to the absence of a pedagogical understanding and external factors such as policies Public employment and work arrangements.

Keywords: Teacher Training. Knowledge. Nursing. Higher education.

REFERÊNCIAS

BAGNATO, M. H. S. **Licenciatura em enfermagem:** para quê? São Paulo: UNICAMP, 1994. 226p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

BATISTA, N. A. Desenvolvimento docente na área da saúde: uma análise. **Trabalho, Educação e Saúde**, São Paulo, n. 2, v. 3, p. 283-294, 2005.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 2008.

COITE, S. **A formação continuada do professor e a contribuição do coordenador pedagógico: uma reflexão sobre a prática.** 2011. (Dissertação) – Universidade Católica de Brasília, 2011.

CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Trajetória e lugares de formação da docência universitária:** da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara, SP: Junqueira e Marins, 2010.

EBISUI, C. T. N. **A identidade profissional do enfermeiro professor do ensino técnico de enfermagem.** Ribeirão Preto: USP, 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2004.

FARIA, Josimerci Ittavo Lamana; CASAGRANDE, Lisete Diniz Ribas. A educação para o século XXI e a formação do professor reflexivo na enfermagem. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, v. 12, n. 5, p. 821-827, set./out. 2004.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **O curso de Pedagogia em debate:** universidade em Tempos de Desafio. In: GILBERTO, Irene Jeanete Lemos (Org.). Santos: Universitária Leopoldianum, 2006. Cap. 6.

LIMA, E. C.; APOLINÁRIO, R. S. A educação profissionalizante em enfermagem no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v19n2/v19n2a23.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

MADEIRA, M. Z. A.; LIMA, M. G. S. B. A prática pedagógica das professoras de enfermagem e os saberes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 60 n. 4, p. 400-404, jul./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n4/a08.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

MARIN, A. J; GIOVANNI, L. M. A precariedade da formação de professores para os anos iniciais de escolarização: 35 anos depois do início da formalização de novos modelos. In: BARBOSA, L. L. (Org.). **Formação de Professores: artes e técnicas-ciências e políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 177-178.

MARQUES, M. O. **Formação do profissional da educação**. 3. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. In: FAZENDA, Ivani. **Didática e interdisciplinaridade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 1998. Cap. 9.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior: problematização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Docência no ensino superior: problematização**. São Paulo: Cortez, 2008.

RODRIGUES, M. T. P.; MENDES SOBRINHO, J. A.C. Obstáculos didáticos no cotidiano da prática pedagógica do enfermeiro professor. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 61 n. 4, p. 435-440, jul./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n4/06.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

_____. Enfermeiro professor: um dialogo com a formação pedagógica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 60 n. 4, p. 456-459, jul./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n4/a19.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

RODRIGUES, J.; ZAGONEL, I.P.S.; MANTOVANI, M.F. Alternativas para a prática docente no ensino superior de enfermagem. **Esc. Anna Nery R. Enferm**, Rio do Janeiro, v. 11, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452007000200020&scrit=sci_arttext>. Acesso em 27 jan. 2017.

ROMANOWSKI, J. P; MARTINS, P. L. O. Formação continuada: contribuições para o desenvolvimento profissional dos professores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 285-300, maio/ago. 2010.

ROSEMBERG, D. S. **O processo de formação continuada de professores: do instituído ao instituinte**. Niterói, RJ: Walk, 2002.

SEBOLD, Luciara Fabiane; CARRARO Telma Elisa. The authenticity of the being nursing-professor in the nursing care teaching practice: a Heideggerian hermeneutics Texto contexto - enferm. N. 22, p. 22-28. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-0707201300000003>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SOUZA, Nadia A. (2001). **A relação teoria-prática na formação do educador**. *Semina*, n. 22, p. 5-12. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3868>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ZANI, Valongo Adriana. **Incidentes críticos do processo ensino aprendizagem do curso de graduação em enfermagem segundo a percepção de alunos e professores**. Ribeirão Preto, 2005.

QUESTÃO URBANA E SUAS EXPRESSÕES SOCIAIS:

um olhar para a comunidade 20 de Maio em Paço do Lumiar – MA

Maeles Lima Pereira*

Mayara da Silva Veloso*

Silvia Regina Costa de Paula*

Gisele de Fátima Cardoso Nunes**

RESUMO

O presente artigo visa discutir e analisar a relação problemática entre questão urbana e questão social, a partir da experiência empírica na Comunidade 20 de Maio, localizado no Município de Paço Lumiar - MA. Em uma breve contextualização, será discutida a questão urbana e suas múltiplas expressões, que se tornam cada vez mais desafiadoras e enfatizam as desigualdades sociais vivenciadas na cidade. Dentro de uma visão panorâmica será analisado a realidade das situações que norteiam o debate sobre o que seria noção de cidade urbanizada e industrializada, e as expressões sociais contraditórias, inerentes a relação capital *versus* trabalho. Tais conflitos refletem dentro dos espaços urbanos, gerando uma chamada “cultura da violência” no cotidiano das cidades. Dessa forma, buscamos analisar a formação dos espaços urbanos, considerando o processo de precarização, periferização e segregação social e espacial desta área, apresentando uma leitura da realidade vivenciada pelos moradores. Apresentaremos, de forma breve, as problemáticas entendidas, analisando os antagonismos e enfatizando no papel do Estado e da sociedade nessa relação.

Palavras-chave: Questão urbana. Expressões sociais. Comunidade. Centros urbanos.

1 INTRODUÇÃO

Ao entender a questão social como fruto da relação capital *versus* trabalho, e a questão urbana sendo seu reflexo, trazemos conosco a reflexão sobre a utopia de “viver juntos”, no meio urbano. Tal reflexão nos remete ao estudo de uma sociedade profundamente marcada na sua forma de viver, trabalhar, produzir e reproduzir, enfatizando a cidadania e o estudo sobre os fenômenos da periferização e da segregação social e espacial, no qual se expressam, de forma mais explícita, a morfologia urbana.

A morfologia urbana, decorre, na lógica de cidade que temos hoje, da relação entre o poder aquisitivo, chamado também de “poder de compra”, que se concentra nas mãos de poucos, e, em contrapartida, no outro lado há um crescimento precarizado e desestruturado,

* Acadêmicas do 5º período do curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano- IESF. E-mail: silviaregiacosta@yahoo.com.br; mayaraveloso@hotmail.com.

** Professora orientadora. Assistente Social. Especialista em Gestão Pública. Docente do Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano- IESF. E-mail: gisanunes06@gmail.com

sem acesso digno as políticas públicas efetivas, que alcancem a todos os cidadãos ocupantes dos espaços urbanos.

Nessa relação, gera-se fenômenos como a periferização e a segregação social e espacial, havendo uma separação dos “sujeitos de direitos” e de “sujeitos que lhe são sonogados direitos”, tais como habitação, transporte, educação, segurança etc.. Tornando assim esses sujeitos excluídos de cidades estruturadas que deveria ser de todos os cidadãos, e não de uma minoria.

Assim, apresentamos como objetivo deste texto, a análise acerca das relações antagônicas encontradas nas cidades, tendo como experiência a pesquisa realizada na Comunidade 20 de Maio, localizada em Paço do Lumiar – MA¹. Para aprofundar tal análise, foi necessário conhecer a realidade vivenciada pelos moradores, buscar aprofundamento sobre os antagonismos sociais vivenciados naquela comunidade e traçar um perfil dos benefícios e malefícios, provenientes da visível ausência do papel do Estado, encontrados naquele espaço urbano.

Como metodologia aplicada no decorrer do estudo, recorreremos a revisão de literatura sobre as temáticas abordadas, acessando autores que discutem com propriedade o tema das cidades e as relações antagônicas existentes. Como elemento empírico, realizamos pesquisa de campo, onde optamos por entrevistar moradores e líderes comunitários da 20 de Maio, abordando temas relevantes a realidade vivenciada pelos mesmos. Ressaltamos que ao longo do artigo usaremos nomes fictícios para identificar os moradores da comunidade que fornecerem informações relevantes ao processo de pesquisa. Tal decisão visa resguardar os moradores e garantir a credibilidade dos elementos pesquisados sem causar constrangimentos aos entrevistados.

Para Bassul (2002, p. 1),

A dificuldade do acesso a terra tem sido fator determinante de carências e desigualdades sociais. Nas cidades, os altos preços do solo urbanizado determinante de carências e desigualdades sociais. Nas cidades, os altos preços dos solos urbanizados determinam a segregação populacional por estratos de renda e impõem ônus sociais inversamente proporcionais à capacidade de pagamento de quem os suporta. Obrigados a buscar alojamentos em áreas distantes e precariamente providas de serviços públicos, são exatamente os mais pobres os que arcam com os custos mais elevados de transporte e de acesso a bens e serviços urbanos.

Tal assertiva, coaduna com a proposta deste artigo, pois busca apresentar uma análise da cidade, que se apresenta como um espaço diversificado, de muitas nuances e com expressões da questão social latentes e passíveis de análises aprofundadas. Quando ressaltamos a discussão sobre cidades, apresentamos uma realidade vivenciada por uma classe

que se encontra a margem do processo de desenvolvimento, o que demonstra um aguçamento das expressões da questão urbana.

Destarte, para a construção desse artigo, analisamos as expressões da questão social e a questão urbana presente no local, mostrando assim as condições de moradia, saneamento básico, segurança e a infraestrutura em geral, considerando a realidade vivenciada e expressa pelos moradores, bem como, nossa própria vivência, através da pesquisa de campo.

Nesse contexto, observando ainda, os parâmetros de efetivação dos direitos sociais dos sujeitos nos espaços urbanos, iremos fomentar algumas discussões sobre a situação de calamidade da Comunidade 20 de Maio, em Município de Paço Lumiar - MA, no que refere às condições sócio habitacionais, de estrutura do espaço urbano e da garantia de uma cidade estruturada para todos os cidadãos.

2 QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO URBANA: CONCEITOS QUE SE APROXIMAM

Considerando que a questão social é fruto da relação capital x trabalho, e a questão urbana são reflexos dessa questão social, essas duas expressões enfatizam as condições sociais dos sujeitos que estão expostos nos espaços urbanos.

Conforme Behring (2009, p. 5)

[...] um esforço explicativo acerca da questão social, considerando que está subjacente às suas manifestações concretas o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes.

Dessa forma, podemos refletir sobre a questão social e suas expressões como sendo fruto de uma processo histórico controverso, que a apresenta um modo de produção explorador e segregante na sua essência. Contudo, esse processo não passa despercebido pela organização de classes, o que implica em mobilizações diversas de uma classe desfavorecida e a margem desse “desenvolvimento”

Segundo Raichelis (2006, p.18, grifo do autor)

[...] a *questão social* está na base dos movimentos sociais da sociedade brasileira e remete à luta em torno do acesso à riqueza socialmente produzida. São essas lutas que se encontram na origem da constituição das políticas públicas e que mobilizam o Estado na produção de respostas às demandas de saúde, trabalho, educação, habitação, como também são elas que impulsionam o movimento político das classes populares pela conquista da cidadania na esfera pública.

Dessa maneira, podemos observar que, para pensar a questão urbana, é necessário observar os fenômenos sociais, expresso na questão social, e enfatizá-la no espaço urbano.

Portanto, as lutas urbanas também podem ser consideradas como lutas dos movimento sociais organizados, em busca de respostas as demandas que enfatizem o real sentido de cidade.

Para Lefebvre (2001, p. 49)

[...] a cidade concentra não só a população, mais os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com uma sociedade seja uma sociedade. É assim, porque a existência da cidade implica simultaneamente a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, etc.

E o autor ainda completa, afirmando que “A existência urbana se confunde com a existência política, como a palavra indica. Se a cidade concentra o que faz uma sociedade, ela o distribui de uma maneira razoável em organizações e instituições”. (LEFEBVRE, 2001, p. 49).

Logo, podemos considerar a cidade como um lugar de responsabilidades compartilhadas e que com as transformações contemporâneas no mercado de trabalho e a possível ausência de compromisso do Estado no descumprimento do seu papel, a sociedade se torna desorganizada, trazendo para a população de baixa renda tais precarizações quanto às necessidades essenciais, como: saúde, moradia, segurança, transporte e etc.

No entanto o que se observa hoje são os grandes vazios urbanos ocupados em sua maioria pela classe trabalhadora (pobre), que não tem acesso ou facilidade às políticas públicas, nem mesmo aos seus direitos básicos.

De acordo com Ivo (2010, p. 19):

No âmbito da moradia, observam-se ilhas de prosperidade num entorno populacional pobre e adensado, ao qual o poder público tem respondido com políticas de remoção da população para áreas de fronteira urbana, sem infraestrutura adequada. Essas políticas, ao longo do tempo, mostraram-se insuficientes, uma vez que esses bairros, deixados ao abandono, tenderam a degradar-se, sem conseguir sustar o processo de expansão de ocupações precárias.

O que o autor expõe nos fornece a possibilidade de analisarmos como as expressões da questão social se apresentam na cidade e como aparecem de forma latente. Isso resulta, cada vez mais, no crescimento desordenado desses aglomerados urbanos, defasando a qualidade de vida dos sujeitos que habitam no local.

Para Santos (2011, p. 68) essa discussão nos remete a reflexão sobre territorialização, enfatizando que há

Um novo momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado, que é um mercado único e segmentado; único e diferenciado; um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que, ainda aqui, mercado e território são sinônimos. Um não se entende sem o outro.

Adaptado a esse novo momento, cabe uma breve análise sobre o papel do Estado, que possivelmente se encontra em função omissa, mais legitimando seu poder e consequentemente aprofundando ainda mais a desigualdade social, gerando a segregação sócio espacial.

Guimarães (2013, p. 191), afirma que

As transformações políticas e econômicas, em curso neste contexto direcionaram o Estado brasileiro a uma refuncionalização sintonizada com o contexto de um novo quadro do capitalismo mundial, provocando a hegemonia do projeto neoliberal no país, expresso, sobretudo na desresponsabilização do Estado, na desregulamentação do mercado de trabalho e no retrocesso no campo dos direitos e das políticas sociais, exaltando o individualismo e a liberdade econômica. Nesse processo, o projeto neoliberal se expande no Brasil, fortemente, ainda, ao impor orientações para uma contrarreforma do Estado, dada a sua direção numa perspectiva antipopular e de adaptação passiva à lógica do capital, possibilitada no país por diversos fatores e elementos da realidade concreta.

Portanto, se observamos de perto, com olhar crítico as cidades, poderemos enxergar uma separação, onde por um lado quem tem maior poder aquisitivo moram em lugares urbanizados “cidade do capital” e os que tem baixa renda moram em espaços precarizados e longínquos, não tendo acesso digno de políticas públicas e nem mesmo os direitos básicos “cidade dos desvalidos”.

Assim, Ermínia Maricato (2006, p. 212) apresenta a seguinte assertiva

A falta de tradição federativa também constitui um forte constrangimento para a solução de problemas urbanos. O desprestígio da esfera pública dificulta a cooperação entre diversos governos de um mesmo nível ou governos de diversos níveis. Um exemplo expressivo dessa assertiva está na falta de instâncias satisfatórias de gestão de regiões metropolitanas, embora o país tenha algumas das maiores metrópoles do mundo.

Portanto, no que refere a reforma urbana, é necessário um olhar crítico para buscar de fato o direito de cidade que deveria ser garantido a todos, trazendo dessa forma estruturas adequadas para as ocupações que crescem aos redores das grandes cidades. Refletimos que talvez, por questões políticas, nem sempre essas reformas saem do papel, passando a ser simplesmente uma utopia de vida, para aqueles que mais necessitam.

A seguir, veremos como essa relação entre questão social e questão urbana se apresentam, enfatizando a abordagem empírica na Comunidade 20 de Maio, em Paço do Lumiar – MA.

2 UM OLHAR PARA A COMUNIDADE 20 DE MAIO, EM PAÇO DO LUMIAR – MA

A partir da pesquisa de campo, foi possível ter visão panorâmica da Comunidade 20 de Maio, assim como, relacionar conceitos da questão social e a questão urbana considerando o espaço urbano escolhido para analisar a realidade. Essa experiência nos possibilita alcançar o objetivo dessa pesquisa, de analisar e refletir sobre a realidade dos aglomerados urbanos existentes no Maranhão, principalmente na região metropolitana, considerada desenvolvida.

O fenômeno desses aglomerados urbanos, se alastra rapidamente devido a segregação desenvolvida pela questão social que, segundo Iamamoto (1988 apud TOMAZ, 2013):

[...] é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Por esse motivo temos como expressões da questão social, o pauperismo, desigualdade social, violência urbana, a periferrização, a segregação social e espacial, e outras. Assim, a concepção de questão social está enraizada na contradição capital x trabalho, desse modo surge a questão urbana que é a expressão da questão social.

Como menciona Ivo (2010, p. 18),

É no âmbito desse debate e tendo em vista as condições objetivas da urbanização e os riscos inerentes às novas condições de reprodução social dos trabalhadores nas áreas urbanas que, a “questão social” se mescla com a “questão urbana”, em seus desdobramentos quanto aos mecanismos de formação de uma solidariedade nacional e uma responsabilidade pública operada pelo Estado.

A partir dessa perspectiva, buscamos compreender, com maior clareza possível, a falta de estruturação das ocupações dentro do município do Paço Lumiar - MA, atentando para questionamentos sobre as desigualdades e a urgente necessidade de políticas públicas voltadas para as populações de baixa renda, residente em aglomerados urbanos como é o caso da Comunidade 20 de Maio.

Estas necessidades são endossadas pelas condições estruturais da cidade observadas no momento da pesquisa e relacionado com perspectiva da concretude do “viver, trabalhar, produzir e reproduzir” como condição essencial para o homem, que se estabelece na relação entre questão social e questão urbana.

É o que afirma Ivo (2010, p. 17) quando diz que

O que estabelece essa relação são as implicações da questão social sobre o território, ou melhor, como as formas de viver, trabalhar, produzir e reproduzir impactam sobre um dado território, na forma de segregação, periferização etc., qualificando a natureza da questão social e as formas de sociabilidade urbanas.

Esses elementos são de extrema relevância para compreender como a questão urbana é composta por elementos presentes nas discussões contemporâneas, aproximando a e análise sobre a função das cidades, sobre o desenvolvimento das mesmas, bem como, a reflexão acerca esse desenvolvimento impacta diretamente nos sujeitos.

2.1 Características relevantes da Comunidade 20 de Maio

A pesquisa foi realizada no Comunidade 20 de Maio, que tem localização geográfica entre os conjuntos Paranã e o Upaon - Açú, situados no município de Paço do Lumiar – MA. Esse território foi ocupado em 20 de maio de 2013, de onde provém o nome da ocupação. De acordo com os relatos de moradores do local, o território foi, historicamente, destinado a realização de um projeto de área verde ou lazer, visando atingir as famílias que residiriam nos conjuntos habitacionais que estavam sendo construídas (Conjunto Paranã e Conjunto Upaon-Açú). Contudo, ainda conforme os relatos, ao término das construções dessas casas o terreno ficou abandonado por 20 anos, servindo de despejos de resíduos hospitalares, lixos e outros dejetos.

Santos (2011, p. 125) faz uma crítica sobre a constituição desses espaços urbanos onde aponta que, na cidade

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds* ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.

Assim, se fizermos uma análise aprofundada sobre o processo de formação da Comunidade 20 de Maio, poderemos perceber que ela é fruto da ocupação desordenada de um vazio urbano, que deveria ser ocupado como uma espaço de entretenimento e lazer daquela população. Isso nos remete a pensar sobre a real função da cidade, dos territórios, bem como, sobre os impactos causados pelo desorganização estrutural das cidade.

Trazendo ainda alguns relatos da população moradora da Comunidade 20 de Maio, a presidente da Associação de Moradores, Sra. Maria Cristine (NOME FICTÍCIO),

[...] por esse terreno ter ficado muito tempo abandonado, e por não ter um dono de fato, o espaço foi ocupado por pessoas que não tinham condições de manter as despesas como: alugueis, e outras circunstâncias, ou seja, por possuírem baixo poder aquisitivo (renda), e por ser uma apropriação inadequada, o governo não toma medidas plausíveis para resolver essa situação.

Portanto, ressaltamos a problemática de abandono total das famílias que se encontram em condições precárias quanto à moradia, saneamento básico, e principalmente a segurança.

Em outro relato, a Pastora Ana Conceição (NOME FICTÍCIO), que foi umas das primeiras a utilizar o terreno para a construção de uma igreja, relata que “[...] quando o terreno estava sendo ocupados, todos os moradores do conjunto, ficaram preocupados com a situação, pois algumas pessoas que se encontravam ali eram ‘marginais’ refugiados de outros locais”.

A Pastora também comentou sobre a quantidade de famílias que residiam na ocupação, no início eram de 30 (trinta) a 40 (quarenta) famílias, hoje residem somente 15 (quinze), tudo isso devido a grande violência que predomina no local (violência urbana), muitas dessas famílias eram obrigadas a sair de suas residências, porque “[...] os marginais tomavam o terreno para vender”.

Além do problema de insegurança na comunidade, existe a falta de infraestrutura em geral, quanto à coleta de lixo, o caminhão não entra no residencial, a água que abastece o local é através de encanação clandestina, somente a energia que com muita luta da associação dos moradores conseguiram fazer com que a empresa de fornecimento de energia elétrica, cadastrasse cada morador.

Por não existir condições de saneamento básico (esgotamento, água encanada, asfaltamento), a água suja é exposta nas ruas, causando problema de saúde, pois em muitos momentos na hora da nossa visita observamos em vários locais focos de larvas da dengue em água parada. Quanto ao transporte, e as escolas, os moradores utilizam dos conjuntos Upaon-Açu e Paranã que ficam próximos à ocupação.

Segundo Guimarães (2013, p. 187)

Estabelece-se, dentro dessa lógica, um verdadeiro distanciamento entre a vida urbana em bairros privilegiados – pensados exclusivamente para as classes dominantes tanto em termos de acesso, como de infraestrutura – e o cotidiano da vida urbana em bairros populares, o que tem constituído, por decorrência, a existência de uma cidade apartada. A configuração do espaço expressamente organizado como cidade apartada/segregada foi o que Engels (2010) chamou de, nada mais, além de uma ,disposição urbana hipócrita [...]

A configuração dessa cidade “apartada” aparece de maneira bem evidente na Comunidade 20 de Maio, reforçada pela fala dos moradores. Com aparente indignação a Pastora Ana Conceição (supracitada), comenta sobre o desprezo das autoridades presentes no município, sobre o descaso para com essa população que realmente precisa de ajuda, e principalmente ter acesso as principais políticas públicas como: habitação, segurança, saúde, educação etc.

Alguns moradores, na sua condição de sujeitos, têm propostas de projetos, como a construção de uma escola, para ajudar as crianças que necessitam de uma educação de qualidade, e a ressocialização com os usuários de drogas. A moradora Conceição ainda questiona porque o governo não toma providências sobre essas ocupações, fazendo projetos para essas populações que vivem em zona de risco.

O que podemos constatar, através dos relatos e da própria visão de pesquisadores, é que na Comunidade 20 de Maio, as grandes irregularidades são aparentes, destacando-se: construções das casas, ou seja, a autoconstrução, que são erguidas fora dos parâmetros urbanísticos; as ruas sem asfaltamento; ausência de condições de saneamento básico, como tratamento de esgoto; o abandono de vários terrenos, que servem somente para o acúmulo de lixo. Segundo informações dos moradores dos conjuntos habitacionais que rodeiam a comunidade, muitas famílias pensam em vender suas casas devido o aumento da violência que se originou no lugar. No entanto o que se observa é a escassez dos serviços urbanos básicos e a não intervenção do poder público, acabam causando grandes problemáticas para os cidadãos daquele território.

3 CONCLUSÃO

A referida pesquisa, que originou este artigo, nos fez refletir sobre as condições de vida, de trabalhadores e pessoas de baixa renda que enfrentam cada dia situações de abandono pelo governo, problemas esses que ainda existem em pleno século XXI, pois o que podemos destacar é o reflexo da questão social e da questão urbana, que se expressa nas cidades menos desenvolvidas, dando ênfase nas condições do sujeito que precisam viver de forma digna, para que possam trabalhar, produzir e reproduzir, deixando ainda os mesmos sem estruturação de cidade que deveria ser para todos.

Sabemos que, a sociabilidade, promove um conjunto de contradições e antagonismo entre as necessidades do capital e as da classe trabalhadora. Esses antagonismos

causam frustrações no consiste as amplamente divulgadas e promulgadas por leis, promessas de liberdade e de igualdade, bem como a efetivação de uma vida social sem dominação, exploração, e opressão. Podemos assim afirmar que, no tempo presente, os segmentos do trabalho, ao invés de sujeitos de direitos, são sujeitos de desigualdade, que convivem com cenários de violência endêmica e de barbárie. (BERIHING, 2009).

Dadas as análises e reflexões acerca da Comunidade 20 de Maio, em Paço do Lumiar - MA, refletimos sobre as políticas públicas básicas que se encontram omissas nesta ocupação, e as expressões da questão social se tornam bem mais latentes, na qual se expressa a violência, a precarização da saúde, precarização da educação, precarização do transporte e precarização do saneamento básico. Esses fatores mostram a agressão dos direitos de todos os cidadãos, tornando-se o Estado negligente no seu papel distributivo, bem como na garantia dos direitos sociais.

Trata-se de uma problemática histórica, onde Lefebvre (2001, p. 63, grifo nosso), inspirado em Marx e Engels, aponta que:

Com o aparecimento da grande indústria, a cidade [...] cessa de aparecer como um 'sujeito' do processo histórico. A passagem para o capitalismo da qual a cidade é o suporte social e o veículo, vai apresentar diretamente o problema do sujeito e *talvez faze-lo desaparecer.*

Em consequência disso, é evidente o surgimento de espaços de exclusão de comunidades, como é o caso da Comunidade 20 de Maio, principalmente no que diz respeito ao direito a cidade, gerando uma “noção de cidade” como espaços de conflitos sociais intensos, no qual as necessidades não são supridas nesses espaços urbanos, o que legitima e agudiza a segregação social e espacial

De maneira genérica, a cidade constituiu-se, então, como um lugar importante para a materialização do capital e decisivo para as metamorfoses necessárias à consolidação e expansão do sistema capitalista, tornando-se uma mera mercadoria destinada ao lucro.

[...] o solo urbano [...] traduz a existência de uma luta social por usos diferenciados, que ganha contornos mais claros quando se considera que, possa ser também esse solo terra de habitação, os mecanismos econômicos e jurídicos que geram remoção, localização diferencial e controle implicam a segregação social e espacial de amplos segmentos da população metropolitana. (ENGELS apud PINTO, 2004, p. 94).

Nesse sentido, para que as cidades não se tornem apenas objetos da produção capitalista, faz-se necessário a construção de estratégias de enfrentamento as expressões da questão social, definindo direitos e deveres dos sujeitos envolvidos para que se concretize e legitime o “direito a cidade” para todos os cidadãos, estejam onde estiverem, seja na Comunidade 20 de Maio ou em outra comunidade.

Logo, em linhas gerais, concluímos que apesar de várias problemáticas e das burocratizações e omissão estatal, encontradas na ocupação, a população ainda tem “fôlego” para se organiza enquanto sujeitos sociais, buscando melhorias de infraestrutura que possa suprir as necessidades que ali se encontram.

URBAN QUESTION AND ITS SOCIAL EXPRESSIONS:

a look at the community May 20 in Paço do Lumiar-MA

ABSTRACT

This article aims to discuss and analyze the problematic relationship between urban question and social issue, based on the empirical experience in the community May 20, located in the Municipality of Paço Lumiar - MA. In a brief contextualization, the urban question will be discussed and its multiple expressions, which become increasingly challenging and emphasize the social inequalities experienced in the city. Within a panoramic view will analyze the reality of the situations that guide the debate on what would be the notion of urbanized and industrialized city, and the contradictory social expressions inherent in the capital versus work relationship. Such conflicts reflect within urban spaces, generating a so-called "culture of violence" in the daily life of cities. In this way, we seek to analyze the formation of urban spaces, considering the process of precarization, peripheralization and social and spatial segregation of this area, presenting a reading of the reality experienced by the residents. We will present briefly the problems understood, analyzing the antagonisms and emphasizing the role of the State and society in this relationship.

Keywords: Urban issues. Social expressions. Community. Urban centers.

NOTAS

¹ Município localizado na região metropolitana de São Luís, com população estimada de 122. 420 habitantes com fonte de renda de aproximadamente dois salários mínimos, Índice de Desenvolvimento Humano de 0,724 %; Apresenta 54.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 20.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 11.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 2 de 217, 191 de 217 e 17 de 217, respectivamente. (FONTE: IBGE, 2017).

REFERÊNCIAS

BASSUR, José Roberto. **Reforma urbana e estatuto da cidade. EURE: Santiago**, v. 28, n. 84, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. Questão social e direitos. IN: **SERVIÇO SOCIAL: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. A questão urbana na dinâmica de reprodução capitalista. **Revista Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n. 1, p. 180-196, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/3642>>. Acesso: 20 abr. 2017.

IVO, Anete B. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **Caderno CRH: Salvador**, v. 23, n. 58, p. 17-33. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Cidade do capital (1905)**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. 2. ed. DP&A: Rio de Janeiro, 2001.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. IPEA. **Revista Políticas Sociais – acompanhamento e análise**. Brasília,DF, 2006. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf>. Acesso: 20 abr. 2017.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 4 e 5, n. especial, p. 92-117, jan./dez. 2004/2005.

RAICHELIS, Raquel. Gestão pública e a questão social na grande cidade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 69, p. 13-48, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (Org.). Fundação Ulysses Guimarães: Porto Alegre, 2011.

SILVA, Luiz Henrique Dias. **Reforma urbana: uma análise sobre sua importância no Brasil**. Artigo Acadêmico. UDC: Foz do Iguaçu,PR, 2003.

TOMAZ, Marianna Andrade. **A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade**. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2013.